

**ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se de forma híbrida o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Alexandre Henrique Paixão, Amauri Aparecido Aguiar, Anderson de Rezende Rocha, André Victor Lucci Freitas, Andréa Marcondes de Freitas, Andréia Galvão, Angel Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Arlindo Alemão Gregório, Arnaldo César da Silva Walter, Célio Hiratuka, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Claudia Vianna Maurer Morelli, Cláudio Francisco Tormena, Cláudio José Servato, Cláudio Saddy Rodrigues Coy, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Elaine Cristina de Ataíde, Elisabeth Cardozo, Ellen Alves Menezes, Evanir Lopes Teixeira, Fátima Regina Rodrigues Évora, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Francisco Haiter Neto, Francisco Hideo Aoki, Gabriela Barros Gonçalves, Gustavo Costa do Nascimento, Gustavo Tenório Cunha, Helena Ansani Nogueira, Heloise de Oliveira Pastore Jensen, Ignacio Maria Poveda Velasco, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jefferson Cano, Jefferson de Lima Picanço, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Marcos Travassos Romano, José Alexandre Diniz, José Antonio Rocha Gontijo, José Luis Pio Romera, Juliana Andrade Begiato, Luiz Carlos Dias, Marcelo Alves da Silva Mori, Marcelo Weishaupt Proni, Márcio Alberto Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Márcia de Azevedo Abreu, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Maria Rita Donalisio Cordeiro, Mariana Baruc Machado Andraus, Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins, Michelle Simões da Silva, Milena Tibúrcio Cicone, Mirna Lúcia Gigante, Mônica Alonso Cotta, Odilon José Roble, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Vanessa Petrilli Bavaresco e Verónica Andrea González-López. Como convidados especiais, compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Alik Wunder, Douglas Soares Galvão, José Alves de Freitas Neto, Luiz Carlos Pereira da Silva, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Maria Silvia Viccari Gatti, Paulo César Montagner, Silvia Maria Santiago e Zigomar Menezes de Souza, a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; os senhores Fábio Mateus Barbosa, Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza, Talita de Almeida Mendes, Thiago Baldini da Silva e Vicente José Costa Vale; e o acadêmico Matheus Alves Albino. Justificaram ausência à Sessão a Coordenadora Geral da Universidade, Maria Luiza Moretti, e os seguintes conselheiros: Renê José Trentin Silveira, sendo substituído pelo conselheiro Alexandre Henrique Paixão; Paulo Adriano Ronqui, sendo substituído pela conselheira Mariana Baruco Machado Andraus; André Martins Biancarelli, sendo substituído pelo conselheiro Célio Hiratuka; Paulo Régis Caron Ruffino; Alberto Luiz Francato; Lício Augusto Velloso, sendo substituído pela conselheira Maria Rita Donalisio Cordeiro; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pelo conselheiro Marcelo Weishaupt Proni; Mariângela

1 Ribeiro Resende, sendo substituída pela conselheira Fátima Regina Rodrigues Évora; Muriel
2 de Oliveira Gavira, sendo substituída pelo conselheiro Gustavo Tenório Cunha; Dirce Djanira
3 Pacheco e Zan, sendo substituída pelo conselheiro Jefferson de Lima Picanço; Benilton de Sá
4 Carvalho, sendo substituído pela conselheira Márcia Azevedo de Abreu; Wagner de Melo
5 Romão, sendo substituído pelo conselheiro Marco Antonio Garcia de Carvalho; José Roberto
6 Ribeiro; Cristiane Maria Megid, sendo substituída pelo conselheiro Amauri Aparecido Aguiar;
7 e Karolyne Steffany de Souza, sendo substituída pela conselheira Juliana Andrade Begiato.
8 Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Septuagésima Sétima
9 Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada
10 de forma híbrida, sendo que a participação dos conselheiros que não estão presentes na sala do
11 Consu se dará via plataforma Zoom. Informa que as próximas sessões das Câmaras de
12 Administração e de Ensino, Pesquisa e Extensão, que ocorrerão na próxima terça-feira, também
13 serão realizadas no formato híbrido, dando-se preferência à participação presencial, porém
14 sendo facultada a participação remota aos membros que assim desejarem. Isso se justifica em
15 função de uma solicitação por razões médicas. A plataforma Zoom será utilizada por todos os
16 conselheiros, independentemente da forma de participação presencial ou remota. O uso da
17 palavra se dará por ordem de inscrição, que se faz através do botão no aplicativo. Para
18 manifestação, os conselheiros deverão respeitar o limite temporal de cinco minutos na Ordem
19 do Dia e três minutos no Expediente. A inscrição para o Expediente se inicia neste momento,
20 devendo ser realizada exclusivamente pelo Zoom, e se encerrará após a aprovação da ata. Dá
21 as boas-vindas à superintendente do Hospital de Clínicas, a professora doutora Elaine Cristina
22 de Ataíde, cujo mandato é de 23 de junho de 2022 a 22 de junho de 2026; ao diretor do Instituto
23 de Química, o professor doutor Cláudio Francisco Tormena, e à diretora associada, professora
24 doutora Daniela Zanchet, cujos mandatos são de 26 de junho de 2022 a 25 de junho de 2026;
25 ao diretor da Faculdade de Ciências Médicas, professor doutor Cláudio Saddy Rodrigues Coy,
26 e ao diretor associado, professor doutor Erich Vinicius de Paula, cujos mandatos são de 04 de
27 julho de 2022 a 03 de julho de 2026. Informa que a conselheira Michelle Simões da Silva, da
28 representação discente da graduação, passa à titularidade, em substituição ao conselheiro Ronalt
29 José Marciano Junior, que solicitou seu desligamento junto ao Conselho Universitário. Também
30 informa que estão disponíveis, no *site* da Secretaria Geral, os pareceres COP 16/2022, 13/2022,
31 14/2022, 15/2022, referentes aos itens 04, 05 e 06 da Ordem do Dia Suplementar. Em seguida,
32 submete à apreciação a Ata da Centésima Septuagésima Sexta Sessão Ordinária, realizada em
33 31 de maio de 2022, e sua continuação, realizada em 07 de junho de 2022. Consulta se há
34 observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 12
35 abstenções. Coloca para ciência as Atas das Assembleias Universitárias Extraordinárias de
36 Outorga do Título de Professor Emérito ao professor Carlos Alfredo Joly, em sessão realizada
37 em 23 de março de 2022, e ao professor doutor Bernardino Ribeiro de Figueiredo, realizada em
38 28 de abril de 2022. Passa à Ordem do Dia, com 15 itens, e à Ordem do Dia Suplementar, com
39 06 itens, informando que há destaques obrigatórios dos itens 01, 03, 04 e 05 da Ordem do Dia:
40 item 01 – Proc. nº 09-P-17949/2022 –, item 02 – Proc. nº 01-P-2719/2001 –, item 03 – Proc. nº

1 01-P-11485/2017 –, item 04 – Proc. nº 01-P-17846/1994 e Dossiê 01-D-29966/2022 –, item 05
2 – Proc. nº 01-P-10308/2022 e Proc. nº 01-P-10296/2022. Pergunta se há destaques por parte
3 dos conselheiros. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU destaca em bloco os itens 02 a
4 06 da Ordem do Dia Suplementar: item 02 – Proc. nº 01-D-25033/2022 –, item 03 – Proc. nº
5 01-D-24338/2022 –, item 04 – Proc. nº 01-D-29929/2022 –, item 05 – Proc. nº 01-D-
6 26866/2022 –, item 06 – Proc. nº 15-D-30776/2022. O Conselheiro MARCO ANTONIO
7 GARCIA DE CARVALHO destaca os itens 02 e 07 e 08 em bloco: item 02 – Proc. nº 01-P-
8 2719/2001 –, item 07 – Proc. nº 01-P-10548/1987, da Faculdade de Engenharia Agrícola –,
9 item 08 – Proc. nº 01-P-10548/1987, da Faculdade de Engenharia Agrícola. Não havendo mais
10 destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os itens não destacados da Ordem do
11 Dia e da Ordem do Dia Suplementar, sendo aprovados, com 07 abstenções, os pareceres que
12 subsidiaram os seguintes processos: E – Eleições para Composição do Conselho Universitário
13 – Composição das Comissões – b) Eleições da Representação dos Servidores Técnico-
14 Administrativos – Deliberação Consu-A-05/2018 – 06) Proc. nº 01-P-10318/2022 –
15 Composição da Comissão para a eleição de representantes dos servidores técnico-
16 administrativos junto ao Consu, para cumprimento de mandato de 02 anos, a partir de 21.12.22.
17 Composição da Comissão: 01 diretor de unidade: Prof. Dr. Anderson de Rezende Rocha; 01
18 representante docente: Prof. Dr. Fernando Augusto de Almeida Hashimoto; 01 membro da
19 Secretaria Geral: Dra. Ângela de Noronha Bignami. F – Carreira Docente – 09) Proc. nº 01-P-
20 10548/1987, da Faculdade de Engenharia Agrícola – Proposta de Deliberação Consu, que
21 dispõe sobre os requisitos e procedimentos internos para realização de concurso público para
22 provimento de cargo de Professor Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola, revogando a
23 Deliberação Consu-A-004/2017 – Aprovada pela Congregação em 09.02 e 20.04.22 –
24 Despachos PG-2222/22 e 3194/22 e Pareceres CIDD/CCRH-170/22 e CLN-32/2022. 10) Proc.
25 nº 01-P-10548/1987, da Faculdade de Engenharia Agrícola – Proposta de Deliberação Consu,
26 que dispõe sobre os requisitos e procedimentos internos para realização de concurso para
27 obtenção do título de Livre-Docente da Faculdade de Engenharia Agrícola, revogando a
28 Deliberação Consu-A-005/2017 – Aprovada pela Congregação em 09.02 e 20.04.22 –
29 Despachos PG-2222/22 e 3194/22 e Pareceres CIDD/CCRH-170/22 e CLN-32/2022. G – Pós-
30 Graduação – Inciso II do § 1º do Art. 83 da Deliberação Consu-A-10/2015 – 11) Proc. nº 02-P-
31 32291/2013, da Faculdade de Ciências Médicas – Proposta de reestruturação do Programa de
32 Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Hemoterapia, conforme segue: a) Alteração de
33 nomenclatura: De: “Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Hemoterapia”
34 Para: “Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Hemoterapia e Hematologia”.
35 b) Inclusão de nova área de concentração: Hematologia – Aprovado pela Congregação em
36 01.04.22 e CCPG em 11.05.22 – Deliberação CCPG-45/22 e Parecer Cepe-08/2022. H –
37 Proposta de Logotipo – Portaria GR-34/95 – 12) Proc. nº 01-P-25333/2011, do Centro de
38 Estudos de Energia e Petróleo – Proposta de Logotipo do Centro de Estudos de Energia e
39 Petróleo – Aprovada pelo Conselho Científico do Cepetro em 10.06.22 – Ofício DIR Cepetro-
40 14/2022 e Despacho PG-3359/2022. I – Convênios – Deliberação Consu-A-16/2022 e

1 Deliberação Consu-A-37/2019 – a) A serem celebrados – 13) Proc. nº 32-P-26180/2022, do
2 Centro de Hematologia e Hemoterapia – Contrato de Realização de Estudo Clínico Não
3 Intervencionista – Partes: Unicamp/Funcamp e Novartis Biociências S.A. – Executores: Erich
4 Vinicius de Paula e Sara Teresinha Olalla Saad – Vigência: até 05 anos – Recursos: Conforme
5 Anexo II – Tabela de Orçamento – Resumo do Objeto: Realização do “Estudo observacional,
6 retrospectivo, multicêntrico para avaliar a efetividade de crizanlizumabe na redução da crise
7 vaso-oclusiva em pacientes brasileiros com doença falciforme” – Parecer: Cacc. 14) Proc. nº
8 34-P-14358/2022, do Instituto de Computação – Convênio de Cooperação – Partes:
9 Unicamp/Funcamp e GoBots Soluções Inteligentes – Executores: Júlio Cesar dos Reis e
10 Leandro Aparecido Villas – Vigência: 24 meses – Recursos: R\$176.998,00 – Resumo do
11 Objeto: Execução do projeto de pesquisa “Construção e uso de bases de conhecimento em
12 sistemas automatizados de questão e respostas” – Parecer: Cacc. b) Para homologação da
13 aprovação ad referendum do Reitor – 15) Proc. nº 29-P-11986/2022, da Faculdade de
14 Engenharia Elétrica e de Computação – Convênio – Partes: Unicamp/Funcamp e Instituto de
15 Pesquisas Eldorado – Executor: Mateus Giesbrecht e Fabiano Fruett – Data de Assinatura:
16 08.07.22 – Vigência: 36 meses – Recursos: R\$796.771,72 – Resumo do Objeto: Execução do
17 projeto de pesquisa “Diagnóstico on-line de máquinas elétricas rotativas utilizando técnicas de
18 descargas parciais”, nos termos do Plano de Trabalho – Parecer: Cacc. Ordem Do Dia
19 Suplementar: A – Normatização de Procedimentos para Recebimento de Doação de Produtos
20 Controlados – Deliberação Consu-A-19/2004 – 01) Proc. nº 01-P-3394/2021 – Proposta de
21 alteração da Deliberação Consu-A-19/2004, que delega competência às autoridades que
22 especifica, visando delegar competência à Diretoria Executiva de Planejamento Integrado para
23 aceitar doações de produtos controlados – Parecer PG-327/2021, Despachos PG-513/2021,
24 2677/2022 e 3374/2022, Ofícios Depi 32/2022 e 46/2022, Parecer CLN-34/2022 e Despacho
25 GR-543/2022. O MAGNÍFICO REITOR Passa ao item 01 – Proc. nº 09-P-17949/2022 –, que
26 trata de proposta de concessão do título honorífico de Doutor “Honoris Causa”, nos termos dos
27 artigos 158 e 159 dos Estatutos da Unicamp, ao professor doutor Paulo Sérgio de Moraes
28 Sarmiento Pinheiro, apresentada pelo Departamento da Ciência Política do Instituto de Filosofia
29 e Ciências Humanas. Para homologação está a designação de Comissão Especial composta
30 pelos Profs. Drs. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (Presidente), Sérgio França Adorno de Abreu
31 e Profa. Dra. Maria Victória de Mesquita Benevides. Passa a palavra ao professor Belluzzo, a
32 quem agradece por ter presidido a comissão, estendendo o agradecimento aos professores
33 Sérgio Adorno e Maria Vitória Benevides. O Professor LUIZ GONZAGA DE MELLO
34 BELLUZZO diz que dará seu testemunho a respeito do merecimento do professor Paulo Sérgio
35 Pinheiro, com quem conviveu muitos anos durante a formação da querida Unicamp, que hoje
36 está entre as mais produtivas e importantes do Brasil. Foi uma construção árdua, difícil, que
37 teve a participação importante de muitas pessoas, entre as quais o professor Paulo Sérgio
38 Pinheiro. O professor Paulo Sérgio combinou à sua excelência acadêmica uma dedicação às
39 questões de direitos humanos e de proteção da incolumidade das pessoas que se opunham ao
40 regime militar. Ele teve um grande papel na recepção do Arquivo Edgard Leuenroth e também

1 na promoção de um seminário muito importante, em 1975, que teve a presença do professor
2 Hobsbawm, entre outros, para tratar das questões da democracia, do autoritarismo etc. O mais
3 notável na trajetória do Paulo Sérgio, e que o transforma em um candidato muito digno de ser
4 acolhido como professor emérito, é essa combinação entre a vida pública e o seu desempenho
5 acadêmico. Isso, aliás, é uma coisa que a Universidade deveria recuperar, em certo sentido,
6 porque a Unicamp teve um papel muito importante, e nem vai relatar aqui o protagonismo do
7 professor Paulo Sérgio, na redemocratização do país, na recuperação das liberdades e na
8 preservação da autonomia da Universidade como centro de debates e propagação de ideias sem
9 radicalismos e muito menos sem a ideia de doutrinação. Sempre insistiu muito, na sua vida
10 dentro da Unicamp, e o Paulo Sérgio também, que não se trata de doutrinar. Trata-se, na
11 verdade, de recuperar e transformar aquilo que receberam dos gigantes que os antecederam na
12 vida intelectual do planeta. São humildes e modestos seguidores, tentando prosseguir nessa
13 trajetória de fazer o avanço da ciência e do pensamento mais dominante e importante na
14 construção da civilização. O Paulo Sérgio teve um papel muito importante nessa construção;
15 muitas vezes divergiu dele, discordou, e acha que a discordância é o exemplo mais claro de que
16 as pessoas têm de se submeter à dúvida, ao questionamento. Os professores devem ter claro que
17 estão sempre no limiar de uma refutação daquilo que pensavam, e acha que disso a Unicamp
18 cuidou com grande presteza sempre. Isso estava no seu DNA, acha que o Paulo Sérgio é um
19 homem que cuidou disso de maneira muito peculiar, e integrou realmente o interesse pela vida
20 acadêmica e o interesse pela vida pública. Quando isso acontece, devem modestamente se
21 colocar sempre à disposição. Tem a certeza de que estão homenageando uma pessoa que tem
22 todos os méritos para receber o Título de Professor Emérito. A Conselheira ANDRÉIA
23 GALVÃO diz que tem a honra e a alegria de trazer a este Conselho Universitário a proposta de
24 concessão do Título de Doutor “Honoris Causa” ao professor Paulo Sérgio Pinheiro, que foi
25 uma iniciativa do Departamento de Ciência Política, que é o departamento a que pertence e
26 também é a área na qual o professor Paulo Sérgio se doutorou e atuou por muito tempo, muito
27 embora a sua atuação ultrapasse qualquer fronteira disciplinar estabelecida. Convida todos a
28 lerem o texto que foi enviado à congregação do IFCH para fundamentar a proposta de concessão
29 do título, e também o parecer da Comissão Especial presidida pelo professor Belluzzo, a quem
30 agradece, e cujas palavras os tocam bastante. Na pessoa do professor Belluzzo, também
31 agradece ao professor Sérgio Adorno e à professora Maria Vitória Benevides, que compuseram
32 a comissão especial. E aos professores Francisco Foot Hardman, do IEL, Armando Boito e
33 Ângela Araújo, do IFCH, que apresentaram a primeira proposta que foi enviada à congregação.
34 O professor Paulo Sérgio é, sem dúvida, um dos intelectuais brasileiros mais reconhecidos
35 internacionalmente, que tem essa trajetória incansável, destacada em defesa dos direitos
36 humanos. E uma trajetória acadêmica e pública, como enfatizou o professor Belluzzo, que
37 revela um compromisso incondicional com a justiça, com a verdade, com a democracia. Sua
38 obra intelectual e suas ações políticas demonstram justamente as conexões entre direitos
39 humanos e democracia. Acha que isso é de fundamental importância para a história e também
40 para a compreensão do momento presente, dado o contexto em que vivem. Destaca a

1 importância do professor Paulo Sérgio para a Unicamp e para o IFCH, em particular. Ele foi
2 um dos fundadores do IFCH em 1971, e um dos idealizadores do Arquivo Edgard Leuenroth,
3 que foi fundado em 1974, e não apenas coordenou a aquisição e a organização deste, que é um
4 dos maiores acervos de história social e do movimento operário no Brasil, mas também
5 elaborou estratégias para preservar os documentos raros que ali estão guardados. Elaborou
6 estratégias muito engenhosas para poder guardar essa memória em um contexto político
7 marcado por perseguições, marcado por censura, marcado pela repressão. Também durante a
8 ditadura militar, o professor Paulo Sérgio coordenou o primeiro grande evento de âmbito
9 internacional no campo das Ciências Humanas, realizado em maio de 1975, que foi a
10 Conferência sobre História e Ciências Sociais, e já nos anos de 1980, o professor se tornou
11 docente do Departamento de Ciência Política da USP, universidade na qual ele se aposentaria
12 como professor titular 20 anos depois, em 2003. O professor Paulo Sérgio liderou a constituição
13 da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, criou o Núcleo de Estudos de Violência da
14 USP, um núcleo de estudos que se preocupou em articular a investigação acadêmico-científica
15 com a intervenção no debate público e na formulação de políticas públicas de segurança e de
16 justiça compatíveis com os princípios fundamentais dos direitos humanos e de funcionamento
17 de regimes democráticos. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, trabalhou na
18 pesquisa, na formulação e na redação dos programas nacionais de direitos humanos e foi
19 Secretário Nacional de Direitos Humanos. Ou seja, ele teve uma atuação para fora dos muros
20 da Universidade, uma atuação pública muito destacada. Atuou também na Comissão Nacional
21 da Verdade, que foi instituída no governo de Dilma Rousseff. E, novamente, na Comissão de
22 Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, que foi lançada mais recentemente,
23 em fevereiro de 2019, justamente para defender o Estado Democrático de Direito e as
24 conquistas da Constituição de 1988, que se encontram atualmente ameaçadas. Ele presidiu a
25 sessão do Tribunal Permanente dos Povos no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP, que
26 agora, em maio de 2022, realizou o julgamento do governo brasileiro em relação à pandemia.
27 Mas a sua atuação também se dá em plano internacional, tanto em universidades quanto em
28 organismos multilaterais. O professor Paulo Sérgio desempenhou várias missões de elevada
29 relevância junto à ONU, à OEA e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Ele foi
30 designado como especialista e assessor para elaborar um estudo aprofundado sobre violência
31 contra menores. Elaborou um importante documento sobre direitos de pessoas refugiadas, um
32 documento que guarda o seu nome, conhecido como “The Pinheiro’s Principles”. E realizou
33 uma série de atividades também em âmbito internacional, em defesa dos direitos humanos.
34 Junto com Guillermo O’Donnell, que é um outro grande expoente da ciência política latino-
35 americana, desenvolveu um conceito inovador para compreender a persistência de graves
36 violações dos direitos humanos no Brasil, como um dos mais poderosos desafios à consolidação
37 da democracia brasileira, que é o conceito de autoritarismo socialmente implantado. Esse
38 conceito faz alusão ao fato de que o autoritarismo é um fenômeno enraizado na cultura, que tem
39 conexões entre as condições objetivas e a subjetividades. Retoma uma passagem do texto da
40 apresentação da trajetória do professor Paulo Sérgio, que recorre a algumas palavras que ele

1 escreveu no seu memorial de concurso para professor titular da USP em 1997. Ele diz o
2 seguinte: “Não vejo nenhuma fronteira entre o trabalho na Universidade e a intervenção na
3 sociedade. A Universidade somente tem algum sentido em uma sociedade racista,
4 hierarquizada, autoritária e tremendamente desigual como a nossa se ela conseguir
5 desempenhar o papel de intelectual orgânico coletivo”. Em outro trecho, ele recorre a uma frase
6 do filósofo Jean-Paul Sartre no movimento de maio de 1968, em Paris, que diz o seguinte: “A
7 nossa esperança não pode vir senão daqueles que não têm esperança”. O Conselheiro
8 JEFFERSON CANO parabeniza o IFCH por essa iniciativa e agradece, na pessoa do professor
9 Belluzzo, a toda a comissão responsável por esse parecer. É motivo de grande alegria para ele
10 ver essa homenagem sendo prestada aqui no Consu. Acha que o professor Paulo Sérgio Pinheiro
11 é um dos responsáveis pelo fato de a Unicamp se tornar o que ela é hoje, que é motivo de
12 orgulho para todos. E acha que uma homenagem como essa é daquelas que engrandece também
13 quem homenageia. Resgatam e reconhecem um momento da história da Unicamp, do qual
14 participou o professor Paulo Sérgio, que merece ser sempre gravado por todos como um motivo
15 de orgulho, desta Universidade que herdaram e que querem preservar até hoje. A Conselheira
16 RACHEL MENEGUELLO agradece ao professor Belluzzo e a toda comissão que fez esse
17 documento, encaminhando ao Consu a proposta de concessão deste título. Vê como um orgulho
18 para a Universidade a concessão do título ao professor Paulo Sérgio Pinheiro. Como todos já
19 colocaram aqui, e a professora Andréia falou de várias de suas atividades, ele é responsável
20 pela formação de uma geração engajada de alunos e pesquisadores que aprendeu a entender a
21 realidade política e social do país e que teve um desempenho fantástico, não só dentro da
22 Universidade como fora dela. A professora Andréia já mencionou as muitas atividades nas quais
23 ele se envolveu, não apenas acadêmicas, mas também fora da academia. Não é possível deixar
24 novamente de destacar o Arquivo Edgard Leuenroth, que foi um grande resultado de seus
25 esforços acadêmicos e políticos na Universidade, fazendo desse arquivo o principal centro de
26 documentação social e política não só do Brasil, mas fora dele também. É claro que todos
27 conhecem a atuação do professor Paulo Sérgio fora da academia, ele se envolveu com uma série
28 de questões sobre direitos humanos, refugiados na África, no Oriente Médio, foi uma figura de
29 grande destaque para a Unicamp enquanto aqui atuou, continuou sendo na USP e continuou
30 sendo para a política nacional e para a política brasileira. Vê a proposta de concessão desse
31 título como muito simbólica hoje, quando estão em plena ameaça democrática. É muito
32 simbólico propor a concessão de um título a alguém que tem uma luta constante, permanente
33 pela defesa dos direitos humanos, dos povos, das questões básicas da Constituição e que tem
34 uma atuação formidável, uma atuação destacada na Universidade, na academia como um todo.
35 Parabeniza o Departamento de Ciência Política, do qual faz parte, por essa proposta. Agradece
36 à professora Andréia por encampá-la e trazer a aprovação da congregação. E agradece à
37 comissão, presidida pelo professor Belluzzo, na pessoa de quem agradece aos demais colegas
38 pela redação do documento, que mostra qual é a importância do professor Paulo Sérgio para a
39 Unicamp e para o país. O MAGNÍFICO REITOR agradece novamente à comissão, ao
40 Departamento de Ciência Política e ao IFCH por essa proposta. Acha que a apresentação e as

1 falas anteriores deixam claras a importância e a pertinência dessa concessão neste momento.
2 Como aluno da graduação e início das suas atividades na Unicamp, como aluno de mestrado,
3 teve a sorte de acompanhar a história de vários intelectuais desta Universidade e o papel de
4 destaque que eles tiveram na luta pela democracia, na luta pelo desenvolvimento de ciência e
5 tecnologia no país, e na construção de uma Universidade que tinha esse espírito de batalhar
6 pelas ideias civilizatórias. Teve a sorte de viver isso, sabe que muitas das pessoas que compõem
7 a comunidade hoje não presenciaram esses momentos, mas são momentos como esse que
8 permitem reviver a história e valorizá-la, vê-la à luz do momento presente. Então, vincula isso
9 ao que vivem hoje, à história recente da Universidade. Dois anos atrás, mais ou menos, várias
10 das pessoas que estão presentes aqui participaram da discussão do planejamento estratégico da
11 Unicamp. Participou como representante docente do Consu e tomou o cuidado de ler duas
12 coisas nesse planejamento que vários aqui compartilharam e votaram. A missão da Unicamp é
13 descrita no Planes da seguinte forma: “promover o conhecimento para uma sociedade
14 democrática, justa e inclusiva”. A visão de futuro da Unicamp, aquilo que pretendem nos
15 marcos inclusive desta gestão, 2021 a 2025, é ser uma universidade pública reconhecida pela
16 sua excelência no ensino, na produção e difusão do conhecimento, comprometida com o
17 desenvolvimento socioambiental sustentável, com a democracia e com a justiça social e o
18 respeito à diversidade. A Unicamp é uma universidade que hoje tem uma Diretoria Executiva
19 de Direitos Humanos, ela abriga a Cátedra Sérgio Vieira de Mello para Refugiados, associada
20 à Agência da ONU para Refugiados, a ACNUR. Está envolvida e teve uma participação
21 importante na iniciativa da Fapesp de lançar um edital para refugiados, que foi feito
22 recentemente, tendo como preocupação os refugiados e os vários conflitos que existem pelo
23 mundo. Então esse compromisso com a história dos direitos humanos e com a democracia faz
24 parte da fundação da Universidade, da história dos intelectuais e das pessoas que a construíram,
25 como o professor Paulo Sérgio Pinheiro no início da sua carreira acadêmica. Mais do que nunca,
26 hoje precisam retomar esse espírito de vincular a ação acadêmica às demandas da sociedade e
27 colocar em todos os campos de sua atividade o esforço de viabilizar através do seu
28 conhecimento, da formação de pessoas, da ciência e tecnologia, uma Universidade que seja
29 capaz de pensar um país com futuro democrático, inclusivo, autônomo e com capacidade de
30 gerar endogenamente ciência e tecnologia e que isso tenha impacto na vida das pessoas. Isso se
31 torna ainda mais importante no momento que hoje vivem no país, sabem dos riscos que correm,
32 inclusive comunica que estará presente no evento do dia 11 de agosto, no Largo de São
33 Francisco, para o lançamento da “Carta em Defesa da Democracia e da Justiça”, assim como
34 os outros dois reitores das universidades estaduais. O Reitor da USP falará em nome das
35 universidades estaduais, manifestando o apoio de todas a essa iniciativa. Também nesse mesmo
36 dia, simultaneamente, haverá um evento aqui na Unicamp para marcar sua participação ativa
37 na luta pela preservação desses direitos, nos quais se sente pessoalmente envolvido porque
38 batalhou por eles nas décadas de 1970 e 1980, assim como várias pessoas que estão envolvidas
39 na discussão desta concessão do Título de Doutor “Honoris Causa”. Isso se faz ainda mais
40 presente na história da Unicamp, que realizou na semana passada o Encontro Nacional de

1 Estudantes Indígenas. Se olharem a página da Unicamp, verão que há recentemente uma forte
2 trajetória de documentar o sofrimento atual dos povos indígenas. Vivem aquela situação das
3 mais terríveis com os ambientalistas que foram assassinados na Amazônia, recebeu aqui no
4 Gabinete e depois foi feita uma matéria muito bonita no *site* sobre o sofrimento por que passa
5 o povo Guarani-Kaiowá atualmente. Então, são questões que vivem hoje e que os conectam
6 com esse passado que o professor Paulo Sérgio Pinheiro foi tão importante em manifestar, em
7 vincular sua atividade acadêmica com a luta por esses direitos ao longo de toda a sua vida, que
8 valorizam ainda mais a concessão desta honraria. Outro aspecto que também lhe parece muito
9 importante nesta concessão e na comissão que a julgou é a importância da autonomia
10 universitária e aquilo que ela lhes permitiu, como instrumento de defesa contra os ataques que
11 várias universidades públicas sofreram nesse país. O presidente dessa comissão é o professor
12 Belluzzo, uma pessoa que teve uma importância imensa na obtenção da autonomia universitária
13 em 1989. Então esse é um outro marco desta concessão que precisam tornar público. E fazer
14 com que esse espírito, expresso pela professora Andréia, de que o que fazem aqui dentro tem
15 de servir à sociedade, seja algo que contamine todas as áreas da Universidade. Ela está presente
16 em várias áreas, mas precisam pensar o país de uma forma diferente daqui para frente. Não está
17 querendo dizer que estão inventando algo particular, mas devem fortalecer esse espírito de que
18 o que produzem aqui dentro em termos de pessoas, de possibilidade de inclusão, de defesa de
19 direitos, de desenvolvimento, de conhecimento, de ciência, de tecnologia, precisa ter impacto
20 lá fora, na qualidade de vida das pessoas, na inclusão, nas possibilidades de desenvolvimento e
21 de pensar o país de forma soberana, democrática e com justiça social. Acha que são coisas como
22 essas que também estão refletidas, de alguma forma, na concessão dessa honraria. Não havendo
23 mais observações, submete à votação a matéria, de forma nominal: O Conselheiro ADILTON
24 DORIVAL LEITE Favorável. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA
25 Favorável. O Conselheiro CÉLIO HIRATUKA Favorável. O Conselheiro ANDRÉ VICTOR
26 LUCCI FREITAS Favorável. A Conselheira ANDRÉIA MARCONDES DE FREITAS
27 Favorável. A conselheira ANDRÉIA GALVÃO Favorável. O conselheiro ANGEL PONTIN
28 GARCIA Favorável. A conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA Favorável. O
29 conselheiro ARLINDO DA SILVA WALTER Favorável. A Conselheira MÁRCIA
30 AZEVEDO DE ABREU Favorável. A Conselheira CLAUDIA VIANNA MAURER
31 MORELLI Favorável. O Conselheiro CLÁUDIO FRANCISCO TORMENA Favorável. O
32 Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO Favorável. O Conselheiro CLÁUDIO SADDY
33 RODRIGUES COY Favorável. O Conselheiro DIRCEU NORILER Favorável. O Conselheiro
34 EDUARDO GURGEL DO AMARAL Favorável. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE
35 ATAÍDE Favorável. A Conselheira ELISABETH CARDOZO Favorável. A Conselheira
36 ELLEN ALVES MENEZES Favorável. A Conselheira EVANIR LOPES TEIXEIRA
37 Favorável. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO Favorável. O
38 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO Favorável. O
39 Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO Favorável. O Conselheiro FERNANDO SARTI
40 Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI Favorável. A Conselheira GABRIELA

1 BARROS GONÇALVES Favorável. O Conselheiro GUSTAVO COSTA DO NASCIMENTO
2 Favorável. A Conselheira HELENA ANSANI NOGUEIRA Favorável. A Conselheira
3 HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN Favorável. O Conselheiro IGNACIO MARIA
4 POVEDA VELASCO Favorável. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO
5 Favorável. O Conselheiro JEFFERSON CANO Favorável. O Conselheiro JOÃO FREDERICO
6 DA COSTA AZEVEDO MEYER Favorável. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS
7 ROMANO Favorável. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ Favorável. O Conselheiro
8 JOSÉ ANTONIO ROCHA GONTIJO Favorável. O Conselheiro JOSE LUIS PIO ROMERA
9 Favorável. A conselheira JULIANA ANDRADE BEGIATO Favorável. A Conselheira MARIA
10 RITA DONALISIO CORDEIRO Favorável. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA
11 MORI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI Favorável. O Conselheiro
12 MÁRCIO ANTONIO CATAIA Favorável. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE
13 MORAES LOPES Favorável. A Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA
14 Favorável. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU Favorável. O Conselheiro MATHEUS
15 DA SILVA MARCHETI MARTINS Favorável. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO
16 CICONE Favorável. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Favorável. A Conselheira
17 MÔNICA ALONSO COTTA Favorável. O Conselheiro GUSTAVO TENÓRIO CUNHA
18 Favorável. O Conselheiro ODILON JOSÉ ROBLE Favorável. A Conselheira MARIANA
19 BARUCO MACHADO ANDRAUS Favorável. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO
20 Favorável. O Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS Favorável. O Conselheiro
21 ALEXANDRO HENRIQUE PAIXÃO Favorável. O Conselheiro RODRIGO RAMOS
22 CATHARINO Favorável. A Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO Favorável. O
23 Conselheiro MARCELO WEISHAUPPT PRONI Favorável. A Conselheira VANESSA
24 PETRILLI BAVARESCO Favorável. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-
25 LÓPEZ Favorável. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO Favorável.
26 O Conselheiro LUIZ CARLOS DIAS Favorável. A Conselheira MICHELLE SIMÕES DA
27 SILVA Favorável. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS Favorável. O
28 MAGNÍFICO REITOR informa que, com 64 votos favoráveis, foi aprovada por unanimidade
29 a concessão do Título de Doutor “Honoris Causa” ao professor Paulo Sérgio Pinheiro. Agradece
30 muito ao professor Beluzzo por compartilhar esse momento e diz que é um marco importante
31 da história da Universidade. O Professor LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO diz que
32 o professor Antonio José fez um relato muito emocionante sobre os compromissos que
33 possuem, como professores universitários e como participantes da construção desta
34 Universidade, o que o deixa muito emocionado sempre. A Universidade mais uma vez revela o
35 seu espírito, no sentido hegeliano, que os guiou durante esse tempo todo. Declara claramente a
36 sua adesão à construção coletiva, que foi o que os levou a construir uma universidade da
37 qualidade da Unicamp, o espírito no sentido coletivo, dentro do qual todos se movem para trazer
38 a Universidade onde ela chegou. Fica emocionado com isso porque entrou na Universidade
39 Estadual de Campinas com 24 anos e atravessou todo esse período junto com seus
40 companheiros. E essa sensação de compartilhamento é muito importante para suas vidas e para

1 o exemplo que precisam deixar para os alunos e professores mais jovens. A Conselheira
2 RACHEL MENEGUELLO pede uma salva de palmas para que expressem sua emoção. O
3 MAGNÍFICO REITOR passa ao item 02 – Proc. nº 01-P-2719/2001 –, que trata da proposta de
4 Deliberação Consu que altera os artigos 52, 53, 54, 55 e 57 do Regimento Interno do Conselho
5 Universitário. Destaque feito pelo professor Marco Antonio. O Conselheiro MARCO
6 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que é um destaque bastante pontual, basicamente
7 para propor que a redação do artigo 54 pudesse ser a mesma, ou praticamente a mesma redação
8 anterior. Gostaria que pudessem deixar o processo comum de votação como aberto e simbólico,
9 como estava na redação anterior. Não sabe se há algum impedimento, alguma justificativa que
10 lhe passou despercebida, mas esse seria o seu ponto de destaque para o item 02. Então,
11 pontualmente, artigo 54, em vez de deixar o processo comum como aberto, deixar o processo
12 como aberto e simbólico, como estava na redação anterior. A Doutora ÂNGELA DE
13 NORONHA BIGNAMI esclarece que essa proposta de alteração do Regimento Interno do
14 Conselho Universitário visa possibilitar o uso de tecnologia, de aplicativos de votação nas
15 reuniões presenciais. O voto aberto, conforme o artigo 52 e seus parágrafos, compreende o
16 simbólico e o nominal, utilizando a tecnologia da informação, da mesma forma como votam no
17 Zoom. No Zoom não aparecem os nomes, mas o aplicativo que está sendo desenvolvido pela
18 Secretaria Geral terá todos os nomes de quem votou aparecendo na tela, que é o que consta no
19 artigo 55, parágrafo 2º, que define que o voto com o uso do sistema eletrônico é sempre nominal,
20 isto é, sempre aparecendo os nomes. Colocaram que o processo comum de votação será o aberto
21 porque permitiria o uso tanto do simbólico quanto do nominal com o uso do aplicativo, porque
22 há votações que são mais apertadas e o uso do aplicativo traz um cômputo mais exato da
23 votação. O simbólico é aquele em que o senhor Reitor expressa: “favoráveis permaneçam como
24 estão, contrários se manifestem, abstenções”, e são contados os votos contrários e as abstenções,
25 não necessariamente há o cômputo dos votos favoráveis, por isso fizeram essa proposta de ser
26 aberto. E então pode-se optar pelo simbólico ou pelo nominal, com o uso do aplicativo. O
27 Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que entendeu que é por causa
28 do uso do aplicativo no processo de votação, mas acha que o aplicativo não poderia interferir
29 na escolha do processo. Entendeu que são, claro, duas formas, mas não achou uma justificativa
30 plausível, talvez possam realmente deixar simbólico e o instrumento é algo que vem depois.
31 Acha que a colocação do simbólico, antes, tem um papel mais conceitual do que é o uso da
32 ferramenta tecnológica. Mas não é um ponto de grande diferença, debate, acha que só facilita e
33 deixa a redação mais clara também. O MAGNÍFICO REITOR diz que os votos usuais ocorrem,
34 na verdade, em relação à abstenção e aos votos contrários, e o cômputo dos votos favoráveis é
35 feito por diferença, na prática. Ao votar no aplicativo, todos os votos ficam claramente
36 definidos. Nos dois casos a votação é aberta, porque as pessoas que não se manifestaram
37 contrariamente ou se abstiveram passivamente aprovaram aquilo que está sendo votado. A
38 diferença, no caso, é que na votação pelo aplicativo isso passa a ter uma ação ativa do votante,
39 e ela define melhor o número, naquele momento exato da votação, que por uma ou outra razão
40 pode ter alteração de quórum, por exemplo. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz

1 que na última sessão a doutora Ângela mostrou a proposta, perguntou se estava tudo certo,
2 tiraram algumas dúvidas, e acha que está boa a estruturação dela para conseguir implementar a
3 forma de votação eletrônica. Tem uma dúvida sobre o ponto da votação aberta com o uso de
4 meios eletrônicos: se essa votação nominal significa chamar nome por nome e os conselheiros
5 respondendo qual o seu voto, como fazem quando é algum assunto regimental. Outra questão
6 é sobre o parágrafo primeiro do artigo 52, relativo à composição da lista para a escolha de
7 Reitor. Sabe que esse elemento do sigilo, de ser um voto secreto, está expresso também no
8 Regimento Geral, no artigo 118, mas já que estão discutindo a forma de votação dentro do
9 Conselho Universitário, acha que seria interessante fazer um debate sobre isso, porque a escolha
10 de Reitor feita pelo Conselho Universitário é um ponto muito importante para a comunidade.
11 Não necessariamente este Conselho tem de respeitar a decisão da consulta feita pelos
12 estudantes, professores e funcionários. Na última consulta, a Reitoria anterior expressou a
13 importância de respeitar o voto das categorias, mas não necessariamente é uma obrigação do
14 Consu, e acha que manter o voto secreto atrapalha a possibilidade de garantir a democracia
15 interna da Universidade, respeitando a vontade da comunidade acadêmica. Mesmo sendo
16 expresso no Regimento Geral, seria muito importante que refletissem sobre a necessidade ou
17 não de ter um voto sigiloso na montagem da lista tríplice para Reitor. A Conselheira CLAUDIA
18 MARIA BAUZER MEDEIROS diz que suas dúvidas são semelhantes às do professor Marco,
19 que separa o conceito da implementação. Basicamente há duas diferenças: o primeiro voto é
20 nominal, que identifica cada pessoa com o seu voto; e aberto e não aberto, simbólico. O que
21 não está claro e não sabe se deve ser juntado, mas acha que deve ser, é toda uma questão de
22 redação, mais do que de conceito. E como a redação não ajuda a entender os conceitos, fica
23 mais complicado. O que precisa ser juntado é que se for nominal, teria, no eletrônico, de
24 registrar de alguma forma quem votou o quê. Porque quando há uma gravação do que está sendo
25 falado, a gravação registra quem votou o quê. Se é eletrônica e nominal, pergunta onde fica o
26 registro de quem votou o que e como isso é juntado à ata. Porque uma coisa é dizer que está
27 tudo no sistema ou está tudo na gravação, mas pergunta onde vão ficar os resultados nominais
28 das votações abertas eletrônicas nominais. O secreto não tem dúvida, é anônimo e acabou; o
29 problema é a modalidade nominal eletrônica. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI
30 diz, respondendo à conselheira Milena, que em relação ao artigo 55, a votação nominal, assim
31 como a aberta, pode ser com o uso do sistema no aplicativo ou não. Na comum, vai permanecer
32 o que existe hoje na votação nominal, então o Reitor lê o nome de todos os conselheiros e eles
33 dizem se são favoráveis, contrários ou se abstêm. Isso é registrado em ata porque foi dito
34 durante a reunião, como a professora Claudia mencionou. Caso se opte em fazer a votação com
35 o uso do aplicativo, não vai constar o nome das pessoas da ata. Mas será feito um relatório,
36 como os relatórios de votação que existem hoje na página da Secretaria Geral, tendo esse
37 resultado do final da votação pelo aplicativo, o que vai ser divulgado nesse documento chamado
38 relatório de votações. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que isso
39 significaria que há duas formas de tratar a votação nominal: a que chama um a um constará em
40 ata, e pergunta por que o relatório da votação nominal eletrônico não constaria da ata, tendo em

1 vista que ambas têm a mesma validade legal. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI
2 responde que o relatório poderia ficar anexado, mas não constarem os nomes da transcrição,
3 porque não serão ditos na reunião. Na transcrição consta só o que é degravado, mas poderia ser
4 anexado à ata o relatório da votação. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
5 MEDEIROS diz que gostaria que constasse que o relatório da votação eletrônica nominal seria
6 anexado à ata, para ter certeza de que será. Sua preocupação é que, dependendo de onde fica
7 armazenado, os dados podem se perder. O MAGNÍFICO REITOR diz que fica documentada a
8 solicitação e ela poderá ser incorporada sem problema. Isso não altera o que vão aprovar, mas
9 fica claro que deve ser anexada à ata a documentação referente ao resultado da votação
10 eletrônica. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE pergunta se nesse relatório de
11 votação constam os nomes de cada conselheiro, quem votou no quê. O MAGNÍFICO REITOR
12 responde que sim. Passa a palavra à doutora Fernanda para que esclareça o outro tópico
13 levantado pela conselheira Milena, embora não faça parte da votação em si. A Doutora
14 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a votação secreta para a eleição está
15 prevista na Constituição, nos regimentos da Câmara e do Senado, então esse é o procedimento
16 comum a toda eleição. A votação é secreta. Em vários dispositivos da Constituição Federal isso
17 está previsto, portanto estão seguindo essa diretriz constitucional. A Conselheira CLAUDIA
18 MARIA BAUZER MEDEIROS solicita confirmação se há o eletrônico aberto e o eletrônico
19 simbólico. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece que o simbólico é
20 aquele descrito no Regimento, quando o senhor Reitor menciona: “Os favoráveis permaneçam
21 como estão, contrários se manifestem, e abstenções”, então ele não é eletrônico. A Conselheira
22 CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta se a votação que fazem por Zoom é um
23 eletrônico simbólico. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que não possuem
24 acesso aos votos no sistema do Zoom, só conseguem ver o resultado final da votação, quem
25 votou em que, ao final, quando encerram a reunião e imprimem o relatório do Zoom. Durante
26 a reunião não têm acesso, então acaba sendo um simbólico eletrônico. A Conselheira
27 CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que então o que está implícito nessa mudança
28 com relação ao eletrônico é que o eletrônico, exceto na votação secreta, será sempre nominal e
29 aberto. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI confirma que é isso. A Conselheira
30 MARISA MASUMI BEPPU diz que, pelo seu entendimento, existe uma outra alteração em
31 relação à redação vigente, que é a que está expressa nesse mesmo artigo 55, no parágrafo
32 primeiro. Antes não era exigido que os assuntos que necessitam de quórum qualificado tivessem
33 de ser por votação nominal, agora isso está sendo estabelecido. Não tem qualquer restrição em
34 relação a isso, mas significa que todas as votações que exijam dois terços terão de ser, a partir
35 de agora, nominais. Alguns anos atrás houve uma iniciativa de revisar os Estatutos e a cada
36 item que se votava se exigia quórum qualificado, mas não necessariamente era feito de forma
37 nominal. Agora, passa-se a exigir o nominal. Esse é um assunto que transcende a questão da
38 tecnologia, mas que está sendo colocada explicitamente como uma condição *sine qua non*. Acha
39 que isso tem de ficar claro para os conselheiros que vão votar neste item. A Doutora ÂNGELA
40 DE NORONHA BIGNAMI diz que foi a intenção mesmo deixar que os itens que exigiam

1 quórum qualificado tenham uma votação nominal. Com o uso da tecnologia, isso fica fácil e
2 rápido, não seria demorado como chamar os 77 nomes. Então, como esses itens são sempre
3 alterações de estatuto ou concessões de títulos, que não são tão frequentes, acharam por bem
4 colocar isso, até baseado em normas que viram de outros órgãos colegiados. O MAGNÍFICO
5 REITOR ressalta que com o aplicativo específico, não mais o Zoom, terão acesso imediato a
6 isso. Então o nominal não é mais ao final da reunião, ele é de imediato, é a mesma coisa que
7 chamar os nomes, só que é feito de uma forma simultânea, além de ser de conhecimento público.
8 A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que entende, só está destacando a diferença de
9 que manifestar o voto levantando a mão e fazer a votação simbólica não seria mais permitido.
10 O MAGNÍFICO REITOR concorda; só estão enfatizando que a questão de demanda de tempo,
11 com o eletrônico, acaba deixando de ser um problema, mas ela seria nominal ainda assim e não
12 como fizeram agora. Com o sistema eletrônico próprio, vão evitar esse problema de tanta
13 demora. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 56
14 votos favoráveis, 01 contrário e 06 abstenções. Passa ao item 03 – Proc. nº 01-P-11485/2017 –
15 , que trata de proposta de alteração da Deliberação Consu-A-32/2017, que dispõe sobre os
16 sistemas de ingresso aos cursos de Graduação da Unicamp. Passa a palavra ao professor Ivan
17 Toro, Pró-Reitor de Graduação. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz
18 que se trata de uma mudança no sistema de ingresso ao vestibular: sem deixar de incluir os
19 estudantes pretos e pardos, haverá a possibilidade de aumentar o ingresso de alunos de escola
20 pública. Passa a palavra ao professor José Alves, diretor da Comvest, para mais
21 esclarecimentos. O Professor JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO diz que depois de cinco anos
22 que o Conselho Universitário aprovou a política de cotas, é necessário fazer uma reavaliação e
23 uma readequação. Observaram nesses últimos anos que tem havido uma queda do número de
24 estudantes de escola pública e isso é explicável, em boa parte, pela pandemia; a desmobilização,
25 a evasão na educação pública de ensino médio é altíssima, e isso tem impactado também os
26 resultados que a Universidade apresenta. Nesse sentido, quando foram debatidos os 20% de
27 vagas que viriam pelo Enem, 5% das vagas que são para estudantes pretos e pardos seriam de
28 escola privada. Estão propondo que esses 5% se agregassem aos outros 5% de pretos e pardos
29 de escola pública e o Enem ficasse integralmente para estudantes de escola pública. E os demais
30 estudantes pretos e pardos podem continuar concorrendo, como fazem, dentro do vestibular
31 Unicamp. São duas as questões: devem olhar em uma perspectiva de prazo imediato e de médio
32 prazo. Não há nenhum indício de que as desigualdades produzidas na pandemia permitam que
33 os estudantes de escola pública tenham rendimento superior ao dos estudantes de escola privada
34 no vestibular. O que observaram nos últimos dois anos foi uma queda do número de estudantes
35 de escola pública na Unicamp, e isso é ruim enquanto mensagem de uma universidade que é
36 inclusiva, que tem se apresentado com políticas arrojadas, tanto no seu programa de cotas para
37 pretos e pardos, quanto pelo vestibular indígena. Mas está fazendo uma política em uma direção
38 e sinalizando em direção contrária, ao pensar o grande grupo de estudantes da escola pública.
39 Esses 5% hoje fazem falta para as contas porque o resultado de 2022 foi que fecharam com
40 42% de estudantes de escola pública. Se adicionassem esses 5% pretos e pardos, se eles viessem

1 da escola pública e não de escola privada, teriam 47%, e com mais os 2% de estudantes
2 indígenas, fechariam com 49%, e então estariam dentro da margem variável de ano a ano,
3 conforme o resultado. A proposta simplifica o sistema: só estudantes de escola pública
4 utilizariam o Enem; para os estudantes pretos e pardos, só muda o tipo de escola. Nesse sentido,
5 há um caráter mais social nessa política. Na justificativa que a Comvest apresentou, juntamente
6 com a Diretoria Executiva de Direitos Humanos, está apresentada uma série de dados que
7 mostram que possuem menos candidatos de escola privada, pretos e pardos concorrendo, do
8 que candidatos pretos e pardos de escola pública. O que também gera uma certa distorção por
9 terem sido fragmentados os 20% de vagas no Enem, 10% para estudantes da escola pública,
10 5% para pretos e pardos da escola pública e 5% para estudantes de escola privada
11 autodeclarados pretos e pardos. Então, também nesse sentido, para poderem fazer uma política
12 de reavaliação após cinco anos, é a proposta que lhes parece mais inclusiva, mais acertada e
13 mais conectada com os anseios da sociedade brasileira. Coloca-se à disposição para esclarecer
14 outros pontos que os conselheiros julgarem necessários. A Conselheira ELISABETH
15 CARDOZO pergunta se essa alteração já está prevista para o próximo vestibular e se além da
16 Diretoria Executiva de Direitos Humanos outros segmentos da Universidade foram consultados
17 para discutir essas mudanças. Acha importante, como se trata de uma situação no vestibular em
18 nível nacional, a Universidade como um todo participar dessa discussão. Não está falando a
19 favor, nem contra a proposta, até porque gostaria de ter tido tempo para detalhar um pouco
20 mais, mas pergunta se foram feitas essas consultas, essas conversas, com outros segmentos da
21 Universidade além da Diretoria Executiva de Direitos Humanos, que os representa muito bem.
22 O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO agradece ao professor José
23 Alves pelos esclarecimentos. Diz que há uma alteração conceitual por trás, que merece uma
24 observação para o próximo vestibular ou para os outros também. Considera que a diferença
25 conceitual nessa mudança consiste em basicamente retirar do processo de vagas do bloco Enem
26 o aluno PPI que estuda em escola privada. Tem alunos PPIs que estudam em escola privada
27 também com bolsa integral, por exemplo. Então esse candidato não deixa de poder participar
28 do processo de cotas porque ele vai para o bolo das vagas do vestibular Unicamp. Então vê essa
29 diferença conceitual. Retiram a possibilidade desse bloco, mas ele continua tendo a
30 possibilidade de concorrer ao bloco geral. Imagina que essa discussão tenha ocorrido na Câmara
31 Deliberativa da Comvest, na CCG, mas acha positivo que ela esteja explicitamente aqui
32 também, no Consu, para que todos os conselheiros possam saber dessa alteração. Os
33 considerandos da proposta referentes à relação candidato/vaga de escola privada, como o
34 número é baixo no bloco Enem, isso “privilegia” o estudante de escola privada PPI porque ele
35 participa de um processo de baixa concorrência. Sua fala era apenas para pontuar o aspecto
36 conceitual dessa mudança e acha que ela precisa ser observada, nos próximos vestibulares, para
37 ver se essa movimentação não pode trazer também nenhum outro prejuízo maior. O Conselheiro
38 FRANCISCO HIDEO AOKI diz que algo que sempre o preocupou são os indivíduos que são
39 da escola privada e que fazem o ensino médio em uma escola pública, especialmente as
40 técnicas, terem algum grau de facilitação, através de alguma cota de ingresso. Tem a impressão

1 de que isso limita muito o ingresso daqueles que realmente precisam dessas cotas, que são os
2 advindos plenos da escola pública desde o ensino fundamental. Sabe que esse assunto é um
3 pouco destoante do que está sendo considerado na reavaliação do processo de ingresso, mas
4 acha que seria interessante refletir em algum momento sobre isso. Sua impressão é que o
5 indivíduo da escola privada, que tem condições de pagar e frequenta uma escola pública apenas
6 no ensino médio, não só está tirando vagas do indivíduo que quer fazer o curso técnico para ter
7 uma profissão, trabalhar e eventualmente sustentar a família, como também tem esse bônus
8 para poder atingir, via vestibular, a universidade pública. A Conselheira MICHELLE SIMÕES
9 DA SILVA diz que acha bastante estranho porque tiveram recentemente uma série de reuniões
10 abertas da Cader para estudar a alteração no modelo das bancas de averiguação e em nenhum
11 momento nessas reuniões foi citada essa alteração que, particularmente, acha que muda o
12 caráter das cotas que existem historicamente na Unicamp. Porque, apesar de estar alterando
13 exclusivamente as reservas de vaga no Enem, as cotas têm uma característica não apenas de
14 PPIs, não apenas de egressos de escolas públicas poderem ingressar por essa reserva de cotas,
15 mas também de escolas privadas, e não entende de onde essa definição pode partir, inclusive
16 sem um debate com a Cader, para agora alterar essas reservas de vaga apenas para escolas
17 públicas. O mérito de tornar essa reserva de vagas mais social é um debate que precisa ser feito,
18 mas acha muito problemático ele já aparecer pronto aqui no Consu, porque sabem que aqui é
19 um órgão representativo de toda a comunidade, mas não é um órgão amplo de toda a
20 comunidade. Inclusive um órgão que não tem paridade na representação, sendo os estudantes e
21 servidores minoria. Então, quando chega aqui pronto, isso significa que o debate não circula
22 entre o coletivo, a somatória e a maioria da comunidade. E há uma alteração, na sua concepção,
23 no caráter das cotas da Unicamp e que foram elaboradas a partir de um processo muito amplo
24 e democrático, inclusive fruto de muita luta do movimento negro e do movimento estudantil,
25 que historicamente está vinculada à própria greve de 2016, que foi o maior processo de luta que
26 se desenvolveu em toda a história da Universidade. Então acha que o grande problema da
27 proposta é ela não ter sido debatida coletivamente, democraticamente, amplamente com a
28 comunidade. Isso não é a primeira vez que ocorre, inclusive o tema das bancas o DCE, em
29 especial, tem feito bastante esforço em tornar público o debate, também pela falta de
30 comunicação cotidiana e constante com a comunidade sobre essas alterações que vêm cada vez
31 mais pelas mãos da Comvest. Mas que na verdade deveria estar sendo elaborado a partir de uma
32 comissão permanente de elaboração sobre políticas étnico-raciais, que também foi uma
33 conquista do movimento negro e elaborado em conjunto com a comunidade. Não vê por que
34 essas alterações precisam passar por fora desse espaço, e principalmente tão obscuras assim, no
35 sentido de que esse debate realmente não foi feito antes de essa pauta ser colocada aqui no
36 Consu, transmitida em fóruns gerais do movimento, em fóruns mais gerais da Universidade.
37 Acha isso tudo muito problemático, porque demonstra um método antidemocrático para
38 conduzir as coisas, que se expressa em várias coisas, inclusive em um episódio ocorrido hoje,
39 em que flagraram a alteração das fechaduras da sede do DCE, que agora está sendo tomada para
40 ser um depósito do Caism, sendo que é uma sede do movimento estudantil. A sede do Diretório

1 Central dos Estudantes, hoje, está tendo suas fechaduras trocadas sem qualquer aviso prévio.
2 Acha que esses métodos antidemocráticos precisam ser combatidos urgentemente. Esse é o
3 maior problema dessa proposta; o caráter social é um avanço, mas acha que precisam refletir
4 conjuntamente. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que a proposta foi
5 amplamente discutida na Comvest, na CCG, depois passou pela Cepe, e tanto na CCG quanto
6 na Cepe existe a representação docente. Respondendo ao professor Francisco Aoki, diz que,
7 apesar de realmente não fazer parte dessa proposta, também os preocupa a situação descrita por
8 ele, tanto que já foi feita uma modificação em que o aluno que cursa o ensino básico na escola
9 pública e, depois, no ensino médio, ganha uma pontuação maior. Não há como evitar que a
10 pessoa mude para uma escola pública com uma intenção não boa, mas isso já está contemplado
11 para aqueles alunos que fazem toda sua formação em escola pública. O método de incluir as
12 pessoas está sempre se aperfeiçoando na Unicamp, nunca pensam que ele está completo,
13 perfeito. Ressalta que a medida que estão propondo agora não impacta o número de pretos e
14 pardos na Universidade, mas aumenta o número de estudantes de escola pública, por isso
15 considera que ela tem um grande mérito. O Professor JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO diz,
16 respondendo à conselheira Elisabeth, que estão fazendo esta discussão no Conselho
17 Universitário neste momento porque o edital de vagas Enem ainda não foi votado na Câmara
18 Deliberativa do Comvest. Então, se nada for mudado, continuarão aplicando da maneira como
19 está, mas já adianta que, pelo terceiro ano consecutivo, a Unicamp ficará distante dos 50% de
20 estudantes de escola pública. Já possuem um indício de uma potencial queda de estudantes de
21 escola pública, com o número menor de solicitação de isenções, que acabou agora no mês de
22 julho. Para eles que possuem experiência, que trabalham o vestibular ano a ano, tudo funciona
23 mais ou menos como um relógio: há o indício de queda de estudantes de escola pública inscritos
24 quando verificam uma diminuição desses candidatos solicitando a isenção. Então essa é uma
25 primeira preocupação. A Unicamp escolheu o Paais, que acredita que é um melhor sistema do
26 que a política de cotas secas, como fazem outras universidades, que estabelecem 50% das vagas
27 e pronto. Porque ele permite cursos com mais estudantes de escola pública, como chegaram a
28 ter um curso de Economia noturno, por exemplo, no ano passado, se não está enganado, com
29 80% dos estudantes vindos de escola pública, porque a pontuação permitiu, agregou na
30 somatória de notas e eles tiveram um excelente desempenho. Está citando aqui um exemplo,
31 entre outros tantos que poderiam ser apresentados. Então a pergunta é se terão mais ou menos
32 estudantes de escola pública ao cômputo geral e final do resultado de ingresso na Unicamp para
33 2023 e anos seguintes. A Comvest, preocupada com o índice de 50%, que é a meta estabelecida
34 pelo Conselho Universitário em 2017, está acompanhando os números. Então o sentido da
35 proposta é não esperar e terem, novamente, o índice de 42% de aprovados de escola pública e
36 60% de escola privada. Considerando que o Paais não está em questão, poderiam mexer na
37 única reserva de vagas fixa, que é o sistema do Enem. E isso não prejudicaria a população preta
38 e parda, porque essa população continuaria tendo o mesmo índice reservado, só que
39 exclusivamente dentro da escola pública. Então, o processo de discussão do próximo edital vai
40 começar na Câmara da Comvest no dia 1º de setembro. Isso já foi alertado há mais de um ano,

1 é ponto de debate permanente na Câmara Deliberativa da Comvest, um colegiado que possui a
2 representação de todas as unidades, de todas as coordenadorias de cursos. Chegou à diretora de
3 Direitos Humanos, à CCG, e passou pelas câmaras até este momento. Então o momento é agora
4 se quiserem alterar para terem resultados imediatos para 2023, ou podem adiar para outro
5 momento, mas lamenta pelos estudantes que potencialmente poderiam ficar de fora.
6 Respondendo ao professor Marco Antonio sobre a questão dos bolsistas, diz que se trata de uma
7 questão do ponto de vista de concepção da política. O Paais, por exemplo, só dá bonificação
8 para estudante que fez integralmente em escola pública, não concede nenhuma pontuação para
9 o bolsista. A concepção é que esse estudante já teve um benefício em relação aos demais
10 estudantes da escola pública, porque embora todos eles tenham o mesmo perfil socioeconômico,
11 eles tiveram uma experiência educacional diferenciada. E essa experiência educacional já deve
12 impactar nos resultados obtidos em uma prova. Reconhecem que há muitos estudantes de baixa
13 renda que são bolsistas, por isso este ano, pela primeira vez, foi concedida a isenção para
14 bolsistas de escola particulares e que atendam ao critério de ter até 1,5 salário mínimo de renda.
15 Esses estudantes recebem a isenção das taxas, mas não recebem a pontuação, porque senão
16 estariam de fato catapultando os índices de escola privada em relação ao estudante que não teve
17 sequer a oportunidade de ser um bolsista em uma escola particular. Então, pensando por esse
18 prisma, a mesma regra se aplicaria em relação às vagas do Enem, mas esse é um debate que
19 seguramente vai e volta. Em relação à fala do professor Aoki, diz que a questão das escolas
20 técnicas de fato é um dado que chama sempre muito a atenção em relação aos vestibulares, mas
21 também constitui um certo senso comum. O índice de aprovados que são das escolas técnicas
22 fica entre 35% a 40%, e há certos cursos, como Ciência da Computação, em que há uma ênfase
23 muito grande de estudantes que vêm de colégios técnicos. Mas se pensarem nas licenciaturas,
24 se pensarem nos números gerais, a maior parte dos estudantes vem de um ensino regular de
25 escola pública. Também chama a atenção o fato de que o empobrecimento da população nesse
26 período está levando muitas pessoas que com muito sacrifício pagavam escola para seus filhos
27 a os transferirem para as escolas públicas. Gosta de pensar em políticas de inclusão não como
28 uma lógica de que alguém está tentando fraudar, existe um ou outro que tem essa perspectiva,
29 mas é algo minoritário. As políticas, e às vezes as demandas das pessoas estão muito mais
30 atentas às próprias oscilações sociais, econômicas que têm vivenciado. Então, por fim, também
31 respondendo à conselheira Michelle, cujo comentário é na mesma direção do que a conselheira
32 Elisabeth trouxe, a Câmara Deliberativa é um órgão institucional, é um órgão de representação,
33 e esse debate vem sendo feito com a maior seriedade, trabalhando com dados. Sabe que
34 participaram recentemente de uma outra discussão, e acredita que trazer esse assunto naquele
35 momento dentro da Cader tumultuaria as conversas, porque tinham urgência pelo fato de o
36 sistema de ingresso ter um calendário, que não é definido pela Comvest. É definido exatamente
37 pelo início do ano letivo, votado pelo Conselho Universitário, a partir das propostas da PRG.
38 Estão sempre à disposição para conversar, trazer mais informações, e esses são os dados, que
39 são duros; gostariam que não tivessem esses dados, mas esses estudantes pretos e pardos que
40 estão na escola primária continuarão a ter a oportunidade de prestar o vestibular. Há uma

1 correspondência entre vagas do Enem e do vestibular de mais de 85%, então são praticamente
2 os mesmos inscritos no Enem e no vestibular. E este ano, com a mudança na inscrição do
3 vestibular que permitirá que todo candidato que está inscrito no vestibular concorra também no
4 Enem, vão elevar esses números, portanto candidatos pretos e pardos de colégios privados
5 poderão concorrer normalmente pelo vestibular, sem grande prejuízo para aqueles que
6 efetivamente estão se inscrevendo ao longo da série de cinco anos que estão comentando aqui.
7 Para terem mais estudantes de escola pública, precisam avançar nesses 5%. Não pensaria em
8 ampliar para 25% de vagas do Enem, porque isso realmente seria uma outra política e
9 desvirtuaria outros debates porque, afinal, o vestibular é uma ferramenta importantíssima.
10 Viram como o Enem, embora tenha uma concepção de política de Estado, foi excessivamente
11 manipulado nos últimos quatro anos e que temas importantes para a sociedade civil não estão
12 sendo debatidos, estão sendo negligenciados em sua prova e, conseqüentemente,
13 negligenciados da educação básica. Porque se um tema como ditadura não cai no Enem, os
14 estudantes se questionam por que vão estudá-lo; nesse aspecto, os vestibulares das
15 universidades e a maneira como fazem os vestibulares, inclusive com questões dissertativas,
16 são uma concepção de educação que vai além do processo de seleção. Os professores Antonio
17 José e Ivan participaram ontem do lançamento do vestibular e ouviram esse clamor da Comvest.
18 A múltipla escolha atende a uma expectativa, mas a prova dissertativa, como a Unicamp faz,
19 também preserva a identidade que é muito cara ao seu vestibular desde que foi criado, em 1987.
20 Então, nesse sentido, ressalta a questão que permeia esta proposta: se vão continuar correndo o
21 risco de ficar muito próximos dos 42% de estudantes de escola pública ou tentarão chegar aos
22 50% com essa alteração de índice. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA
23 pergunta ao professor José Alves se seria possível que houvesse algum tipo de divulgação mais
24 ampla dessas decisões, para além da discussão nas câmaras. Acha que uma demanda que está
25 sendo colocada é justamente essa. Quanto ao esclarecimento dessas modificações, os impactos,
26 possuem total confiança no trabalho que a Comvest desenvolve há tantos anos, um trabalho
27 muito sério, reconhecido nacional e internacionalmente. Mas acha que talvez a discussão fora
28 desses espaços, para os esclarecimentos e para que não tenham esses ruídos em relação à
29 política de ingresso, seja muito interessante. Sabem que os calendários são muito difíceis, o
30 tempo é cronometrado, mas pergunta se poderiam tentar fazer com que a comunidade se sinta
31 participando mais disso, fora das instâncias, pois é claro que a comunidade participa pela
32 representação. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA agradece à Comvest e à
33 Pró-Reitoria de Graduação por trazerem esse tema importante. Acha que a Unicamp tem de
34 buscar cumprir e chegar a esse objetivo de 50%. É importantíssimo votar este item hoje pois,
35 como o professor José Alves colocou, se não votarem hoje não conseguirão implementar isso
36 tão cedo, o que implica que as ações de 2023 já ficam esvaziadas. Entende a colocação da
37 representação estudantil, mas existem situações que demandam ações mais rápidas, e esta é um
38 exemplo. O tema foi discutido com um subconjunto dos representantes estudantis, mas o
39 contexto maior aqui é: ou agem agora, ou não terão ações em 2023. A Conselheira ROSMARI
40 APARECIDA RIBEIRO diz que gostaria de contribuir com a reflexão sobre como e quanto a

1 discussão sobre o tema foi, de fato, levada de uma maneira mais ampla. A representante discente
2 e a funcionária se manifestaram trazendo a questão de que isso tenha sido pouco debatido.
3 Considerar um aluno PPI que teve bolsa em escola particular é considerar a questão racial
4 exclusivamente, então é um tema que é necessário ser tratado. A questão da pandemia
5 influenciou diretamente os alunos de escola pública, muitos tiveram baixo rendimento, muitos
6 tiveram poucas aulas, muitos tiveram desinteresse pela escola, e talvez isso também tenha
7 impactado na opção pelo ensino superior, ou pela falta de opção. Analisar os números agora,
8 depois de dois anos de pandemia, parece-lhe um pouco precipitado. Estão abaixo do número
9 ideal, mas agora que as aulas estão sendo retomadas, de fato, tem a impressão de que seria
10 prudente esperar mais um pouco, fazer uma discussão mais ampla para então colocar em
11 votação. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que achou a
12 proposta muito razoável, pelos mesmos argumentos que a professora Rosmari acabou de usar.
13 A pandemia pegou a todos de uma maneira quase democrática; quem não pôde escapar se
14 isolando completamente acabou envolvido. As escolas públicas foram muito afetadas, mais do
15 que as escolas privadas, porque não há como fazer uma escola pública ter o mesmo sistema de
16 acesso remoto que tem uma escola privada. Então, seguindo os mesmos argumentos da
17 professora Rosmari, acha que é o momento de mudar. Quanto mais cedo conseguirem trazer
18 mais alunos de escola pública para dentro da Universidade, que sofreram isso que aconteceu
19 durante a pandemia, melhor. Acha mais razoável que reexaminem a volta ao sistema anterior
20 daqui a algum tempo, quando os efeitos da pandemia estiverem mais longe, quando tiverem se
21 recuperado melhor de tudo o que aconteceu. Considera essa mudança importante agora, para
22 que admitam mais alunos de escola pública, independentemente da raça, e depois, daqui a
23 algum tempo, voltem à situação anterior, quando tudo estiver um pouco mais equilibrado.
24 Portanto, vai votar favoravelmente à proposta. Parabeniza a Comvest e o professor Toro pela
25 iniciativa, acha que é uma atitude de emergência muito bem-vinda. A Conselheira MÔNICA
26 ALONSO COTTA concorda com a fala da professora Heloise, é exatamente esse ponto que
27 gostaria de trazer. Devem avaliar continuamente as políticas, e acha que o trabalho da Comvest
28 é muito bem-feito. Teve a chance de ver as estatísticas de acompanhamento dos alunos durante
29 o semestre do curso das diferentes entradas. Isso é um trabalho maravilhoso porque ele orienta
30 toda a política de inclusão social no vestibular. Possuem uma dívida com os alunos das escolas
31 públicas. Seus filhos, que hoje estão formados na universidade, estudaram em uma escola
32 particular que tem um forte aspecto de inclusão. Eles fazem de tudo, até às vezes pagar hotel
33 para o aluno ficar perto da escola. A Tábata Amaral é um exemplo. Então, um aluno bolsista
34 em uma escola privada não está nas mesmas condições, principalmente durante a pandemia, do
35 que um aluno da escola pública. Acha perfeito esse argumento e reforça o que o professor
36 Anderson falou: precisam votar isso hoje para já ter efeito em 2023, e não esperar mais um ano
37 para cobrir essa dívida. E continuar avaliando todo o desempenho desses alunos, ver como eles
38 progridem, pois precisam olhar todo o percurso e corrigir as rotas, as métricas, para que isso
39 seja ajustado ao longo do percurso também. A Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE
40 FREITAS parabeniza a Comvest e ao professor José Alves pelo trabalho que eles têm feito.

1 Acha que essa análise do perfil dos estudantes e a busca da correção para chegarem mais
2 próximos às metas que o próprio Consu estabeleceu é absolutamente fundamental. Mas há um
3 ponto importante nas falas das conselheiras Elisabeth, Michelle e Anna Bentes, que é a forma
4 como publicizam esses dados dentro da Unicamp. Isso vale para a Comvest e também para
5 quase todas as esferas da Universidade. Nos últimos anos, tem havido um esforço para aumentar
6 a transparência dos dados, colocando isso disponível no Portal da Transparência, mas sente
7 muita falta, enquanto professora, e quando foi coordenadora de curso, de informação com a
8 qual possa trabalhar, inclusive fazendo dados estatísticos e coisas do tipo. Não só enquanto
9 pesquisadora da Universidade, mas como pessoa em cargo de gestão. Acha que os dados da
10 Comvest são absolutamente essenciais para pensarem quem são os alunos que entram, quais
11 são os desafios que os professores vão ter em sala de aula a partir da entrada desses alunos,
12 quais são e como eles saem, para onde eles vão, qual a diferença do aluno que entrou para o
13 aluno que sai, entre outras coisas. Está chamando a atenção do dado da Comvest, mas
14 aproveitando uma oportunidade para falar sobre como falta dado dentro da Universidade. Um
15 lugar onde fazem pesquisa e o dado é tão essencial, mas é difícil de obter; não que não haja
16 relatórios, conseguem dados em PDF de quase todas as esferas da Universidade, mas os
17 pesquisadores que trabalham com dados quantitativos sabem que dados em PDF são uma leitura
18 interessante, mas são muito pouco produtivos do ponto de vista analítico para quem quer fazer
19 análise e entender os próprios dados. Talvez fosse interessante que a fala do professor José
20 Alves viesse junto com alguns dados sobre como foram esses últimos anos, pois mesmo dentro
21 do item que está sendo votado não há a informação. Ouviu essa informação ontem na imprensa,
22 é óbvio que a Comvest está trabalhando em cima desses dados e está fazendo isso de forma
23 muito responsável, mas como membro da comunidade desejaria ter mais acesso a informações
24 desse tipo. É favorável à proposta, acha que as políticas públicas de forma geral e a política de
25 acesso à Universidade, que é absolutamente fundamental, têm de ser pensadas e reavaliadas
26 para ser ajustadas às metas. Entende que os prazos são curtos e que o momento de reavaliar é
27 este, mas acha que essa é uma política para ser constantemente discutida com a comunidade
28 universitária. Talvez pudesse haver mais informação e mais divulgação, inclusive para verem a
29 beleza do trabalho que a Comvest está fazendo. Dentro do projeto de extensão que coordena,
30 sistematicamente trabalham com escolas públicas vulneráveis e com alunos de escolas públicas
31 nas regiões mais vulneráveis de Campinas. É absolutamente chocante como, à medida que vão
32 se afastando do centro para a periferia, fica muito mais comum a pergunta do que é preciso
33 fazer para estudar na Unicamp, de quanto se paga para estudar na Unicamp. Escuta essa
34 pergunta sistematicamente dos alunos para os quais fazem cursos e outras atividades dentro do
35 seu projeto de extensão. Os alunos de escolas públicas periféricas não sabem que é possível
36 estudar na Unicamp, não sabem que não se paga para estudar na Unicamp. Então, acha que
37 precisam pensar em outras medidas também, para além do acesso pelo vestibular, de
38 comunicação da Universidade nas escolas públicas. A Conselheira MICHELLE SIMÕES DA
39 SILVA reafirma sua preocupação quanto ao método da elaboração da proposta. Existe a Cader
40 por uma razão, é uma comissão permanente para elaboração desse tipo de política. A princípio,

1 a elaboração parte de um pressuposto legítimo, uma preocupação legítima de que o ingresso de
2 estudantes de escolas públicas vem diminuindo nos últimos anos, e isso é um efeito geral que
3 têm visto nacionalmente, inclusive na própria inscrição do Enem, nos dois anos passados
4 durante a pandemia caiu tanto o número de estudantes pretos e pardos inscritos na prova quanto
5 estudantes de escolas públicas. O que realmente a preocupa é o método de elaboração, porque
6 não podem tornar uma norma na condução das políticas étnico-raciais na Universidade que as
7 coisas sejam definidas fora dos espaços onde essas políticas deveriam estar sendo formuladas,
8 que é a Cader. Acha que isso é um atropelo a uma elaboração histórica e um acúmulo histórico
9 de que o movimento negro precisa ser protagonista nas alterações, nas elaborações e nas
10 definições com relação a essa política. Porque aqui estão fazendo um debate sobre os elementos
11 socioeconômicos e a importância da transformação no perfil socioeconômico da Universidade,
12 mas existem duas questões que são diferentes: existem as políticas afirmativas étnico-raciais e
13 existem as políticas afirmativas socioeconômicas. Se entendem que as políticas
14 socioeconômicas hoje estão insuficientes na Universidade, deveriam aprofundar esse debate e
15 elaborar políticas que avancem nesse sentido, sem interferir diretamente em políticas que
16 pautam sobre o tema racial. Porque quando falam de políticas afirmativas étnico-raciais, não
17 estão falando sobre questões socioeconômicas, mas sobre uma reparação histórica de um país
18 que foi por centenas de anos conduzido por uma política escravagista, um povo que foi
19 excluído. Independentemente das condições socioeconômicas que hoje alguns poucos negros
20 conseguem atingir, ainda assim existe uma diferença enorme, e acha que esta semana, inclusive,
21 isso ficou muito bem demonstrado. Houve o ataque racista em Portugal a filhos de atores da
22 Globo, que são pessoas socioeconomicamente mais do que bem resolvidas, mas que não estão
23 livres de ver seus filhos, crianças, passarem por violências raciais esdrúxulas e graves. Isso no
24 Brasil é algo comum. Ela é uma pessoa negra, que estudou a vida toda em escola pública, e
25 acha que essa política proposta, principalmente após a pandemia, tem vários elementos
26 importantes em que precisam avançar, refletir, mas é muito problemática a forma como o debate
27 está sendo feito, em primeiro lugar, porque existe uma confusão clara do que são políticas
28 afirmativas étnico-raciais e o que são políticas afirmativas socioeconômicas. São coisas
29 diferentes, e é muito importante que isso seja diferenciado porque senão, principalmente no
30 Brasil, onde existe uma confusão grande do que é identidade racial, permitem que esse tipo de
31 debate seja feito sem que os termos sejam colocados nas formas corretas. Passar pelas câmaras
32 é fundamental, há as representações, mas as câmaras não são proporcionais e as câmaras são
33 representativas, elas não são o conjunto da comunidade. Acha que precisam entender como
34 podem e devem se esforçar para elaborar esse tipo de política, que versa especialmente sobre o
35 avanço do perfil socioeconômico da Universidade e, conseqüentemente, o avanço democrático
36 do próprio perfil social da Universidade, que esse debate seja feito com o conjunto da
37 comunidade, como historicamente a greve lutou para que fosse. Então, não vê condições de
38 votar hoje esta proposta, principalmente pela falta de acúmulo desse debate, de acesso a esses
39 dados, acesso a essa proposta com antecedência. Mas, também, pelo nível de confusão que está
40 se gerando aqui de que políticas afirmativas étnico-raciais e políticas socioeconômicas são a

1 mesma coisa, o que não são. A Conselheira ELISABETH CARDOZO concorda com a fala da
2 acadêmica Michelle, mas também concorda com a fala da professora Andréa e da professora
3 Anna Bentes sobre a questão da publicidade, da divulgação, que é algo que falta muito dentro
4 da Universidade em relação a alguns temas. E também essa questão que nunca se discute, que
5 são as composições das comissões e câmaras. Não é favorável nem contrária à proposta, porque
6 não pode falar sobre algo que não estudou profundamente. Concorda com a professora Mônica
7 que não se trata só do ingresso; precisam discutir política de permanência, assim como fazer
8 essa diferenciação que a acadêmica Michelle coloca. Mas não deixa de parabenizar o trabalho
9 da Comvest, de valorizar esse esforço, mas esse esforço tem de ser feito de uma forma coletiva
10 e junto com a comunidade, com o movimento negro, que tem representação dentro da Unicamp.
11 Foi mencionado que essa discussão passou pelas instâncias, e concorda que é possível assistir
12 às reuniões, mas não possuem a representação adequada nessas câmaras e não há publicidade
13 do que vai ser discutido, nem do que foi discutido anteriormente. Então, solicita que a
14 Universidade pense um pouco nisso. Em relação ao que o professor José Alves falou das
15 reuniões que têm ocorrido para discutir um outro assunto da Cader, concorda com ele que não
16 deveria ter sido colocado naquele momento, mas poderiam ter convocado uma reunião
17 específica ou qualquer outra discussão em relação a isso. Talvez fosse o caso de terem um
18 fórum que seja concretamente o lugar para fazer essa discussão para depois levar para as
19 câmaras. Porque o esforço que a Universidade faz na questão racial, na questão indígena, é
20 muito louvável, mas precisam ter um fórum, um local onde façam especificamente essa
21 discussão junto com os outros órgãos, unidades, câmaras, comissões. Sabe que é um calendário
22 apertado, mas seria interessante ter um órgão que discutisse permanentemente esses assuntos,
23 não só em momento de vestibular, de atividades, de eventos. Não se sente segura para votar
24 favoravelmente à proposta, mas não faz nenhuma crítica porque não a conhece profundamente.
25 O MAGNÍFICO REITOR diz que, como já foi falado pelo professor José Alves, ontem foi
26 lançado o vestibular da Unicamp, em um evento que ocorreu no prédio da Comvest, com
27 transmissão *on-line*, com a presença de membros da imprensa, e revelando já modificações no
28 calendário, modificações no procedimento – obviamente não esse que estão discutindo aqui –,
29 e mostrando como a Comvest é um órgão muito antenado em todo acompanhamento da
30 evolução ao longo do tempo, dos dados do vestibular, da entrada de pessoas, do alcance. E
31 sempre em uma ação que procura aprimorar esse processo; vê uma preocupação muito grande
32 de transparência e muito associada com aqueles que são diretamente envolvidos nessa questão,
33 e essa é uma das ações que levam a Universidade mais próxima às pessoas. Não só as pessoas
34 que estão envolvidas no processo de prestar o vestibular, as suas famílias e toda a estrutura de
35 ensino pré-universitária que é influenciada pela forma como a Unicamp trata o seu vestibular.
36 Então, agradece muito à Comvest, ao professor José Alves e ao conjunto da equipe. Foi um
37 lançamento muito bonito ontem. Observa que é importante realmente diferenciar o que estão
38 discutindo aqui. A discussão sobre cotas socioeconômicas é uma coisa histórica desse debate.
39 Participou como diretor, a professora Rachel Meneguello presidiu as audiências que foram
40 realizadas, portanto essa discussão vem desde o início, ela não é uma discussão nova. É

1 importante não perderem essa dimensão. Na época, discutiram necessariamente que precisavam
2 ter a experiência, ter dados. O professor José Alves trouxe dados objetivos: está havendo uma
3 queda na procura de pessoas de escolas públicas no acesso à Universidade. Existe uma
4 possibilidade de resolver isso sem, em nenhum momento, prejudicar a reserva de vagas raciais.
5 O que estão fazendo é aproximar essas reservas de vagas relacionadas a questões étnico-raciais
6 às vagas socioeconômicas. Sinceramente, não consegue ver nada de negativo nisso, é
7 extremamente positivo, estão justamente cumprindo um papel adicional da Universidade, de
8 abraçar essas pessoas que têm menos oportunidade, não só pela questão racial, mas também
9 pela questão socioeconômica. Então acha que isso está bem alinhado com qualquer valor mais
10 generoso da Unicamp em relação à sociedade. Sobre a questão da comunicação, é algo que os
11 preocupa como transmitir para a Universidade esse conjunto de ideias, de sugestões.
12 Institucionalmente, a responsável pelo vestibular é a Comvest, não é a Cader nem qualquer
13 outro órgão. Todos podem formular propostas, inclusive no último Consu votaram uma
14 proposta dos estudantes em relação à possibilidade de participar em mais de uma representação.
15 Então a liberdade para propor, para alterar, está disponível na Universidade, ninguém controla
16 isso, mas as propostas têm de influenciar as instâncias deliberativas, então na Comvest,
17 comissão de graduação, Cepe, essa discussão teve pouco efeito, e há representantes em todas.
18 Precisam contar com os representantes levando essa discussão para suas bases. Não vai ser a
19 gestão que vai substituir a representação, isso, inclusive, seria uma coisa meio equivocada. Os
20 representantes devem se sentir absolutamente à vontade para solicitar essa discussão, mas que
21 o façam antes de ela chegar aqui no momento de deliberar e tomarem uma decisão. Por
22 exemplo, a bancada dos docentes nível MS-3 solicitou conversar com ele antes da discussão
23 dos processos de progressão, e isso foi feito. Reuniu-se não com a bancada, mas com um grupo
24 grande de professores doutores para discutir o processo de progressão. Está completamente
25 aberto a conversar, assim como tem certeza de que o professor José Alves faria essa discussão,
26 que o professor Ivan faria. Sua pergunta é se existiu essa solicitação; porque é uma dificuldade
27 de comunicação, mas a dúvida que possui é se isso ocorreria por iniciativa da Reitoria. Quer
28 dizer, as pessoas têm de tomar a iniciativa também, e não solicitar discussão quando chegam
29 em um momento de decisão, sendo que o assunto passou por várias instâncias e em todas havia
30 representantes das categorias. É importante que a comunidade participe, mas para ela participar,
31 os representantes têm de assumir esse papel de levar a discussão e de cobrar que ela seja feita.
32 Estão dispostos a fazê-la, mas ela está ocorrendo em um momento em que precisam tomar
33 decisão, então pergunta por que ela não foi feita antes. Também estão sempre dispostos a
34 publicizar, há várias coisas que colocam na página da Unicamp. Tiveram vários problemas, por
35 exemplo, nos processos de progressão, embora tenham feito via DGRH, via resoluções, um
36 número imenso de informações. Informação é uma via de mão dupla; não basta alguém falar,
37 tem que haver ouvidos que escutem também. Então é esse movimento que precisam para
38 ampliar os espaços democráticos na universidade. As pessoas têm de querer ocupar o espaço
39 também e os representantes levarem essa discussão às suas bases. O Professor JOSÉ ALVES
40 DE FREITAS NETO corrobora a fala do senhor Reitor e diz que no *site* da Comvest constam

1 todas as informações sobre o perfil socioeconômico, é possível pesquisar por curso, por ano, e
2 acompanhar as questões. Os dados são: em 2018, tiveram 50,1% de matriculados de escola
3 pública; em 2019, 47%; em 2021, 45,7% e chegaram aos 42%. O MAGNÍFICO REITOR
4 ressalta que não é positivo para a Universidade que permaneçam nessa rota. Não havendo mais
5 observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 56 votos favoráveis, 03 votos
6 contrários e 04 abstenções. Passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-17846/1994 e Dossiê 01-D-
7 29966/2022 –, que trata da prorrogação da suspensão temporária da aplicação do artigo 4º da
8 Deliberação Consu-A-35/2017, que estabelece a nova sistemática para o preço a ser pago pela
9 refeição servida no sistema de restaurantes universitários e dá outras providências. Passa a
10 palavra ao professor Fernando Sarti, para que faça uma apresentação da proposta. O
11 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a Deliberação Consu-A-35/2017 estabeleceu essa
12 sistemática de reajuste de preço das refeições na Universidade. No caso dos alunos, depois de
13 ficar uma década sem reajuste, em 2017 houve esse reajuste, e os alunos, a partir de então,
14 teriam também os valores reajustados pela bolsa SAE. Isso foi um problema no sentido de que
15 essas bolsas foram reajustadas agora em 2022, enquanto as bolsas acadêmicas, em particular a
16 da Capes e a do CNPq, não. Para os servidores, havia duas sistemáticas diferentes: no caso dos
17 técnico-administrativos, a partir de um teto era cobrado um valor fixo, para quem recebia acima
18 desse teto, e até o teto há uma tabela com tarifas diferentes estabelecidas. E para os docentes é
19 um valor fixo. O que fizeram na Deliberação Consu-A-11/2022 foi, depois de ter inclusive
20 votado aqui no Conselho Universitário esse reajuste, suspender a aplicação desse artigo 4º da
21 deliberação de 2017 e congelar os preços cobrados pelas refeições. Ao mesmo tempo, foi criada
22 a Portaria GR-52/2022, que criou um grupo de trabalho presidido pela PRDU, mas com a
23 participação discente, também de servidores e de vários órgãos da gestão envolvidos na questão,
24 a DEA, o Gabinete, a Prefeitura, a Aeplan. O grupo se reuniu, e a definição de uma eventual
25 nova sistemática depende de pensar essa sistemática de reajuste; inclusive para fazer o cálculo
26 do subsídio concedido depende de vários fatores, como o custo médio da refeição, que tem
27 variado bastante de período a período porque o próprio custo médio depende muito da escala,
28 do acesso aos restaurantes universitários e da receita que é cobrada ali dentro. Só para se ter
29 uma ideia de como essas escalas variam mês a mês, em maio foram servidas 320 mil refeições
30 e em abril 250 mil. Essa oscilação grande, de mês a mês, dificulta muitas vezes o cálculo dessa
31 tarifa média, mas em julho o custo médio foi de R\$26,06. Diante disso, o grupo de trabalho fez
32 uma proposta de prorrogar novamente esse reajuste, mantendo a suspensão temporária da
33 aplicação do artigo 4º, para se debruçarem um pouco mais sobre esses valores, tanto do ponto
34 de vista de avaliar as receitas, quanto o custo médio da refeição. Portanto, o que está sendo
35 proposto aqui é congelar até 31 de março de 2023 e nesse meio tempo o GT traria uma nova
36 proposta sistemática de preço e de reajuste dos preços. A Conselheira JULIANA ANDRADE
37 BEGIATO diz que é militante da Faísca Revolucionária, é estudante de Ciências Sociais, e se
38 inscreveu porque é importante dizer que os estudantes não aceitam nenhum aumento no
39 restaurante universitário, o que ataca frontalmente a permanência estudantil. Neste momento,
40 por responsabilidade da Reitoria, centenas de trabalhadoras do restaurante universitário estão

1 sendo demitidas. Se forem recontratadas, será com menos direitos, com menos salários e sem
2 poder acessar o fretado e todas as outras coisas a que os trabalhadores efetivos têm acesso. A
3 Reitoria dá as costas a esses trabalhadores terceirizados, que em sua maioria são mulheres
4 negras que trabalham do restaurante até a limpeza, que executam turnos extenuantes, com
5 condições muito piores de trabalho e que foram trabalhadores essenciais durante a pandemia.
6 Trabalharam, se expuseram ao vírus para manter a Universidade, o Hospital, e não podem se
7 esquecer que a senhora Edivânia, trabalhadora do restaurante universitário, morreu durante a
8 pandemia por ter pego o vírus. Se estivesse viva, estaria agora também sendo demitida ou
9 recontratada com menos direitos. Por isso, acha que precisam pautar aqui no Consu muito
10 fortemente que essas trabalhadoras não sejam demitidas e que tenham todos os direitos
11 assegurados. Também não podem se esquecer de que esses trabalhadores vivem em condições
12 tão precárias que muitas vezes ficam doentes, têm problemas de saúde, como foi o caso da
13 senhora Lourdes, que teve problemas respiratórios durante o trabalho na pandemia, no
14 restaurante universitário, e morreu de Covid por conta desses problemas respiratórios. A
15 Reitoria trata os terceirizados como invisíveis, porque aqui no Consu há até membro da Fiesp,
16 que representa os empresários, que ataca os trabalhadores de tantas formas, passando reformas
17 etc., mas as trabalhadoras terceirizadas aqui não têm voz. O senhor Reitor colocou no último
18 ponto a importância de deixar cada vez mais democrática a Universidade, de se verem mais
19 como representantes discente etc., para debater mais amplamente, mas as trabalhadoras
20 terceirizadas não podem falar. E são elas que mantêm a Universidade de pé. Entretanto, quando
21 elas se colocam, são demitidas, como foi o caso do senhor Sidney, em 2019, que se colocou
22 contra as demissões e que foi um demitido político da Universidade. Isso é um absurdo porque
23 essas famílias que podem ir para rua, ou ter os seus direitos cortados no governo Bolsonaro, da
24 fome, das filas do osso, estão agora tendo também de lidar com uma nova empresa que está
25 sendo colocada no lugar, que é uma empresa que tem várias denúncias no Rio de Janeiro de
26 precarização da comida, de comida estragada etc. Está acontecendo um ato neste momento, em
27 frente ao prédio do Consu, em defesa dessas trabalhadoras, em defesa dos seus direitos, pois
28 nenhuma família pode ir para a rua. Querem a recontração imediata de todos os demitidos
29 com os mesmos direitos; vêm sempre defendendo a efetivação dos terceirizados sem a
30 necessidade de concurso público, porque sabem que estão avançando na terceirização e
31 colocando uma empresa com denúncia das comidas estragadas etc., o que também ataca a
32 permanência estudantil, a alimentação dos estudantes. Uma pergunta que coloca é por que a
33 Reitoria não se pronuncia sobre isso aqui, por que não explica a esses trabalhadores como
34 alimentar suas famílias com salários menores, menos direitos, sem fretados, sem creche, por
35 exemplo, pois será tudo retirado porque vão sair da Funcamp. Não vão aceitar uma empresa
36 que fornece comida estragada, que tem sede no Rio de Janeiro, acha que isso tem de ser pautado
37 aqui no Consu e ficar muito marcado que nenhuma família tem de ir para rua. Pela recontração
38 imediata, com todos os direitos que os efetivos também têm. A Conselheira ELLEN ALVES
39 MENEZES diz que é muito importante o que a conselheira Juliana acabou de falar. Está
40 realmente acontecendo o ato, conseguem escutar de dentro da sala do Consu, e ressalta que é

1 fundamental essa questão das terceirizadas, pois são 253 famílias que vão para rua. Acabaram
2 de aprovar uma pauta importante, sobre a inclusão dos estudantes, e ressalta que os estudantes
3 estão unidos com as trabalhadoras terceirizadas e contra essa derrubada de direitos, que já são
4 pouquíssimos. É muito importante que tenha sido suspenso por mais tempo o aumento do
5 restaurante universitário, mas ressalta que em 2023, quando isso voltar à pauta, devem discutir
6 novamente essa questão. Hoje há uma porcentagem de 4,1% de pessoas que sofrem de fome
7 crônica no Brasil, são pessoas que estão na fila do mercado atrás de osso, atrás de algo que faça
8 com que elas não passem fome. E quando falam do aumento do restaurante, estão falando dessas
9 pessoas. Acabaram de aprovar a inclusão de mais pessoas de escola pública e sabem que a
10 bolsa, apesar de ter aumentado, não contempla todos. Muitas pessoas vivem à margem das
11 bolsas e por isso é importante que não haja aumento do valor do RU. A Conselheira EVANIR
12 LOPES TEIXEIRA diz que a Unicamp, como universidade pública, deveria defender essa
13 classe de pessoas que vão ser demitidas hoje. Para quem não sabe, informa que é hoje a
14 demissão. Sua preocupação é como essas pessoas, que muitas vezes são mantenedoras do lar,
15 que são mulheres, homens, mulheres negras, vão ficar com essa situação. Não podem só achar
16 que a Universidade está procurando o que é melhor para ela e se esquecerem dessas pessoas.
17 Pergunta como fica a responsabilidade da Unicamp dentro de uma sociedade já tão massacrada.
18 Então, a partir do momento que essas pessoas são colocadas na rua, tira-se o direito delas de
19 poder dar o mínimo para sua família. As que forem recontratadas ganharão salário menor e não
20 poderão desfrutar de vários benefícios. Então deixa o seu alerta ao Consu para terem um pouco
21 mais de humanidade e enxergarem um pouco mais essa classe, uma classe muito marginalizada
22 dentro da Instituição e por isso possuem o dever de proteger essas pessoas. Manifesta, portanto,
23 sua indignação; não concorda com terceirização e o que tem visto são esses funcionários
24 desesperados, enquanto a Universidade está só assistindo. A Conselheira MICHELLE SIMÕES
25 DA SILVA diz que sua fala é no sentido das que a antecederam, em especial a fala da acadêmica
26 Juliana, que foi bastante completa e acertada em diversos pontos. Em primeiro lugar, o tema
27 dessa pauta em si, que é o reajuste se manter suspenso, é o mínimo que a Universidade pode
28 fazer entendendo a condição econômica, geral e profunda de crise que vivem no país. Não é
29 uma crise somente econômica, mas também social, política, e todos aqui estão muito cientes
30 disso, até nesse ponto todos estão unidos, em reflexão, contra esse governo, que foi o principal
31 responsável pelo aprofundamento tanto da crise sanitária da pandemia, quanto dos elementos
32 que se desdobram disso tudo, como essas crises econômicas e sociais. Então é inimaginável,
33 nesse contexto, aumentar o valor da refeição, independentemente da proporção que signifique
34 esse aumento. Isso significaria também, muito provavelmente, um avanço da situação de fome,
35 que é geral no país e também sobre os estudantes, o que é inaceitável. Mas é também muito
36 mais inaceitável que, em meio a esse contexto, lateralizem e não pautem neste espaço uma
37 alteração tão profunda que vai se desenrolar a partir dessa troca de licitação. Principalmente por
38 se aprofundar o processo de privatização, de terceirização, que já vem de alguns anos, mas que
39 agora sai da Funcamp, que tem algum vínculo com a Universidade, e passa para uma empresa,
40 como a acadêmica Juliana muito bem colocou a denúncia, que já tem históricos bastante

1 problemáticos na própria oferta do serviço. Relata que a USP está com alguns problemas no
2 seu restaurante por causa da privatização, que estava levando os estudantes a comerem comida
3 podre; espera não ter de passar por isso aqui na Unicamp. Possuem um cenário, na
4 Universidade, de transformação no perfil social, em que as políticas de permanência estudantil
5 ganham uma importância ainda maior. Nessa mudança de licitação, o principal efeito será a
6 demissão de uma massa de trabalhadores que vão ver as suas vidas completamente ruindo, com
7 salários cada vez menores, com condições de trabalho cada vez piores, sem direitos, como a
8 acadêmica Juliana também muito bem colocou. Estão com o ato em frente ao prédio do Consu,
9 infelizmente está com Covid e não pôde participar presencialmente da reunião e nem do ato,
10 mas além do próprio ato, há também um manifesto em apoio a essa luta em defesa dos empregos
11 que tem mais de 600 assinaturas. Vão seguir recolhendo assinaturas até que seja interrompido
12 esse processo de demissões e mudem essa licitação, que é inaceitável. Precisam debater aqui
13 qual o modelo de Universidade que de fato defendem, qual tipo de permanência defendem, e
14 não vê um projeto de permanência estudantil que tenha, de fato, qualidade tanto para os
15 trabalhadores quanto para os estudantes, quando priorizam os elementos financeiros,
16 orçamentários, em detrimento das vidas das pessoas que trabalham ou que dependem desses
17 serviços. Acha que a discussão é invertida quando debatem nesses termos e não colocam como
18 prioridade refletir como vão defender a vida de mais de 250 trabalhadores que, em meio à crise
19 profunda que estão vivendo, vão perder seus empregos sem a garantia real da recontração.
20 Um compromisso verbal nada significa frente às pessoas que no próximo mês não sabem se
21 vão estar de fato trabalhando, recebendo, tendo acesso às condições de trabalho que tinham até
22 então quando estavam vinculadas à Funcamp. É muito importante que agora, nesta pauta,
23 também consigam refletir esse tema, trabalhar enquanto um conjunto da comunidade para
24 impedir que avance essa alteração, que ocorre em meio às férias, inclusive. Dois temas bastante
25 importantes sendo debatidos em um contexto de esvaziamento da Universidade, em que a
26 maioria dos estudantes não está aqui, em que a maioria da comunidade não está acompanhando
27 o debate porque está em férias. Acha que isso também são demonstrações de limites da
28 democracia, que se o Reitor defende que precisa avançar, com certeza o compromisso de mover
29 na base, estão colocando em prática e a prova é o próprio ato que está na frente do prédio, com
30 algumas dezenas de pessoas, mesmo em meio às férias. Mas agora quer ver o compromisso da
31 gestão em abrir os debates e democratizar as decisões a partir de uma iniciativa própria da
32 gestão, que acha que tem faltado. A Conselheira HELENA ANSANI NOGUEIRA solicita a
33 palavra ao acadêmico Matheus Albino. O Acadêmico MATHEUS ALVES ALBINO diz que
34 vai deixar aqui o posicionamento da Associação de Pós-Graduandos, que se coloca contra esse
35 modelo de terceirização do serviço que vigora e tende a se agravar nos restaurantes
36 universitários, não só na Unicamp, e a posição da APG de não aceitar a precarização do
37 trabalho, a demissão dos servidores. Não podem dizer que valorizam empregos, que valorizam
38 a ciência, que valorizam os trabalhadores se permitem que esse tipo de relação de trabalho se
39 dissemine na Universidade. Se começam uma reunião falando que defendem a democracia, o
40 Estado de direito, e que isso é fundamental, precisam também defender o direito de cada

1 trabalhador usufruir de forma plena dessa democracia. E não vê como isso é possível nesse
2 modelo. Participou do grupo de trabalho para rediscutir a Deliberação Consu-A-35/2017, e
3 gostaria que, em vez da suspensão até março, apesar de ser razoável, tivessem repensado toda
4 a deliberação, porque ela faz um reajuste automático do valor da alimentação de acordo com as
5 bolsas SAE e com o aumento dos salários. Acha que isso é um mecanismo muito cruel de
6 reajuste, que dá com uma mão e tira com a outra. A própria deliberação de 2017 traz, nos
7 considerandos, que o valor da refeição não era reajustado desde 1998 para os estudantes. Outra
8 das justificativas da proposta era a evolução dos custos da cadeia de alimentos, mas observa
9 que os salários e os próprios auxílios do SAE já não acompanham há muito tempo essa evolução
10 dos custos. Mais do que isso, como se trata de um subsídio, deveria ser considerado no cálculo
11 muito mais a situação financeira da Universidade em manter esses preços. Se existe um espaço
12 para manter a refeição mais acessível para todos, não há por que reajustar. Acha que o que
13 precisa ser reajustado com mais frequência com certeza são os salários, são as bolsas SAE e, na
14 regra atual, se eles forem recompostos, pelo menos com a frequência que merecem, o preço da
15 refeição vai explodir, e isso não é razoável. Antes da deliberação de 2017, existe uma
16 deliberação anterior, de 1995, que previa que os custos e as propostas de melhoria do sistema
17 de restaurantes fossem acompanhados por uma comissão permanente de restaurantes. Essa
18 comissão, na redação de 1995, era composta por um representante da Reitoria, um da Prefeitura,
19 um da DGA, um da ADunicamp, um do DCE e um da PG. Não sabe se isso algum dia foi
20 colocado em prática, acha que nunca foi implementado, mas poderia ser um modelo interessante
21 para uma nova proposta que substitua a de 2017. Tem até dúvida se essa deliberação foi
22 revogada pela de 2017, mas acha que esse artigo em específico não foi revogado. Consulta a
23 PG se essa deliberação já foi colocada, já foi implementada alguma vez na Universidade. Acha
24 que se esses mecanismos de participação existissem, tivessem sido implementados, muitos dos
25 problemas que estão discutindo hoje nem existiriam. Sua proposta é que retomem essa
26 discussão e que o mesmo grupo de trabalho que se reuniu para pensar a deliberação de hoje seja
27 prorrogado até dezembro de 2022 para apresentar essa nova proposta em março de 2023, no
28 Consu. A Conselheira ELISABETH CARDOZO diz que se inscreveu para fazer uma proposta
29 parecida com a do acadêmico Matheus, porque acha que essa questão tem de ser discutida mais
30 profundamente. Só coloca uma questão: os conselheiros se esquecem de citar os servidores nas
31 representações que sugerem. Não devem se esquecer de incluir nessas comissões ou nesses GTs
32 a representação de servidores, mas não de um servidor escolhido pela Reitoria, de um servidor
33 que represente a categoria. Também são extremamente contrários à terceirização e a qualquer
34 tipo de demissão neste momento do país, de grande desemprego. Acabaram de discutir aqui o
35 impacto da pandemia no vestibular, e da mesma maneira ela está impactando em todos os
36 segmentos, na vida de todos, dos trabalhadores e das famílias, inclusive dos aposentados. Acha
37 que é uma discussão que tem de ser feita, e concorda com a proposta do acadêmico Matheus de
38 formar a comissão. Pergunta ao professor Sarti se na proposta que ele mencionou, de montar
39 um novo GT, haveria a representação de todos os segmentos da Universidade. Acha muito
40 importante que o sindicato esteja representado, não só para ter o servidor representado, mas o

1 sindicato sempre participou dessa discussão e sempre tem propostas que vão ao encontro do
2 que a comunidade precisa. O que o sindicato nunca vai ter é uma proposta para a terceirização,
3 principalmente de uma forma precária, como já foi levantada aqui pelos colegas conselheiros.
4 Ressalta que são extremamente contrários à terceirização e às demissões, em qual escala seja.
5 Até porque eu acho que as pessoas são pegadas de surpresa, um tipo de surpresa que não devem
6 viver neste momento. Estão em um momento de acolhimento e de discutir políticas de
7 permanência e políticas de sobrevivência, não só na questão estudantil, mas na questão dos
8 servidores e dos trabalhadores em geral. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que
9 está no ato contra as demissões das trabalhadoras terceirizadas. Estão cobrando um
10 posicionamento da Reitoria porque sabem que o senhor Reitor mais uma vez vai dizer que isso
11 não é responsabilidade da Universidade, que é responsabilidade das empresas, mas discordam,
12 porque são pessoas que cumprem tarefas essenciais dentro da Universidade, sem as quais ela
13 não funciona. O restaurante universitário é a principal política de permanência dos estudantes,
14 e são essas trabalhadoras que garantem a alimentação, a limpeza, a segurança. E, de ano em
15 ano, estão aqui rediscutindo demissão, colocar na rua pessoas que estão dentro da Universidade.
16 Em um período de crise econômica bizarra que vivem, com a população passando fome,
17 passando necessidade, a Reitoria quer colocar 330 famílias na rua. Isso não é uma atitude de
18 Universidade que se diz democrática e que se diz uma universidade aberta. Não querem discutir
19 demissão, querem discutir melhora das condições de trabalho, melhora de salários, efetivação
20 dessas trabalhadoras terceirizadas que cumprem uma tarefa tão importante quanto todos os
21 outros trabalhadores que estão aqui. Estão aqui para dizer que não aceitam nenhuma demissão,
22 que querem a efetivação dessas trabalhadoras e querem o posicionamento correto da Reitoria.
23 A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA solicita a palavra para a professora
24 Silvia Gatti. A Conselheira SILVIA MARIA VICCARI GATTI diz que essa percepção do não
25 reajuste já, diante do que ocorre com a população em decorrência de não políticas públicas,
26 voltadas para a sociedade, merece apoio e aliança, em função fundamentalmente do conjunto
27 de pessoas em insegurança alimentar, que é uma tendência a aumentar ainda por um bom tempo
28 no país. Essa é uma preocupação que a Universidade deve ter. A posição da ADunicamp é e
29 sempre foi contrária à terceirização; entendem que essa é uma situação premente que se
30 estabelece agora, mas sugerem que a Universidade incremente estudos no sentido de buscar
31 formas de minimizar a atual situação com relação ao seus terceirizados. A partir do momento
32 em que diminuirmos os terceirizados e permitirmos que as pessoas ingressem na Universidade
33 dentro das regras do serviço público, há uma clara tendência de que haverá uma melhor
34 prestação de serviço, um atendimento de maior qualidade para a comunidade e um maior
35 número de pessoas com segurança com relação ao trabalho. O MAGNÍFICO REITOR lembra
36 que o tema que será votado não é a terceirização, mas a manutenção dos valores atuais da
37 refeição, e terão de enfrentar essa discussão até o início do ano que vem, porque no Consu de
38 março vão provavelmente tomar uma deliberação mais duradoura. Está querendo evitar que
39 essa discussão sobre terceirização avance aqui, que é uma discussão importante, vão ter de
40 realizá-la, mas podem fazer essa discussão com mais detalhe no Expediente, colocando mais

1 informações, e isso pode ser analisado. Diz aos representantes das entidades sindicais, STU e
2 ADunicamp, e aos representantes estudantis, da DCE, APG, aos representantes que estão aqui
3 na sala do Consu e os que ouvem a distância, que são fãns do Estado de direito, o que significa
4 que cumprem a lei. É importante que as pessoas venham aqui, se manifestem, valorizem a
5 posição que elas defendem; mas, do ponto de vista da efetividade, não quer só fazer denúncia,
6 não quer só expressar sua insatisfação com a situação, quer que ela seja resolvida. Dessa forma,
7 precisa localizar onde o problema se encontra, porque é ali que a ação tem de ser executada.
8 Possuem uma legislação que é categórica ao afirmar que não se terceirizam pessoas, se
9 terceirizam serviços. A Funcamp contrata pessoas, ela não contrata o serviço do restaurante.
10 Isso já foi julgado em relação à vigilância e a Unicamp perdeu, assim como perdeu em relação
11 ao restaurante. Obviamente, podem dizer que a Reitoria faz o que quer, mas se assim fosse
12 começaria a contratar professores sem concurso público, porque uma das propostas é essa.
13 Precisam tomar cuidado com esse tipo de coisa, porque Estado de direito vale para todos os
14 lados da história, inclusive para a Universidade como Instituição pública. É preciso preservar
15 isso, é um valor se desejam que isso gere um futuro melhor para a sociedade. Tem absoluta
16 certeza de que cada um dos representantes que falou aqui tem contato com deputados que
17 apoiam, federais, estaduais, eventualmente senadores, às vezes podem até ter contatos no
18 Tribunal de Contas do Estado. Os sindicatos têm, são vozes ativas. Pergunta quantas cartas eles
19 mandaram para esses deputados federais ou estaduais, quantas vezes eles fizeram uma reunião
20 e solicitaram que a legislação fosse alterada. Essa é uma pergunta que faz não só para quem
21 está aqui, mas para quem está lá fora, aos funcionários, professores, porque para resolver essas
22 questões têm de focar onde o problema está, senão fica fácil. Jogam o problema na mão de
23 alguém que não pode resolver, fazem um belo jogo para plateia, mas a solução concreta não
24 ocorre e ficam girando em torno disso. Desejam avançar como sociedade: localizar onde está e
25 construir as forças que consigam mudar essa situação. E isso exige uma postura madura de
26 representantes, de instituições sindicais e representativas que queiram pôr a mão, de fato, onde
27 o problema está. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada
28 com 56 votos favoráveis, 02 contrários e 04 abstenções. Passa ao item 05 – Proc. nº 01-P-
29 10308/2022 e Proc. nº 01-P-10296/2022 –, que trata de eleições para composição do Conselho
30 Universitário: a) Eleições da Representação Discente da Graduação e Pós-Graduação, nos
31 termos das Deliberações Consu-A-013/2017 e Consu-A-014/2017, composição das comissões
32 para as eleições de representantes discentes da Graduação junto ao Consu, CCG e CCE; e da
33 Pós-Graduação junto ao Consu, CCPG e CCE, para cumprimento de mandatos de um ano, a
34 partir de 01.01.23. Composição da comissão de graduação: um diretor de unidade: Andréia
35 Galvão; um representante docente: Dirce Djanira Pacheco e Zan; um representante discente da
36 graduação, a ser indicado. Composição da comissão de pós-graduação: um diretor de unidade:
37 Andréia Galvão; um representante docente: Dirce Djanira Pacheco e Zan e um representante
38 discente da pós-graduação, a ser indicado. Passa a palavra para a doutora Ângela, para que faça
39 as observações. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que precisam terminar
40 de compor as comissões de eleição, tanto da graduação quanto da pós-graduação. Estão faltando

1 os membros da representação discente, e pergunta se já possuem algum nome para já indicar
2 aqui na reunião. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que não possuem, mas
3 podem tentar enviar até o fim do dia por *e-mail*. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA
4 BIGNAMI agradece, porque precisam publicar a deliberação até esta semana para poder
5 convocá-los para as reuniões. O MAGNÍFICO REITOR diz que isso implica que façam a
6 votação sem saber o nome dos representantes discentes. Pergunta se podem prosseguir com a
7 votação, apesar de não terem os nomes. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que
8 agora abriram outra pauta, mas vai fazer a fala sobre o assunto anterior: acha que não é sobre
9 demandar nos lugares corretos ou não; sabem que existe todo um processo burocrático para
10 onde passa o tema da terceirização. Não acham que uma canetada do senhor Reitor resolverá
11 todos os problemas. A questão é bem simples e é madura: pergunta o que o Reitor da Unicamp,
12 eleito pelos estudantes, fará em torno desse problema. Durante a pandemia, duas trabalhadoras
13 terceirizadas morreram de Covid, pois se contaminaram enquanto estavam trabalhando em um
14 esquema de revezamento no restaurante universitário. A Reitoria não postou nada, não publicou
15 nada e não fez nada sobre isso. Além disso, a cada dois anos se discute colocar 300 famílias na
16 rua e a Reitoria não fala nada sobre isso. A questão não é se ele vai resolver o problema da lei
17 federal etc., mas qual é o papel enquanto Reitor dentro dessa disputa. É isso que estão
18 disputando dentro da Universidade. Se quisessem discutir no Tribunal de Contas, iriam até lá.
19 Desejam saber do senhor Reitor qual o seu posicionamento em torno disso e como vão resolver
20 o problema da terceirização, como vão avançar nesse debate, o que a Universidade vai fazer
21 com as 330 famílias que serão postas na rua. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai deixar esse
22 assunto da terceirização para o Expediente. Não havendo mais observações, submete à votação
23 o item 05, que é aprovada com 52 votos favoráveis e 09 abstenções. Passa aos itens destacados
24 pelo professor Marco Antonio: item 07 – Proc. nº 01-P-10548/1987 –, da Faculdade de
25 Engenharia Agrícola, que trata de proposta de deliberação Consu que dispõe sobre os critérios
26 para mobilidade funcional de docentes MS-3.2, MS-5.2 e MS-5.3, mediante avaliação de mérito
27 da Faculdade de Engenharia Agrícola, revogando a Deliberação Consu-A-002/2017; e item 08
28 – Proc. nº 01-P-10548/1987 –, da Faculdade de Engenharia Agrícola, que trata de proposta de
29 deliberação Consu que dispõe sobre os critérios e procedimentos para mobilidade funcional
30 para o nível MS-6, mediante avaliação de mérito da Faculdade de Engenharia Agrícola,
31 revogando a Deliberação Consu-A-003/2017. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA
32 DE CARVALHO diz que os itens indicam a necessidade de entrega de documentação do
33 memorial descritivo de forma impressa e digital. Pergunta se há algum impedimento em
34 solicitar que isso seja alterado, no sentido de que seja solicitada somente a documentação
35 digital. Entendeu que para a comissão avaliadora deve ser enviado o digital e fica o impresso
36 para alguma consulta, alguma necessidade. Então, se não houver nenhum impedimento legal,
37 sua sugestão seria que fosse retirada a necessidade de entrega de documentação impressa. O
38 Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA diz que a intenção da Feagri é manter os arquivos
39 digitais, e não o arquivo físico para consulta, mas pergunta à PG se há algum impedimento
40 legal. Se não houver necessidade, podem excluir isso do item. O Conselheiro MARCO

1 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO observa que nos itens 09 e 10, que tratam do perfil de
2 livre-docente e titular, não está explicitada a necessidade do material impresso, ao contrário dos
3 itens 07 e 08. O Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA diz que talvez tenha havido alguma
4 discrepância, algum erro da Faculdade na redação e que passou despercebido durante as
5 correções. Pela Feagri, não há necessidade, mas realmente não sabe se pela PG há necessidade
6 ou não. A alteração seria, no item 07, no artigo 5º, incisos 1º e 2º; e no item 08, o artigo 4º,
7 incisos 1º e 2º. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que vão proceder à
8 alteração. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta se, para futuras
9 mudanças associadas a esse tema, seria possível que isso fosse verificado pelos diretores ou
10 pelas secretarias. Porque evitariam um custo desnecessário, preservando o material e o meio
11 ambiente. A necessidade de material impresso vem sendo eliminada de vários editais, de
12 concurso, de editais de promoção. E, como o professor Angel falou, às vezes sobra alguma
13 coisa de uma versão anterior. O MAGNÍFICO REITOR diz que fica como sugestão aos
14 diretores e às congregações que considerem essa observação. Não havendo mais observações,
15 submete à votação a matéria, contemplando a modificação sugerida pelo professor Marco
16 Antonio, de excluir a expressão “material impresso”, que é aprovada com 58 votos favoráveis
17 e 04 abstenções. Em seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, o
18 MAGNÍFICO REITOR passa aos itens destacados em bloco pela professora Marisa,
19 pertencentes à Ordem do Dia Suplementar: item 02 – Proc. nº 01-D-25033/2022 –, que trata de
20 disponibilização de recursos para a construção do prédio anexo ao Colégio Técnico de
21 Campinas, no valor total de R\$9.624.733,96, com alocação de recursos do Plano Plurianual de
22 Investimentos da Unicamp; item 03 – Proc. nº 01-D-24338/2022 –, que trata de disponibilização
23 de recursos para o Projeto de Eficiência Energética da Unicamp, no valor de R\$20 milhões,
24 com alocação de recursos do Plano Plurianual de Investimentos da Unicamp; item 04 – Proc.
25 nº 01-D-29929/2022 –, que trata de disponibilização de recursos para a execução de: 1) Obra
26 remanescente do Centro Clínico Multidisciplinar da FOP (valor estimado: R\$12 milhões); 2)
27 Obra remanescente dos Laboratórios Interdisciplinares de Pesquisa – LIPs (Valor estimado:
28 R\$15 milhões); e 3) Construção do prédio multiuso para o *campus* II de Limeira – FT/FCA
29 (Valor estimado: R\$84 milhões; item 05 – Proc. nº 01-D-26866/2022 –, que trata de
30 disponibilização de recursos para diversas demandas da Prefeitura Universitária, no âmbito do
31 Plano de Investimento e Manutenção do Câmpus, com foco nas áreas de manutenção urbana,
32 manutenção predial, energia elétrica e saneamento, no valor total de R\$56.515.884,94, com
33 alocação de recursos do Plano Plurianual de Investimentos; item 06 – Proc. nº 15-D-30776/2022
34 –, que trata de disponibilização de recursos para investimento em infraestrutura predial no
35 Hospital de Clínicas (primeira etapa), no valor de R\$18.371.797,86, com alocação de recursos
36 do Plano Plurianual de Investimentos. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que é
37 muito gratificante ver que retomam uma possibilidade de investimentos importantes dentro da
38 Universidade. Dito isso, vai dizer um pouco do desconforto em relação à maneira como esses
39 itens 02 a 06 estão sendo apresentados. Todos sabem que há alguns anos estavam amargando
40 déficit após déficit e havia uma lista bastante grande de intenções de investimentos na

1 Universidade como um todo. E se viram, de certa forma, obrigados a colocar muito
2 explicitamente quais eram essas listas de intenções, o que deu origem à lista da PRDU, onde
3 eram inseridas as obras que os dirigentes tinham a intenção de realizar. Elas estavam espalhadas
4 na Aeplan e em alguns outros lugares, então centralizaram de certa maneira, e todos que foram
5 dirigentes na época sabem que tiveram de fazer uma priorização conjunta, com os códigos P0,
6 P1, P2, para o andamento de investimentos conforme a possibilidade. Uma vez sistematizado
7 isso, foi colocado que de certa forma, de maneira conjunta, a Depi e a Copei fariam a gestão
8 desses projetos, tanto a atualização quanto a priorização. A Copei é o órgão que em princípio
9 tem todos os dirigentes, seja de unidades de ensino e pesquisa, seja de alguns órgãos
10 importantes da Administração, e poderia então discutir sobre essa priorização. A partir dessa
11 sistemática, seria importante deixar não somente a lista de projetos a serem executados de
12 maneira clara, como também os critérios para essa priorização e, a partir de então, isso foi de
13 certa maneira cuidado de uma forma cotidiana, colocada como uma certa rotina. Agora que
14 aprovaram que uma boa parte do saldo da reserva – e coloca-se muito claramente que não é
15 dinheiro orçamentário do ano – vai retomar essa questão dos investimentos, acha que muito
16 mais do que julgar o mérito e a pertinência do que aí está, também seria importante que tivessem
17 a ideia do que ficou de fora e porque ficou de fora, quais os critérios para isso. Acha que isso é
18 uma situação de transparência que foi extremamente consensuada e zelada para que todos
19 tivessem clareza. Aquela lista era pública, eram colocados quais eram os critérios adotados. Se
20 forem discorrer cada um desses itens, R\$10 milhões no Cotuca, R\$20 milhões em eficiência
21 energética, R\$84 milhões para FT e FCA, R\$56 milhões para a Prefeitura do *campus*, R\$18
22 milhões para o HC, além de FOP, laboratórios de pesquisa, vão encontrar mérito,
23 indubitavelmente, em todos. O que a preocupa é que, em princípio, um plano plurianual deveria
24 aparecer não como itens isolados, mas um plano, de fato, de um conjunto de investimentos,
25 inclusive com aquilo que ficou de fora e no futuro poderia entrar, em detrimento do que
26 acontecesse com esse saldo, e sobretudo os critérios utilizados. É certo que a Administração
27 pode priorizar e dizer que seu interesse é que seja focado em determinada área, mas isso também
28 entra como um elemento de análise. Então, a dificuldade que expressa é de julgar esta lista
29 dizendo que vão liberar esse valor para investimento, sabendo que há uma empreitada muito
30 difícil, por haver uma quantidade muito grande de necessidades. Tem falado aqui de uma forma
31 bastante solidária ao professor Fernando que não é tarefa fácil. E sabem que, dentro das
32 demandas que a Universidade possui, mesmo o recurso que parece bastante profícuo, em um
33 volume razoável dentro desse saldo, não vai ser suficiente. Então, precisam ter muita clareza
34 do que ficou de fora, por que ficou de fora, e aquela lista também deve ter uma quantidade de
35 atualizações imensa a ser colocada. Portanto, tem dificuldade de aprovar um plano plurianual
36 sem que tenham essa imagem do todo, dos projetos em geral, como foram priorizados, a questão
37 do desembolso. A Universidade é muito capaz de saber quanto quer investir, qual vai ser o
38 “cronograma” de desembolso almejado, porque não conseguem realizar isso nem em quatro
39 anos; então precisam ter essa ideia e as revisões que paulatinamente vão acontecer também.
40 Não questiona o mérito de nenhum desses itens 02 a 06. Pede desculpas porque esteve ausente,

1 recentemente, por afastamento no exterior, e não participou das últimas reuniões da COP, onde
2 alguns desses itens foram discutidos, mas a ideia de Plano Plurianual que teria desejo de
3 verificar, aprovar no Conselho Universitário, seria um plano muito mais global, que trouxesse
4 tudo isso junto e deixasse muito claro os projetos e o porquê de cada um e o que acontece se
5 tiverem mais restrições ou menos restrições ao longo desses anos. Sem isso, tem dificuldade de
6 chamar de plano plurianual. É óbvio que deve haver explicações específicas do porquê esses
7 itens estão aí contemplados, mas acha que a questão colocada anteriormente, de transparência,
8 não só de onde vão investir, mas também do que está fora desse investimento e os critérios para
9 isso, seria essencial para a análise. A Conselheira ELLEN ALVES MENEZES diz que vai um
10 pouco no sentido do que a professora Marisa falou. Sabe que nas últimas reuniões do Consu
11 discutiram prioridades para o investimento nesses planos, e uma das prioridades foi a questão
12 da permanência, de uma forma muito boa, inclusive, com a questão da moradia. Só que estão
13 fazendo a aprovação aqui de itens destacados, então solicita informações sobre quando vão
14 discutir os planos que foram prioridades, como o caso da moradia. Por ter sido uma prioridade,
15 teoricamente há um recurso que vai ser investido nisso. Ficou um pouco confuso por que estão
16 aprovando esses planos destacados e não estão fazendo planos sobre as outras coisas que foram
17 prioridades no último Consu. O Conselheiro FERNANDO SARTI agradece as questões da
18 professora Marisa e da acadêmica Ellen, porque lhe permitem detalhar um pouco mais o que é
19 a proposta do PPI, que inclusive a professora Marisa ajudou a construir dentro da COP. Como
20 ela própria comentou, ela não esteve presente nas últimas duas COP porque estava afastada no
21 exterior, e nessas reuniões esses itens foram tratados. A ideia não é ter uma única entrada, com
22 todos os projetos de investimento; vão colocando esses investimentos a partir das análises e das
23 necessidades, da própria urgência, inclusive a partir de uma força-tarefa que está montada,
24 envolvendo a DGA, a Depi e a Prefeitura, porque possuem a necessidade de empenhar recursos
25 até outubro, o que pressupõe licitação ainda ao longo de agosto. Esses primeiros projetos que
26 aparecem aqui dentro do PPI têm exatamente essa característica de serem projetos que já têm
27 um nível de detalhamento do projeto executivo que permitem já serem encaminhados para
28 licitação. Nada impede que solicitem à senhora Talita, da Depi, que repita a apresentação feita
29 na COP mostrando que a demanda é muito superior a esses recursos que estão aqui, como a
30 professora Marisa já pontuou. Todos esses projetos já foram analisados pela Depi, segundo as
31 cinco linhas de prioridades que ela estabelece, e outros projetos que não passam pela Depi,
32 como é o caso dos investimentos de manutenção da Prefeitura, também analisados pela
33 Prefeitura. Portanto, o primeiro critério foi o de haver projetos executivos passíveis de serem
34 licitados ainda este ano. O segundo é que existe um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta com
35 o Tribunal de Contas; pelo fato de haver várias obras inacabadas na Universidade, ela está
36 impedida de iniciar investimentos novos. Vão observar isso nos itens em pauta, como a clínica
37 da FOP, que já tem uma parte adiantada, os Lips, que já têm o esqueleto, são obras que precisam
38 terminar. Além de serem prioritárias, elas também estão dentro desse termo de ajuste, pois são
39 obras que começaram e, por várias razões diferentes, foram paralisadas. Portanto, há critérios
40 para esse ordenamento, essa prioridade que está colocada aqui, mas reforça que a demanda por

1 investimentos é muito superior ao que está colocado hoje aqui, e outros serão devidamente
2 analisados nas próximas reuniões da COP e passando pelos devidos órgãos, Depi, Copei, assim
3 como os que constam da pauta de hoje passaram. Esses projetos estão paralisados por falta de
4 recursos e/ou porque houve um problema jurídico. Foram esses os critérios para o reinício, com
5 a utilização do PPI, que acredita que é um marco, é um instrumento novo que foi construído e
6 que vai permitir que a Universidade comece a retomar de forma segura e permanente sua
7 política de investimentos. Sobre a questão da moradia, levantada pela acadêmica Ellen, informa
8 que ainda não possuem a planta detalhada para começar esse investimento. Assim que tiverem,
9 e assim que resolverem o problema junto ao Ministério Público da compra do terreno da
10 moradia atual, que tem de ser passado para a Universidade para que possam licitar obras na
11 moradia, entram com esse projeto, provavelmente já no segundo semestre de 2022. Então ela
12 continua como prioridade, os recursos estão reservados, da ordem de R\$65 milhões, a partir do
13 que aprovaram na COP em períodos anteriores e também no Conselho Universitário. Os que
14 estão na pauta de hoje são aqueles que já podem iniciar o processo de licitação. Passa a palavra
15 primeiramente à senhora Talita, da Depi, depois ao senhor Juliano, da Prefeitura, e na sequência
16 à professora Elaine, do HC. A senhora TALITA DE ALMEIDA MENDES apresenta *slides*
17 com um panorama geral sobre aquilo que possuem de demandas hoje na Depi. A professora
18 Marisa trouxe um histórico desde quando a PRDU começou a tratar essa lista de obras, depois
19 isso veio para a Depi, que estabeleceu critérios para priorizar essas obras, todas elas hoje são
20 decididas no âmbito da Copei, e as demandas foram divididas em cinco tipos de obras. Hoje
21 existe um total de 91 demandas de obras que estão em andamento, correspondendo ao valor de
22 R\$242 milhões. Não possuem o recurso para atender a todas essas obras, mas são processos em
23 que têm trabalhado, já que o processo de obra é bastante longo, fazendo revisões, planejamento,
24 portanto esses R\$242 milhões são coisas que já estão priorizadas para começarem a tratar. O
25 PPI vem agora para ajudá-los, em especial nessas obras novas, nos remanescentes que são obras
26 de maior valor, a conseguir avançar nesse assunto. Existe uma outra parcela de demandas que
27 ainda estão aguardando, que ainda não começaram a planejar, ainda não previram recursos.
28 Uma lista bastante importante é a das obras remanescentes; em 2007, havia 25 obras inacabadas,
29 e como o professor Sarti mencionou, há os TACs do Tribunal de Contas estabelecendo que não
30 devem começar nenhuma obra nova sem antes concluir esse passivo. Também há um passivo
31 muito grande em relação a AVCB, reforma elétricas, acessibilidade, e têm tratado todas essas
32 listas de forma separada para elas não concorrerem entre si, não só em relação a investimento,
33 mas em relação à capacidade operacional, licitação etc. Já concluíram 13 dessas 25 obras,
34 quatro estão em execução e oito estão em fase de planejamento. Portanto, quando precisam
35 responder para o Tribunal de Contas, o que é algo constante, é uma pergunta que vem a cada
36 seis meses, pelo menos, têm hoje o tratamento de todas essas obras. Mostra o detalhamento das
37 oito obras que estão em planejamento, com valor estimado de R\$85 milhões. Sobre essas obras
38 que estão em pauta hoje, faz um panorama: o primeiro item trata do anexo para ampliação do
39 Cotuca, e lembra que conseguiram recuperar o prédio histórico do Cotuca, o Colégio voltou
40 para lá este ano, mas ele não comporta a quantidade de alunos. Esse já era um projeto antigo,

1 em 2014 foi contratada essa obra, mas isso ocorreu justamente no momento em que o prédio
2 foi interditado. Então, não houve continuidade, e agora conseguem retomar essa obra, que é
3 bastante importante para o Colégio. Essa ampliação terá um modelo padrão de colégio da
4 Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, um projeto cedido no passado, e mostra
5 as fotos de um prédio real construído pela FDE e a projeção de como ele vai ficar junto com o
6 prédio histórico do Cotuca. O Centro Clínico Multidisciplinar da FOP também é uma obra que
7 está parada. É um remanescente, que teve uma parte concluída em 2011 e não teve continuidade.
8 Ela chegou a ser licitada também e depois rescindida por falta de recursos, e é uma obra
9 importante para a FOP, especialmente porque a Vigilância Sanitária trouxe algumas normas
10 diferentes após a pandemia em relação às clínicas, com algumas restrições que ampliam as
11 clínicas, então é uma obra bastante importante para a FOP. Os laboratórios interdisciplinares
12 de pesquisa são as três estruturas que se localizam próximas ao Parque Tecnológico, perto da
13 área do Museu. Essas estruturas também foram construídas em 2012 e não havia projetos
14 complementares para essas obras; foi feito apenas o projeto e a construção dessas estruturas, e
15 elas estão aguardando agora esse fechamento, que é algo que possuem condições de fazer. Então
16 a ideia é fechar os três prédios e depois pensar na ocupação e nas instalações internas, mas
17 dando já a possibilidade de eles poderem ser ocupados. E, por último, o prédio multiuso do
18 *campus* II de Limeira, que é um planejamento que existiu quando a FCA e o *campus* II foram
19 criados. Esse prédio tem a intenção de abrigar as atividades da FT e da FCA em relação a sala
20 de docentes, biblioteca, administração, e abrigar toda a FT nos prédios existentes hoje na FCA
21 em relação a salas de aula. Essa é uma das maiores obras que a Unicamp vai fazer nesse tempo
22 recente, é uma obra de R\$84 milhões e que tem um prazo de execução de 36 meses, uma obra
23 bastante grande e muito importante para essas duas faculdades. Coloca-se à disposição para
24 qualquer esclarecimento. O senhor JULIANO HENRIQUE DAVOLI FINELLI diz que o
25 senhor Vicente Costa Vale, coordenador da Divisão de Água e Energia, e depois o senhor Fábio
26 Barbosa, coordenador de serviço da Divisão de Manutenção, farão as apresentações relativas
27 às demandas da Prefeitura. Informa que estão trabalhando, dentro da Prefeitura Universitária,
28 para atender de maneira integral toda a comunidade, na questão da infraestrutura, para continuar
29 garantindo o fornecimento de água e energia para toda a comunidade, para garantir as atividades
30 acadêmicas e as atividades de dentro dos prédios. A Divisão de Manutenção tem um trabalho
31 árduo de atender constantemente às ordens de serviço de pintura, de infiltração e tantos outros
32 problemas cotidianos dentro do *campus*. Trazem aqui um conjunto de ações que acha que vão
33 mitigar os problemas, mas estão pensando no futuro próximo, para atender melhor a
34 comunidade. Isso vai passar por um redimensionamento da área, que já está junto à PRDU para
35 estudo, e espera que nesse curto prazo de tempo consigam atender com mais celeridade as
36 necessidades de todos os órgãos e unidades da Universidade. O senhor VICENTE JOSÉ
37 COSTA VALE diz que é com enorme satisfação que apresenta o Plano de Investimento e
38 Manutenção da Diretoria de Água e Energia, que tem papel semelhante ao das concessionárias
39 de uma cidade; em relação à energia, semelhante à CPFL para uma população de 100 mil
40 habitantes, e à água é semelhante à Sanasa para uma população de 10 mil habitantes. A missão

1 da Diretoria de Água e Energia é prover a Universidade de infraestrutura para o seu crescimento
2 e, conseqüentemente, a execução de suas atividades-fim. Agradece por esta oportunidade de
3 fazer o aprimoramento e o investimento nesses serviços que são prestados à Universidade de
4 uma forma efetiva. Vai citar algumas diretrizes importantes que nortearam o projeto. Buscaram
5 sempre a questão da sustentabilidade, sempre alinhados com o Escritório *Campus* Sustentável:
6 a questão da eficiência energética; o combate à perda; aprimoramento na qualidade dos serviços
7 quanto a interrupções de energia ou outros fatores que comprometem o serviço; a segurança
8 dos servidores também, como parte integrante da operação; e o atendimento de normas
9 regulamentadoras que, ao longo dos anos, foram sendo atualizadas. Da Diretoria de Energia há
10 três propostas de intervenção nas redes de distribuição, melhoria de subestações
11 transformadores de energia e também a substituição de transformadores ecológicos. Hoje,
12 normalmente os transformadores são em óleo mineral e a proposta é substituir um certo número
13 de transformadores, não todos do *campus*. A rede de distribuição de energia tem 20,5
14 quilômetros, e a ideia é começar, nessa primeira etapa, considerando que já existe todo um
15 processo para viabilizar essa demanda colocada pelo professor Fernando. A maior justificativa
16 para esse projeto é segurança da comunidade, considerando tratar-se de rede de 11,9 kV.
17 Haveria uma redução de risco de curto-circuito, inclusive causado por animais, o que implica
18 seriamente interrupções de energia e, conseqüentemente, prejuízo às atividades da
19 Universidade. Também haverá redução de número de podas, haja vista que a rede vai ser
20 totalmente compacta, e a Universidade vai ser única nesse sentido, porque ela vai, com 4,5
21 quilômetros, ter todo seu sistema de rede compacta. Isso é um ganho na questão da
22 confiabilidade, que foi uma das diretrizes em que atuaram. E há a contribuição também na
23 sustentabilidade para redução da utilização de madeira, uma vez que eram estruturas antigas
24 que abrigavam, suportando as estruturas para distribuição dos cabos, e elas não vão existir mais.
25 O próximo projeto diz respeito ao atendimento de normas: hoje, a regulamentação foi
26 atualizada, então se vão construir um prédio que vai precisar de uma subestação de energia, por
27 exemplo, ela precisa ter transformadores a seco e características específicas. O cenário atual é
28 de disjuntores obsoletos, e há a necessidade de ação e atualização das normas da ABNT, e esse
29 é um investimento de R\$1,4 milhão. As justificativas são: maior segurança de operação;
30 aumento de segurança à comunidade e redes elétricas; redução de manutenção; agilidade para
31 identificação de defeitos e, conseqüentemente, o aumento da confiabilidade do serviço
32 prestado, que é o suprimento de energia. O próximo projeto trata da substituição de
33 transformadores, alinhado com a sustentabilidade, pois são transformadores ecológicos:
34 substituirão transformadores de óleo mineral por transformadores de óleo vegetal. Isso é um
35 ganho, e é um projeto que deve ter continuidade na Universidade, para que cada vez mais ela
36 possa melhorar os índices dentro dos *rankings* internacionais. Esse orçamento total tem
37 estimativa de R\$3 milhões. Há transformadores no fim da vida útil, com mais de 30 anos, e a
38 substituição permitirá minimizar os impactos ambientais e os riscos de explosão. Também
39 haverá impacto positivo em vários indicadores de sustentabilidade da Unicamp. Guardadas as
40 devidas proporções, a CPFL faz essa substituição de cabos que hoje a Unicamp tem 78% já

1 efetuada e que vai complementar com esse investimento mais 22%, totalizando 4,5 quilômetros.
2 Nos três tópicos, o investimento é de R\$8,9 milhões, aprovados ontem pela COP. Na área de
3 saneamento, identificaram a possibilidade de seis projetos, atendendo a todas aquelas diretrizes,
4 por exemplo: redução do consumo de energia, que vão atender com o *retrofit* da casa de bombas
5 do reservatório do Teatro de Arena; rede de distribuição de água potável, com que vai ampliar
6 a autonomia do reservatório do Caism, pois quando da ocupação da Universidade, os prédios
7 da FCM de 9 a 13 foram interligados nas redes de abastecimento do Caism. Isso reduz a
8 autonomia do hospital para situações emergentes; possuem parceria com a Sanasa, para
9 procedimentos adotados quanto ao abastecimento do reservatório do Caism, mas esse projeto
10 de investimento possibilita, independentemente de qualquer coisa, trazer a ampliação da
11 capacidade de autonomia. Isso é um grande diferencial. Depois há os testes de bombeamento
12 de interferência dos poços; recuperação de subadutora principal do prédio de abastecimento;
13 instalação de equipamentos medidores de volume para captações superficiais, que atende
14 regulamentações do DAE; e rede de distribuição do anel do ciclo básico e ramais. O reservatório
15 do Teatro de Arena é responsável por 45% do sistema de abastecimento de água, mas apresenta
16 uma tecnologia defasada. Com essa intervenção, vão possibilitar eliminar o ruído do Teatro de
17 Arena, que é algo sempre questionado quando da realização de eventos no local. Além disso,
18 essa tecnologia vai permitir uma redução no consumo de energia, alinhada com o projeto
19 *Campus Sustentável* e câmaras técnicas da Universidade. O investimento é de R\$2,5 milhões.
20 Em relação à autonomia do Caism, hoje o reservatório tem autonomia para quatro horas, sendo
21 que o adequado é, no mínimo, 24 horas. Com essa alternativa que estão propondo já vão ampliar
22 a autonomia, não necessariamente para 24 horas, mas vão caminhar, porque essa foi uma ação
23 rápida, já possuem um projeto básico e vai possibilitar essa intervenção dentro das diretrizes da
24 PRDU. O investimento não é tão alto em comparação com o benefício que ele pode trazer, são
25 R\$400 mil, e o projeto básico está já em elaboração pela DAEE. Sobre o teste de interferência
26 de poços, é importante colocar que a Universidade tem 45% de seu abastecimento de água
27 proveniente de águas exploradas de poços. Toda essa água explorada está regularizada junto ao
28 DAEE, ela tem controle de qualidade conforme a Vigilância Sanitária. É princípio da área trazer
29 isso dentro desse controle. Então, normalmente precisam apresentar esses relatórios de
30 interferência para fazer o estudo da melhor utilização. Um exemplo bem simples: possuem um
31 poço perfurado na FEF e um poço perfurado no GMU. Quando os dois passam a operar, com
32 certeza começa a diminuir a vazão da água explorada de um ou de outro. Então a ideia é que,
33 com esse teste de interferência, se otimize e talvez até se amplie a participação dos poços no
34 abastecimento de água da Universidade. Existem seis poços perfurados na Unicamp, dois estão
35 tamponados e quatro estão em operação e outorgados junto ao DAEE. O investimento para esse
36 serviço é da ordem de R\$700 mil e a pasta técnica a ser elaborada pela DAEE. Há outra questão,
37 que é a recuperação da subadutora do Teatro de Arena. No balão principal da Universidade, há
38 as principais entradas da Sanasa, e a rede tem mais de 80 anos. Frequentemente há questões de
39 vazamento, então precisa haver atualizações, e a ideia é substituir por um material de alto
40 rendimento e com vida útil de aproximadamente 80 anos. O próximo projeto é de medidores de

1 volume de captação de águas superficiais. Há, dentro do *campus*, a captação de três
2 barramentos, que também são outorgados junto à Vigilância Sanitária e DAEE. As medições
3 nele são efetuadas de forma manual, então desejam implantar tecnologia para que possam ter
4 esses resultados de uma forma remota e ter essas leituras, facilitando as questões operacionais
5 da área. O investimento é na faixa de R\$300 mil e há programação de elaboração para executá-
6 los. Por último, talvez o mais importante projeto e com recurso maior, é a substituição das redes
7 de distribuição do anel do Ciclo Básico e ramais. Há o reservatório do Teatro de Arena e a
8 distribuição de sistema de abastecimento, que foi feita internamente à praça, e foram sendo
9 plantadas árvores, que acabam, ao longo do tempo, impactando. Ao longo dos anos, começaram
10 a atuar para fazer remendos na tubulação, porque o abastecimento não pode parar. A ideia é
11 manter essa rede, neste primeiro momento, em que ela se encontra com toda essa configuração
12 e dificuldade, e fazer no terço da rua, que é como funciona, inclusive a Sanasa faz isso. Então
13 a ideia é trazer tudo isso para o terço da rua. São nove quilômetros de rede que serão feitos,
14 incluindo redes de incêndio e a rede de abastecimento, e é um projeto da ordem de R\$6 milhões.
15 Com esse objetivo final, desejam garantir o abastecimento de água e de rede de incêndio para
16 os próximos 80 anos, porque vão utilizar a tecnologia de alto desempenho, PEAD. Outro
17 objetivo é resolver o problema de interferência com as árvores, raízes e manutenções,
18 realocando as redes para o terço da rua. Também estruturar a rede de distribuição do Básico, de
19 modo a permitir manobras e manutenções pontuais no anel e seus ramais. Por exemplo, se hoje
20 houver um problema em uma derivação da rede entre o Imecc e o IFCH, possivelmente vão
21 comprometer o abastecimento de todo o anel. Com a setorização disso, a instalação de válvulas
22 redutoras de pressão, pretendem otimizar e melhorar esse serviço. Outra questão é viabilizar o
23 “Projeto de urbanismo tático e ruas completas” da Depi, que consiste na troca do pavimento do
24 anel do Básico, que é um projeto da Depi, e ruas perpendiculares ao anel. Terão de fazer a rede
25 antes para que depois o projeto da Depi de urbanismo tático e ruas completas seja
26 implementado, para que não exista retrabalho e, conseqüentemente, custos maiores. Então esse
27 é o maior investimento dessa área, R\$6 milhões, abrangendo nove quilômetros de rede e dez
28 conjuntos de válvulas redutoras de pressão e medidores. São R\$11,9 milhões, e somados com
29 os investimentos na área de energia, totalizam R\$20,8 milhões. Coloca-se à disposição para
30 prestar outros esclarecimentos que se façam necessários. O senhor FÁBIO MATEUS
31 BARBOSA diz que, a partir de um pedido da Prefeitura e de uma série de solicitações que
32 chegam à Divisão de Manutenção, identificaram alguns pontos que seriam de maior prioridade,
33 e que poderiam atender ao maior número de solicitações já represadas e aquelas que já estão
34 em andamento na área. Na parte predial, seria a pintura dos prédios modulados e os projetos da
35 impermeabilização e troca de cobertura dos telhados. Já na parte urbana, seria a troca de
36 pavimentação e sinalização horizontal do *campus* e a substituição de pontos de ônibus. Com
37 relação à pavimentação e sinalização horizontal, há muito tempo não é feita a manutenção do
38 pavimento da Unicamp; em 2015 foi a última grande ação nesse aspecto. O asfalto apresenta
39 patologias, algumas deformações, afundamentos, corrugação e desgaste. O custo seria da ordem
40 de R\$14 milhões para recuperar aproximadamente 105 mil metros quadrados de áreas a serem

1 recapeadas. Também atenderiam a algumas das regulamentações do Contran no que diz respeito
2 às lombadas, uma vez que hoje existem 43 lombadas irregulares no *campus* que teriam de ser
3 regularizadas de acordo com a norma. O tempo previsto para essa recuperação seria de 12
4 meses, e mostra o mapa com os pontos mais críticos, com base em um levantamento seguindo
5 as normas do DNIT. Isso é feito de forma tátil, indo com o carro em uma velocidade constante
6 e determinada, trecho a trecho, e essas questões são lançadas e tabuladas em uma planilha que
7 vai fazendo uma correlação entre os parâmetros que encontram ao longo do caminho. O trecho
8 recebeu como Índice de Estado de Superfície o valor 4, em uma escala de zero a 10, sendo zero
9 excelente, que não precisaria de nenhuma intervenção, e 10 é um estado bem calamitoso. Hoje
10 a correção desses pontos seria basicamente refazer o recapeamento do pavimento sem
11 prejudicar a parte estrutural; não vai precisar de uma intervenção estrutural, de troca de base,
12 seria somente o recapeamento das vias. Na verdade, esse valor seria mais que um investimento,
13 pelo tempo que está sem fazer essa manutenção, que só vem sendo feita de forma bem pontual
14 em locais muito críticos. Em 2011, 2013, 2015, quando foram feitas intervenções maiores,
15 chegou-se a 20% da malha viária na Universidade. Com o projeto proposto, estariam fazendo
16 em torno de 30%, portanto uma manutenção de pavimento de aproximadamente 50% da malha
17 viária. Há algum tempo enviaram a todas as unidades um questionário a respeito da condição
18 dos prédios, e a maioria retornou, contendo três pontos principais de reclamação: revitalização
19 das fachadas; infiltrações e problemas de cobertura, impermeabilização; e parte elétrica. Grande
20 parte disso seria possível contemplar. Dos 83 prédios modulados que existem na Universidade,
21 42 deles são idênticos e poderiam ser contemplados na primeira etapa. A pintura ou a
22 revitalização das fachadas de toda a parte externa teria um custo estimado de R\$4,4 milhões.
23 Os que não estariam contemplados agora são aqueles que são parecidos, mas não são iguais, e
24 então precisaria ser estudado caso a caso, para depois ser lançado um nível de detalhamento tal
25 que pudesse contemplar uma futura licitação. Da mesma forma a troca de cobertura e a
26 impermeabilização desses prédios modulados, que ficariam na casa dos R\$15,5 milhões. A
27 Divisão de Manutenção fez troca de cobertura de alguns deles e a impermeabilização em vários
28 em 2011 e 2013. Como são cinco anos de garantia, esses prédios hoje já estão novamente
29 necessitando de uma intervenção de manutenção. As solicitações que chegam para a Prefeitura
30 são muito recorrentes, principalmente no período de setembro a março, com a chegada das
31 chuvas de verão. Muitos locais possuem equipamentos caríssimos dentro de prédios que contêm
32 infiltrações, então é uma preocupação grande da Prefeitura também. Esses prédios poderiam
33 ser contemplados de uma maneira única, em bloco, que seria também uma forma de
34 economizar, em vez de serem feitas licitações individuais. Para esses prédios modulados, o que
35 está sendo proposto é a troca de telhas e a impermeabilização; adotariam as telhas tipo
36 sanduíche, termoacústicas, e a impermeabilização seria por meio de uma tecnologia chamada
37 de borracha líquida, que prevê até 500% de elasticidade e uma memória de recuperação de 95%.
38 E todas as coberturas já estariam sendo preparadas para que, caso o *Campus* Sustentável deseje,
39 recebam as placas fotovoltaicas. Seria fazer essa troca toda em estrutura metálica, as telhas por
40 cima e eventualmente seria feita a colocação das placas fotovoltaicas sobre esse telhado.

1 Entrando na questão dos pontos de ônibus, explica que eles foram separados em módulos
2 simples, módulos duplos e módulos triplos. O custo estimado é da ordem de R\$2 milhões, e
3 seriam 57 módulos distribuídos em 29 pontos. Hoje possuem um problema com a manutenção
4 desses pontos, pois recorrentemente os ônibus batem na estrutura existente. A sorte é que até
5 agora não machucou ninguém, mas os pontos ficam deformados e é uma dificuldade para fazer
6 a manutenção, pelo fato de que eles estão sempre sendo utilizados. Alguns deles estão em um
7 trecho bem curto de calçada, então a ideia, além de fazer a troca, é fazer a adaptação em cada
8 um desses pontos para aumentar a segurança, tanto para o motorista do ônibus quanto
9 principalmente para os usuários. Hoje existem vários modelos de pontos, e a ideia seria
10 padronizar aqueles que são dentro da Unicamp ou aqueles por que passa o circular interno. Já
11 existe um projeto, que demonstra no *slide*, que conta com tomadas disponibilizadas para
12 carregamento de celular, espaço para cadeirante, atendendo à questão da acessibilidade, pois
13 hoje estão todos no mesmo local, e às vezes fica dificultoso para quem necessita usar cadeira
14 de rodas. O total de investimento desses quatro projetos que foram apresentados pela Prefeitura
15 chegaria a um montante de aproximadamente R\$36 milhões. A Conselheira ELAINE
16 CRISTINA DE ATAÍDE diz que, como o professor Fernando já adiantou, foi solicitado que
17 elencassem algumas demandas que o Hospital de Clínicas vem tendo ao longo dos anos,
18 algumas delas inclusive com notificações da Vigilância Sanitária, mas que não tiveram a verba
19 para realizar. E foi solicitado que visualizassem quais teriam a possibilidade de ser feito com
20 uma licitação até o final do ano, como já foi mencionado aqui. Conseguiram separar dez itens
21 e vai demonstrar a importância de alguns deles aqui. O primeiro é a substituição da tubulação
22 mestra de água potável, água quente e gás do HC; há problemas na saída do aquecimento de
23 água e isso dificulta o banho dos pacientes, então diariamente o setor de manutenção precisa
24 solucionar algum vazamento, que pode ser em qualquer uma dessas regiões. Lembra que essa
25 é uma área assistencial, em um grupo de enfermarias, por isso os valores acabam sendo sempre
26 mais altos para reposição. Também se preocupam com a questão dos mobiliários, que estão
27 sendo utilizados há 40 anos, tudo muito já depreciado, ficando passíveis de notificações da
28 Vigilância. No projeto de reforma da enfermaria, possuem um modelo de impermeabilizar todas
29 as paredes, de todas as alas, para fazer com que seja uma limpeza muito mais efetiva. Procuram
30 fazer essa melhora do mobiliário, tanto para o atendimento médico, quanto também para as
31 instalações do paciente, tornando-as mais agradáveis e fazendo esse momento difícil dos
32 pacientes um pouco menos traumático. E a última que vai mencionar é a finalização de uma
33 obra que já está praticamente há cinco anos parada, que é do sexto andar do Hospital. Quando
34 entram lá, veem os tapumes, e isso é exposto para as pessoas que vão visitar seus familiares.
35 Ao longo da semana vão acomodando vários produtos que acabam não tendo lugar para colocar.
36 A ideia é fazer uma unidade moderna no sexto andar, com fluxo positivo de pressão, fazendo
37 com que possam instalar tanto transplante de medula óssea, que hoje é no quarto andar, quanto
38 a enfermaria de hematologia, propiciando inclusive o aumento dos atendimentos de neoplasia
39 da Região Metropolitana de Campinas. Há também projeto de substituição da porta de
40 elevadores, que estão extremamente sucateados. Além disso, os pacientes utilizam os mesmos

1 elevadores dos familiares e da equipe, o que também é passível de notificação da Vigilância
2 Sanitária. Além do sistema de cápsulas pneumáticas, que também propicia um ganho de equipe,
3 de tempo, de segurança para os pacientes na liberação dos exames. Trazem essas dez demandas
4 agora, que teriam licitações possíveis até o final deste ano, mas observa que existem outras
5 carências dentro do Hospital. Ele atende a uma população de 6,4 milhões de habitantes, e com
6 essas melhorias vão conseguir chegar à capacidade máxima de atendimento, que hoje gira em
7 torno de 43%. O valor de investimento para este momento é de R\$18.371.797,86. Todos os
8 descritivos da obra, inclusive já algumas especificações que foram realizadas, foram
9 apresentadas ontem na COP. O MAGNÍFICO REITOR agradece ao professor Fernando Sarti,
10 à professora Elaine, à equipe da Prefeitura, senhores Fábio, Juliano e Vicente, e à senhora Talita,
11 da Depi. Solicitaram a todas essas equipes que analisassem possibilidades de desenvolver
12 projetos a partir desse saldo além da reserva e com o objetivo, realmente, de dar um toque
13 positivo em termos de infraestrutura nas várias áreas. Já na época da campanha, sabiam de uma
14 demanda grande da área do Hospital de Clínicas, então deram uma atenção especial a essa área.
15 A equipe da Prefeitura tinha vários projetos que estavam já em elaboração e outros que eles
16 concluíram, sempre com a ideia de que isso poderia ser feito centralizadamente, então há uma
17 inovação nessa ação que pode trazer resultados muito positivos. Por isso, procuraram olhar
18 aquelas situações padrão em que fosse possível fazer processos de licitação centralizadamente.
19 Isso vai diminuir a carga sobre as unidades e também a carga de realização dos processos de
20 licitação junto à DGA e acelerar o processo. Então há várias vantagens na forma de tratar a
21 questão. Uma equipe mais enxuta vai conseguir atender, através disso, um conjunto de
22 demandas, e a senhora Talita já destacou que todas as obras seguirão o procedimento que está
23 estabelecido, aprovado em várias instâncias. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
24 MEDEIROS pergunta se em todas as obras que foram apresentadas o valor já está incluído ou
25 no momento da apresentação houve uma mistura do que se deseja e do que será feito; ficou um
26 pouco difícil seguir devido ao volume de recursos envolvidos. A segunda pergunta é se todas
27 essas demandas passaram pela Copei e se a priorização passou pela Copei dentro de um
28 conjunto de outras demandas. Pergunta ainda se essas solicitações apresentadas são baseadas
29 em algo que o Consu aprovou naquela segunda parte da reunião, da qual não pôde participar
30 porque estava afastada. O documento informa que há quatro critérios de priorização: o primeiro
31 é a reserva financeira de segurança, e pergunta, se tudo for aprovado, qual seria a reserva
32 financeira de segurança. Os três outros critérios são: continuidade e eficiência administrativa;
33 assistência e permanência estudantil; e planejamento estratégico. Pergunta, dos itens das
34 apresentações feitas, quais delas são para continuidade e eficiência. Entendeu que a inicial é
35 uma continuidade, mas o restante não conseguiu entender. Assistência e permanência estudantil
36 e quais são planejamento estratégico. Algumas coisas lhe chamaram a atenção, que poderiam
37 não ser tão urgentes e diminuir o investimento. Por exemplo, ao refazer os pontos de ônibus,
38 pergunta qual o custo de colocar carregadores de celular e se compensa isso, tendo em vista o
39 grande roubo de celulares no *campus*. No momento em que expõem o celular para ser
40 carregado, ele corre o risco de ser roubado, ou mesmo de ser esquecido. A Conselheira

1 MARISA MASUMI BEPPU diz que quase interrompeu as apresentações para solicitar questão
2 de ordem, mas não o fez em respeito a todos os que estavam muito engajados em apresentar as
3 justificativas de cada projeto. Reitera que, se forem analisar as minúcias, os pormenores de cada
4 projeto, indubitavelmente todos são relevantes e importantes. Seu questionamento aqui não foi
5 se passaram na Copei; é que havia uma prática de priorização na Copei, em que todos os
6 dirigentes entendiam quais são os projetos principais da Universidade e todos consensuavam
7 critérios e a fila de execução. Que todos os projetos devam ter passado na Copei é, realmente,
8 o que esperam. A questão principal é a priorização, se ela foi de fato discutida entre os principais
9 dirigentes da Universidade, que são os que sabem das necessidades nos seus locais. Tem um
10 certo temor do que foi dito anteriormente, de que fizeram essa apresentação na COP, pois ela
11 não é o fórum que vai aprovar esses projetos. A COP avalia, destina quantidade de recursos,
12 mas a priorização, por si, é realizada com uma quantidade muito maior de diretores de unidades
13 de ensino e pesquisa e diretores de órgão. A própria tabela que a senhora Talita Mendes resgatou
14 muito bem usualmente estava pública para que todos pudessem ver, e os dirigentes mais
15 preocupados sabiam em que momento seu projeto seria colocado em execução, se havia surgido
16 algum outro. A tabela é muito dinâmica, então se havia surgido uma outra emergência, uma
17 outra necessidade, isso tudo era colocado de uma forma bastante clara, bastante negociada.
18 Ouviu as apresentações bastante pormenorizadas dos que foram convidados a apresentar suas
19 demandas – acha que nem todos tiveram a mesma oportunidade –, entende a priorização
20 importante para a área da Saúde, para algumas áreas importantes de infraestrutura, mas resgata
21 a necessidade de que essas priorizações fiquem muito claras, zelando pelos critérios e pela
22 transparência. E o critério pode ser urgência, ou quem tiver primeiro com o projeto executivo,
23 mas ela tem de estar clara para todos. A Conselheira ELISABETH CARDOZO diz que está
24 preocupada exatamente com as questões que a professora Marisa acabou de apontar; não é
25 membro da COP, nem da Copei, e não é possível acompanhar tudo ao mesmo tempo. Mas está
26 na Universidade há um bom tempo e se recorda que em 2000 houve um processo do Ministério
27 Público com várias demandas nesse sentido e que até hoje não possuem retorno sobre isso. Em
28 quase toda reunião Consu e das câmaras, ouvem a demanda da moradia estudantil, e hoje o
29 professor Sarti mencionou que isso está sendo discutido, mas acha que em um ritmo muito
30 lento, porque não tem dado prioridade a essa demanda antiga dos estudantes. Não entende quais
31 são os critérios dessas obras trazidas hoje, principalmente do projeto da Prefeitura. O professor
32 Fernando falou que está tudo disponibilizado, mas, por exemplo, quando deseja saber quais são
33 esses 42 prédios modulados, não consegue encontrar a informação. Pergunta se existe realmente
34 essa urgência. Algo que discutem muito na área da Saúde é a questão da área de descanso dos
35 funcionários, que não foi mencionada aqui pela doutora Elaine. Está dando alguns exemplos
36 pontuais, mas existem muitas outras demandas; por exemplo, não viu nada relacionado ao
37 Caism, de revitalização interna, de área de descanso, que é outra reivindicação antiga. Pergunta
38 onde estão os outros projetos, e por que no HC, por exemplo, esses são os dez projetos
39 prioritários. Os projetos são excelentes, mas gostaria de saber qual foi o critério para essa
40 discussão, principalmente para esse valor da Prefeitura. Quem ficou de fora, por que ficou de

1 fora. Vão responder que os servidores têm representação em todas as câmaras, mas sabem que
2 as coisas não funcionam assim. Falta transparência nessas discussões; na parte da manhã,
3 discutiram a política de permanência, as políticas de inclusão, e a moradia estudantil é uma
4 questão crônica, pois estão lidando com vidas. O professor Sarti explicou, mas gostaria de saber
5 o que falta, por que tanta demora. Sinceramente, ficou um pouco chocada com os valores. Não
6 está dizendo que os projetos não são bons, que eles não são viáveis, até porque há coisas ali que
7 nem entende. Espera que esteja bem detalhado no *site*, porque da forma como foi apresentado
8 deixa muitas dúvidas. O Conselheiro FERNANDO SARTI agradece aos conselheiros pelas
9 questões, que são fundamentais para poderem esclarecer. Acha que as apresentações deixaram
10 muito claro primeiramente a importância da infraestrutura; ela afeta diretamente a qualidade de
11 vida e de trabalho aqui dentro da Universidade. Seja quando estão falando de energia, de
12 saneamento, mesmo dos ambientes, inclusive as fotos mostradas do HC vão muito nessa
13 direção. Respondendo à professora Cláudia, diz que os valores que estão aqui são os valores
14 que possuem hoje, e o PPI contempla algumas obras de longo prazo. Por exemplo, o prédio
15 multiuso da FCA ninguém está imaginando que fique pronto em menos de 36 meses. O valor
16 hoje estimado é R\$84 milhões, certamente haverá várias revisões desses valores dentro do
17 Consu e dos demais órgãos. Então os valores são os de hoje, mas podem ser reavaliados.
18 Quando é feita a licitação, esse valor pode inclusive se reduzir; isso já aconteceu várias vezes
19 ao fazerem licitação de obra. A novidade, a partir do PPI, é exatamente poder contemplar esses
20 investimentos de maior monta, o que antes era impossível de ser colocado dentro do orçamento,
21 o que foi um dos fatores que fizeram com que várias dessas obras ficassem paralisadas.
22 Colocava-se um recurso, aparecia um contingenciamento, tinham de parar a obra, e então obras
23 que estavam previstas para levar dois, três anos acabam se arrastando por muitos anos, o que
24 traz um prejuízo inominável para a Universidade. Além de ter uma ação do Tribunal de Contas,
25 como é o TAC que os obriga agora, antes de tudo, a terminar as obras inacabadas antes que
26 sejam começados investimentos novos. Espera que esse critério tenha ficado claro: começaram
27 pelas obras já iniciadas e que estavam inacabadas. Foi isso que a Depi lhes trouxe em relação
28 àquelas obras remanescentes, e todas essas obras da Depi foram tratadas dentro da Copei, sem
29 dúvida nenhuma. Respondendo à professora Cláudia, diz que ela enunciou bem os quatro
30 critérios: o primeiro é pensar a questão da segurança, do ponto de vista de uma posição
31 conservadora, de ter uma reserva de três folhas de pagamento. Hoje a folha de pagamento da
32 Universidade está em torno de R\$220 milhões. Possuem uma reserva, e vão sempre preservar
33 esses recursos para situações emergenciais, como aconteceu com a crise durante a pandemia e
34 mesmo a crise financeira. Devem considerar, no Grupo X da PDO, os recursos já
35 comprometidos, embora ainda não tenham sido empenhados e executados. Eles estão
36 preservados e são hoje da ordem de R\$200 milhões. Para a moradia, foram reservados R\$65
37 milhões, e finalmente o restante constituirá o instrumento PPI para lidar exatamente com esses
38 investimentos de maior monta, para que eles possam ser planejados para ter começo, meio e
39 fim, e como uma forma inclusive de ter uma maior eficiência. Respondendo à conselheira
40 Elisabeth, diz que infelizmente o processo é lento, mas essa lentidão se deve principalmente ao

1 processo licitatório que ela precisa seguir. Uma empresa que perde a licitação pode entrar com
2 uma ação na Justiça, e muitas obras da Universidade foram paralisadas por conta disso.
3 Infelizmente, a Lei 8.666/93 engessou o setor público e isso dificulta muito, porque as empresas
4 que ganham pelo preço não entregam a qualidade que deveriam entregar. Há empresas que,
5 logo depois de um processo licitatório, entram com um pedido de revisão dos valores; outras
6 empresas depois interrompem seus processos. Nos três *campi* há obras inacabadas, que
7 precisam ser resolvidas, mas há regras externas que a Universidade é obrigada a seguir. A
8 Unicamp tem autonomia, mas não tem soberania, ela precisa seguir a lei. Infelizmente, às vezes
9 licitar um projeto tem levado de quatro a seis meses. Possuem as planilhas, obra por obra,
10 detalhando qual foi o prazo estimado e qual foi o prazo da execução, e ocorre um atraso que
11 não se deve necessariamente a problemas internos da Universidade, mas muito mais a esses
12 fatores externos com que precisam lidar. Estão fazendo uma força-tarefa, repondo recursos
13 humanos para que, dentro do que for possível, retomar essa questão da infraestrutura. Espera
14 que tenham convencido os conselheiros e conselheiras, a partir das apresentações feitas aqui,
15 da importância que a infraestrutura tem para a Universidade. As necessidades de obra são muito
16 superiores às que estão apresentando hoje aqui. Todas elas são prioritárias, passaram pelos
17 órgãos, mas a questão é que teriam de decidir primeiro essas que estão paralisadas, respondendo
18 ao Tribunal de Contas. Precisam tratar daquelas obras que já têm pelo menos um projeto pronto,
19 mais detalhado, para que possa entrar no processo licitatório, que não é uma coisa tão trivial,
20 para que consigam pelo menos empenhar esses recursos. O PPI é para pensar os investimentos
21 da Universidade para um médio e longo prazo. O que estão fazendo é voltar uma política de
22 investimento; infelizmente a Universidade vem investindo cerca de R\$15 milhões apenas em
23 infraestrutura, e podem verificar a diferença nos valores que tem essa demanda pela pauta de
24 hoje. Uma Universidade não pode investir apenas R\$15 milhões; há claramente uma
25 deterioração da infraestrutura e não há projeto estratégico. Por exemplo, tecnologia de
26 informação não está na pauta de hoje, e esse é um pacote fundamental. A Universidade não
27 pode ter um processo acelerado de digitalização se ficar atrás nesses investimentos. Não estão
28 dizendo que aqui estão contemplados todos os projetos, mas os critérios seguidos foram: atender
29 à demanda e à pressão do Tribunal de Contas, terminar essas obras e iniciar obras que já possam
30 ter um detalhamento para que estejam próximas de um processo licitatório. Não concorda com
31 a conselheira Elisabeth que não haja transparência, pois todas essas questões são debatidas
32 dentro dos órgãos, Copei, COP e inclusive do Conselho Universitário, onde foi tratada à
33 exaustão a própria questão do PPI. Dirigindo-se à professora Marisa, com relação à relevância
34 e as prioridades, espera já ter respondido inclusive com a questão do TAC e das obras
35 inacabadas, o que possibilitaria retomar os investimentos. A professora Marisa conhece muito
36 bem o PPI, a COP e a Depi. Não estão aqui avançando naqueles investimentos da Depi,
37 lembrando que a Depi tinha recursos destinados, em 2021, de R\$5 milhões. Por conta do
38 contingenciamento, de R\$20 milhões ficaram com apenas R\$5 milhões. Em 2021, quando foi
39 possível, atribuíram mais R\$15 milhões, então R\$20 milhões para 2021, e colocaram na PDO
40 de 2022 mais R\$20 milhões. Para pegar essas obras que estavam dentro daquela lista, inclusive

1 AVCB, Corpo de Bombeiros e todas as demais emergenciais para que fossem tratadas, isso
2 continua. Inclusive essas obras menores deverão continuar sendo tratadas dentro da PDO. A
3 professora Marisa participou da elaboração do PPI para pensar em obras como estão falando
4 aqui. Conjuntos estruturados de valores maiores que nos assegurem que as obras vão ter
5 começo, meio e fim. E vão parar com essas obras inacabadas que, além de tudo, custam muito
6 caro para a Universidade. A Professora SILVIA MARIA SANTIAGO diz que o HC, o Caism
7 e outros órgãos da Saúde têm participado de reuniões da Diretoria Regional de Saúde, em
8 relação à organização da atenção ao câncer na região. São vários os professores da Unicamp
9 que estão participando. É dramática a situação, com uma mortalidade muito alta. Sempre
10 tiveram, aqui na região de Campinas, uma mortalidade alta porque não possuem um centro
11 oncológico específico, como algumas regiões têm. O principal atendimento vem do HC, do
12 Caism e dos serviços de Saúde da Unicamp. Tornou-se cada vez mais dramático o atendimento
13 à leucemia mieloide aguda, pelo fato de a enfermaria estar parada há tantos anos. É uma
14 enfermaria especializada de hematologia, com pressão positiva, há pouquíssimos leitos na
15 região e a mortalidade dos pacientes com leucemia mieloide aguda é enorme, muito maior do
16 que deveria ser. Então vê que toda essa infraestrutura que a doutora Elaine mencionou é para a
17 melhoria da qualidade da atenção aos pacientes e do trabalho das pessoas da área da Saúde que
18 estão nessas enfermarias. É um esforço enorme manter a qualidade do atendimento,
19 vivenciando falta de água quente etc. Portanto, as solicitações que estão aqui hoje são as
20 primeiras, faz muitos anos que a Universidade não tem a possibilidade de fazer, e elas são as
21 primeiras e urgentíssimas. Não é do HC, é professora da Faculdade de Ciências Médicas, mas
22 há muitos anos trabalha com essa questão da gestão ao atendimento a pacientes com câncer.
23 Com todas as críticas que possam fazer, de que gostariam que outra obra tivesse prioridade etc.,
24 do ponto de vista do atendimento das pessoas da região com doença gravíssima, como, por
25 exemplo, a leucemia mieloide aguda, essa proposta que o HC traz é de prioridade absoluta. E
26 mesmo que tenham necessidade de fazer outras discussões em relação a que obras serão feitas
27 na Universidade, em outros fóruns, advoga que as propostas trazidas pelo HC hoje são muito
28 urgentes. Solicita que as aprovem e depois continuem as discussões necessárias para a
29 Instituição, que agora se vê com essa possibilidade de fazer uma fila de obras necessárias. A
30 Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE diz que no período pós-pandemia houve um
31 aumento muito grande dos pacientes com neoplasia aguardando por atendimento. Isso lhes
32 causa bastante preocupação, as diretorias regionais de saúde têm mandado várias filas
33 estagnadas aguardando pelo atendimento. O HC é o único Centro de Assistência de Alta
34 Complexidade em Oncologia – Cacon da região que faz o atendimento terceirizado desses
35 pacientes, então é premente que consigam aumentar a possibilidade da oferta de atendimento
36 para a questão da leucemia, e esse é o caso de uma dessas obras. Paralelamente a isso, todas as
37 outras demandas que trazem são demandas que, como o professor Fernando já comentou, vêm
38 da questão da própria infraestrutura, pois a manutenção não tem sido feita de forma adequada
39 ao longo dos anos. Por isso, veem essas situações que muitas vezes comprometem a qualidade
40 do atendimento e até mesmo a integridade dos pacientes e familiares. Não conseguiriam

1 estabelecer uma lista de prioridades, tudo para eles é importante, principalmente no que tange
2 à qualidade do atendimento que fornecem aos pacientes. Sobre o que a conselheira Elisabeth
3 comentou em relação à área de descompressão da enfermagem, informa que isso já está
4 resolvido no HC há um tempo. Isso já foi pontuado em visitas do Coren, já foi pontuado em
5 reuniões com o próprio STU. Estão abertos a visitas e sugestões nesse âmbito, mas o que foi
6 apontado sobre a descompressão da equipe da enfermagem, que é uma demanda muito justa, já
7 está resolvido. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES parabeniza a Prefeitura
8 pelo projeto, que é muito bom, muito moderno e à altura da terceira melhor universidade da
9 América Latina. Realmente é um projeto caro, como foi comentado aqui, mas não entende nada
10 de preço desses itens, por isso não pode opinar se é muito caro ou pouco caro. O que entende é
11 que possuem uma Universidade com prédios muito antigos, com estruturas, tubulações e
12 estrutura elétrica muito antigas. Um exemplo disso foram os dois episódios recentes de início
13 de incêndio no IB e, se não está enganada, uma semana depois aquele incidente que derrubou
14 a internet do *campus* inteiro e tiveram um prejuízo em todos os sistemas. Isso é um grande
15 exemplo de como precisam modernizar realmente tudo. Não sabe se esse projeto vai ser
16 executado a curto, médio ou longo prazo, mas é favorável a ele e acha que devem investir no
17 *campus*. Tem muitas preocupações, mas coloca de início a pergunta de qual é o projeto prático
18 para esses prédios que estão parados há tanto tempo. Enquanto membro do sindicato, circula
19 pelo *campus* e vê prédios com várias salas vazias. Não se contrata funcionários há muito tempo,
20 houve um crescimento muito grande no número de alunos, e fica muito feliz em saber que a
21 Reitoria vai finalizar essas obras, esperando que também abra concursos para que se ocupem
22 esses prédios e deem funções a eles. Não acredita que a Reitoria vá terminar obras para não
23 ocupar. Na área da Saúde, o projeto também está muito bom. Realmente precisa finalizar esse
24 sexto andar, precisa otimizar outras questões no HC pensando em infraestrutura e segurança do
25 espaço. Na questão da sala de descanso, de fato a doutora Elaine está certa, houve um avanço
26 na gestão do professor Antonio, junto com o sindicato, e destaca que houve uma priorização
27 dessa pauta, tanto da superintendência quanto do Denf, que é o que não estão vendo por parte
28 desta Reitoria. Entendem que existem leis, licitações, prazos, e não é de um dia para o outro
29 que vai se fazer isso, mas diante de um problema tão antigo como o da infraestrutura da moradia,
30 não começar a reforma da moradia porque ainda não fizeram as contas é muito complicado.
31 Entende que as contas são necessárias, mas não se debruçaram ainda sobre essa questão, que
32 deveria ser prioridade. Sugere que a Administração escolha duas ou três salas que estão vazias
33 nos prédios para guardar os arquivos do Caism, e assim não tirem o DCE do seu local. Essa
34 retirada não é falta de espaço para guardar o material do Caism, mas um golpe político ao
35 movimento estudantil. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que é
36 necessário, realmente, o investimento em infraestrutura e parabeniza a Reitoria por isso, porque
37 a Universidade ficou muito tempo sem esses investimentos. Pergunta ao professor Fernando
38 como serão atendidas as demandas futuras. A Faculdade de Ciências Médicas tem a demanda
39 de uma biblioteca feita junto com os alunos da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e
40 Urbanismo, então pergunta como serão atendidas as próximas demandas, se aprovarem todos

1 esses projetos, que são necessários realmente. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE
2 ROCHA diz que vai iniciar fazendo uma separação de matérias. Foi comentado sobre a
3 moradia, e lembra que os recursos já foram separados para a moradia, da ordem de R\$65
4 milhões. Portanto, isso não é matéria de discussão: já está separado. É claro que os conselheiros
5 têm uma grande preocupação com o movimento estudantil e vão certamente garantir a reforma.
6 Até porque esses recursos vieram com o carimbo para a reforma da moradia estudantil, para a
7 melhoria da moradia estudantil. Em relação ao que está em pauta, agradece à Reitoria por
8 colocar isso em discussão, pois é algo importantíssimo, faz parte da Universidade se planejar.
9 Algumas dessas obras em decorrência do Termo de Ajuste de Conduta que precisam resolver,
10 outras por investimentos em infraestrutura que a Universidade necessita. Para terem ideia, no
11 Instituto de Computação, para ser alterada uma coisa mínima no *data center*, foi necessário
12 trocar praticamente toda a parte elétrica, que era dos anos de 1970. Para que isso não aconteça
13 em outras unidades, no Hospital etc., acha importantíssimo investirem o quanto antes, então
14 com certeza votará favoravelmente. Ao mesmo tempo, entende a preocupação da professora
15 Marisa; é sempre bom haver priorização, mas como já foi colocado pela Depi, essa lista já existe
16 e está sendo seguida na medida do possível. Claro que sempre podem melhorar nesse sentido,
17 mas em relação ao que está em pauta acha importantíssimo que aprovem. O Conselheiro
18 RENATO FALCÃO DANTAS diz que não iria se manifestar porque existe uma grande obra
19 de Limeira incluída nos projetos, mas ao ouvir diversas falas, ressalta o caráter positivo da pauta
20 que estão discutindo. Durante longos anos discutiram apenas cortes, e agora estão discutindo
21 investimentos. Quando começaram as priorizações, P0, P1, P2, a Universidade passava por uma
22 séria crise financeira. Havia poucos recursos e muitos projetos, e só foram realizados aqueles
23 projetos extremamente emergenciais, e muitas das obras não poderiam ser encaixadas ali, como,
24 por exemplo, as obras de necessidades básicas de Limeira. Desde a primeira lista Limeira ficou
25 de fora, e está até hoje; mas agora estão em outro momento, em que a Universidade tem
26 capacidade de realizar aquelas obras emergenciais que não poderiam ser encaixadas antes. Ela
27 criou um dispositivo que é um marco, o Plano Plurianual de Investimentos, que permite fazer
28 essas grandes obras. Quem conversa bastante com a Depi sabe que eles sempre falam da
29 capacidade de execução em torno de R\$30 milhões por ano e isso inviabilizava a execução de
30 grandes obras. Portanto, ressalta que essas obras são importantes, assim como aquelas que
31 foram priorizadas. Muitas são urgentes, muitas não puderam ser priorizadas antes pelos valores.
32 Solicita o apoio de todos, sabe que muitas pessoas gostariam que as suas demandas fossem
33 atendidas, mas lembra que por trás de cada uma dessas obras que estão em pauta existem muitas
34 horas de debate, reivindicações de todo tipo. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que
35 a arrecadação de ICMS continua com um cenário superior às previsões da Secretaria da
36 Fazenda. Nas projeções que do Fórum das Seis ela é de R\$154 bilhões no ano, contra os R\$142
37 milhões que constavam na PDO. Portanto, a Universidade tem recursos para fazer esses
38 investimentos, e não há uma preocupação, pelo menos da sua parte, de que terão problemas em
39 aprovar esse pacote de investimentos. Votará favoravelmente aos investimentos que estão na
40 pauta, pois acha que a Universidade tem de investir na infraestrutura. Mas observa que é

1 necessário investir também nas pessoas que trabalham ou estudam na Universidade. Hoje
2 devem ter acima de R\$1,3 bilhão de reserva, um volume muito alto de recursos, e teriam a
3 capacidade, além de fazer esse investimento, de também negociar com o Cruesp o reajuste de
4 22% para recuperar maio de 2012. É possível também fechar o ano com um comprometimento
5 abaixo de 80%, pagando mais os 22% que estão na pauta de reivindicação do Fórum da Seis.
6 Além disso, há também a possibilidade de atender a pauta específica que o sindicato apresentou
7 pagando vale-refeição, como a USP paga. Cabe nesse orçamento e ainda ficarão com um caixa
8 sem alterar o volume de recursos que estão nele hoje, pois tanto o reajuste como o vale-refeição
9 seriam pagos com a arrecadação que vai entrar, que será maior do que a prevista no orçamento
10 da Universidade. Então, pensa que é possível atender. Além disso, há a discussão de carreira na
11 pauta específica. Poderiam ter sido contemplados todos os servidores que foram classificados
12 e aptos na progressão, cerca de 500 servidores que também poderiam ter sido contemplados, e
13 ainda assim não alterariam o R\$1,3 bilhão. Sabe que estão em ano eleitoral, mas é possível fazer
14 tudo isso que está acabando de dizer e ainda ficar com o mesmo valor em caixa. Até o ano que
15 vem está garantido que vão receber os 9,57%; foi aprovado na LDO, recentemente, no mínimo
16 9,57%, mas é uma preocupação que devem ter com a questão da autonomia, relacionada ao
17 período eleitoral, já que existem setores da sociedade que não defendem a Universidade. Devem
18 defendê-la e colocar para os candidatos essa defesa da ciência e da tecnologia. O Conselheiro
19 FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO pergunta, na mesma linha do
20 professor Coy, sobre as demandas novas das unidades, como está sendo feito esse
21 encaminhamento, pois é uma informação que não chega para os representantes docentes. Se
22 esse encaminhamento está sendo feito de forma específica para algumas obras, diretamente para
23 a Prefeitura, se mudou esse fluxo, ou se está sendo feito via Gabinete e encaminhado para as
24 outras áreas especificamente. Não está questionando as reformas, os investimentos gerais, pois
25 todos ganham com isso; ainda mais tendo esse volume de recursos que pode ser aplicado, acha
26 que é esse o caminho mesmo. Mas a maioria das obras iniciadas na Universidade não foi
27 interrompida por falta de verba ou retenção de valores, e sim por outras razões que variam em
28 cada caso. Por exemplo, no teatro do IA houve uma série de erros de execução, nunca foi
29 interrompido investimento, era um momento em que havia mais recursos, parecido com o
30 momento que vivem hoje em dia. Enquanto foi diretor, teve R\$86 milhões de obras aprovadas,
31 mas não conseguiu executar nada, pois a Universidade só conseguia naquele momento executar
32 algo por volta de R\$30 milhões de obras por ano. Poderiam criar um modelo em que consigam
33 fazer um investimento maior; se conseguissem executar R\$100 milhões por ano, seria
34 excelente. Porque se já começam a estabelecer várias metas, muitas de três anos, como o plano
35 prevê, e não expandem essa execução, terão novas demandas e não sabem qual será a situação
36 financeira daqui a quatro ou cinco anos. O Conselheiro ALEXANDRO HENRIQUE PAIXÃO
37 diz que não ouviu até agora nenhuma exposição sobre a retirada dos amiantos em várias
38 unidades na Unicamp. Foi comentado sobre o telhado, sobre impermeabilização, mas o
39 amianto, que é uma coisa bastante grave e que existe em toda a Faculdade de Educação, mas
40 não só lá, é algo que não tem aparecido e essa é uma demanda antiga também. A Conselheira

1 MARISA MASUMI BEPPU diz que o professor Fernando Sarti a citou como parte integrante
2 da elaboração do Plano Plurianual de Investimentos, e realmente acha muito importante que
3 aloquem uma parte do saldo, estrategicamente, para a retomada de investimentos. Mas não sabe
4 se todos se lembram que frisou muito a questão da governança da decisão dessas priorizações.
5 E nisso acha que há uma diferença de entendimento. Havia entendido, na época, que passaria a
6 priorização pelas instâncias já estabelecidas, então entendeu que obras novas, demandas novas
7 fossem entrar claramente naquela lista da Copei/Depi, e, claro, tendo seu mérito explicitado,
8 ela passaria ao topo dessa lista. Então era isso que estava basicamente claro em termos de
9 governança e isso responderia possivelmente às perguntas dos professores Coy e Hashimoto
10 sobre o que fazer com novas demandas: elas entram na lista. Tem uma preocupação particular
11 da criação de múltiplas entradas de demanda e tratativas diferentes que estão acontecendo. Acha
12 que os critérios têm de ser extremamente homogêneos; é indubitável, cada um veio aqui fazer
13 a sua defesa; é claro que é importante investir na área da Saúde, na infraestrutura, mas acha que
14 essa governança, seja em tempos de crise, seja em tempos de menos escassez, tem de ser muito
15 clara. Foi essa a preocupação que expressou. Nesse aspecto, causa-lhe preocupação dizer que
16 há uma outra lista, independente daquela, pois aquela era a governança da tratativa clara, dentro
17 da Copei, de priorização; não é de aprovação individual, mas de priorização. O Conselheiro
18 FERNANDO SARTI diz, respondendo à professora Marisa, que o que estão submetendo à
19 aprovação hoje foi tratado e apresentado na Copei, na COP e trazido hoje aqui para o Conselho
20 Universitário. Seguiu, portanto, toda a governança que a professora Marisa está cobrando. No
21 caso da obra do LIP, ela foi interrompida por falta de recurso, mas também tinha conseguido
22 toda a governança. Podem até discutir aqui se obras que foram anteriormente aprovadas nos
23 órgãos da Universidade, após passado algum tempo, deveriam ser analisadas novamente, mas
24 não foi o entendimento que tiveram, visto que já estavam aprovadas na Copei, passou pela COP
25 e veio aqui para o Consu. Em relação à clínica da FOP, a mesma coisa: foi aprovada na Copei,
26 na COP e veio para cá. A obra da FCA está aprovada na Copei há muito mais tempo, estava à
27 espera de recursos e hoje têm essa alegria de poder realizá-la. Conversou ontem com os
28 diretores de Limeira, que reiteraram que essa é uma demanda antiga da FCA, da FT e da própria
29 Universidade. Portanto, não consegue ver aqui falta de transparência, falta de governança,
30 muito pelo contrário. A professora Marisa tem toda razão ao dizer que quando aprovaram o PPI
31 manteriam toda essa governança, e acredita que tem sido mantida. A Prefeitura sempre teve
32 seus recursos, foram aportados, assim como foi para a Depi. Fez questão de falar aqui que a
33 Depi tinha R\$5 milhões no orçamento de 2021 e colocaram mais R\$15 milhões, e ela distribuiu
34 nas seis linhas em que geralmente a Depi distribui dentro da Copei: acessibilidade, novas obras,
35 planejamento urbano, AVCB, reformas remanescentes e urgência. A Depi não tinha como
36 colocar recursos pesados para remanescentes e novas obras, até porque com R\$5 milhões, ou
37 mesmo com R\$20 milhões seria impossível pensar em um prédio como o de Limeira ou na
38 retomada da clínica da FOP. Entretanto, para itens menores, respondendo ao professor Coy,
39 nada muda. Possuem agora um fundo de financiamento de investimentos de médio e longo
40 prazo, e constam hoje para aprovação os primeiros investimentos, como bem observou a

1 professora Sílvia Santiago. Gostaria que entendessem que não são sequer excludentes; há ainda
2 recursos que vão seguir a governança que a professora Marisa está cobrando. Mas mesmo
3 dentro dessa governança, a Depi já tem uma lista até maior. A senhora Talita começou
4 mostrando uma demanda de mais de R\$200 milhões que estão represados ainda à espera de
5 recursos, que não têm hoje os projetos executivos, mas que já foram inclusive apresentados e
6 tratados dentro da Depi e da Copei. Então há respeito à governança, há uma lista importante
7 ainda de prioridades, que não vai ser possível resolver de uma vez. Investimento demanda
8 tempo, como bem observou a conselheira Elisabeth; às vezes é lento demais, o que incomoda a
9 todos. Mas acha que há um relativo consenso de que a Universidade precisa urgentemente
10 retomar seus investimentos em infraestrutura, e é disso que estão tratando hoje aqui, com uma
11 lista inicial desses projetos. Vão continuar normalmente aportando recursos via PDO para as
12 unidades, através, por exemplo, da linha de manutenção predial. Se houver algum investimento
13 mais necessário, o caminho é encaminhar à Depi, que vai analisar a urgência e a prioridade
14 desse investimento. E se for um investimento de uma ordem muito grande, que não cabe dentro
15 do orçamento da Depi, ele será trazido ao PPI e vão analisar a partir desse encaminhamento da
16 Depi para poderem avaliar a possibilidade de aportar recursos ou não. Com a garantia, do ponto
17 de vista financeiro, de esses investimentos terem começo, meio e fim. O professor Hashimoto
18 tem toda razão ao dizer que as interrupções não foram apenas por questão de recurso. Há
19 problemas, muitas vezes, com a própria empresa contratada, e como exemplo ele citou o teatro
20 do IA. Portanto, quanto melhor puderem fazer essas licitações e se defenderem de empresas
21 oportunistas, que às vezes aparecem, seria ótimo. Para isso, esta gestão procurou talvez a
22 instituição mais especializada em obras neste país, a Caixa Econômica Federal, com a qual já
23 firmaram seis contratos para acompanhamento de obras. Torcem para que essa parceria
24 frutifique, e se ela se mostrar realmente importante, que possam estender essa parceria inclusive
25 para mais atividades em que a Caixa possa ajudar, sob a coordenação da Depi. Então, essa
26 iniciativa de trazer a Caixa Econômica lhe parece fundamental; assim como fizeram uma força-
27 tarefa, estão reforçando os recursos dentro da DGA para as licitações. Estão reforçando recursos
28 humanos dentro da Depi, com engenheiros, reforçando dentro do SAR para Limeira e, com
29 isso, tentando dar as condições que permitam que a execução desses projetos seja mais rápida.
30 O MAGNÍFICO REITOR diz que sente uma enorme felicidade de chegarem a este momento
31 em que podem investir. Investir em várias coisas que estão há muito tempo nessa Universidade
32 reprimidas, e se não fizerem isso agora, reconstruindo as oportunidades para o futuro, ele será
33 muito mais complicado. Percorreu bastante a área da Saúde na campanha, e viu três andares de
34 enfermaria que não são climatizadas, instalações de refrigeração de alimentos em que precisam
35 pôr na temperatura mais baixa e que fica pingando em todo o local para conseguir manter a
36 temperatura, já que a torre de resfriamento que deve ter mais de 30 anos. Precisam pensar nessas
37 coisas no momento em que tomam decisões, e no momento em que possuem oportunidades.
38 Estão discutindo isso em todas as instâncias, seguindo todos os procedimentos, em um processo
39 transparente. Possuem dificuldade de comunicação, as pessoas não participam em todas as
40 instâncias, mas é importante que elas procurem se informar e conversem com seus

1 representantes nas várias instâncias. Possuem representantes de funcionários, estudantes e
2 docentes, além dos diretores, em todas as comissões. No caso da permanência estudantil, o
3 problema não é recurso; há um problema jurídico em relação à moradia da Unicamp, que não
4 conseguirão investir, construir nada enquanto não resolvem; então existe uma restrição sobre a
5 qual não possuem ingerência. Estão tentando um acordo, uma negociação com as pessoas que
6 cuidam das fundações e o Ministério Público. Os recursos já foram separados, aprovaram aqui,
7 e era a transparência possível. Fazer a obra exige mais do que isso, o problema é maior, tem de
8 ser feito um projeto e licitar a construção. Mas há um problema jurídico anterior que precisa
9 ser resolvido primeiro. Nas apresentações feitas nesta reunião, separaram os tópicos porque são
10 instituições separadas dentro da Unicamp. Quem cuida de obras é a Depi, então todo o conjunto
11 de obras que foi apresentado aqui passou pela Depi, e são coisas de gestões anteriores. Então
12 não podem falar em falta de transparência, pois ela está sendo preservada; a diferença são
13 aquelas obras que têm projetos já realizados e estão no meio do caminho. Por exemplo, o prédio
14 da FOP é um grande criadouro de samambaias hoje em dia, ele está lá deteriorando, e isso é
15 dinheiro público que está sendo desperdiçado. Quanto à Prefeitura, pergunta se alguma unidade
16 não tem prédio com vazamento no telhado. Viveu isso na FEA quando foi diretor, havia
17 laboratório, como o senhor Fábio mencionou aqui, com equipamentos de última geração com
18 valores às vezes superiores a R\$1 milhão, e chovendo dentro do laboratório. O procedimento é
19 alocar recurso no PMP e então a unidade tem de organizar o processo, e chegam 20 processos
20 diferentes na DGA. Dos 83 “pinotinhos” existentes, 40 são padrão, portanto podem licitar em
21 conjunto, não dependendo mais da unidade. Uma única licitação que vai atingir quase a metade
22 dos “pinotinhos”, portanto é uma outra lógica; ao fazer isso, estão economizando o processo
23 administrativo, ou seja, a DGA fará apenas uma licitação em vez de 40. A Unicamp, hoje, já
24 tem 5% do seu consumo de energia gerado por energia fotovoltaica, e poderão, nesses telhados,
25 implantar células em todos eles. Então isso tem uma outra vantagem, planejar o investimento
26 de forma articulada, que não resolva só o problema da infiltração, mas que pense no futuro da
27 energia sustentável. E isso hoje é capaz de agradar a todos os gostos: aqueles que gostam do
28 meio ambiente, aqueles que gostam de *ranking*. As universidades hoje são classificadas de
29 acordo com seu nível de sustentabilidade interno. O projeto apresentado pela Prefeitura é
30 perfeito, ele permite fazer algo concentrado e servir a várias necessidades que a Universidade
31 tem. Deixar as ruas como estão para daqui a cinco anos perceber que estão pior é algo que tem
32 dificuldade de aceitar. Possuem muito problema com licitação, e o professor Fernando já deu
33 algumas diretrizes de como podem resolver. Existem coisas que estão nas mãos da Universidade
34 e outras que não estão, e estão tentando resolver da melhor forma possível aquelas que estão.
35 Por isso o convênio com a Caixa, a tentativa de fazer licitações mais centralizadas, porque
36 reconhecem que existem unidades que têm uma boa estrutura para fazer, mas outras não têm.
37 Não há, portanto, nenhuma falta de transparência, só o desejo de atender a uma demanda
38 reprimida antiga e que os prepara para outro momento na Universidade. Não podem perder esta
39 oportunidade, não é sempre que vivenciam essa maravilhosa situação descrita pelo conselheiro
40 José Luis. Precisam aproveitá-la para criar uma expectativa de futuro com uma estrutura que

1 faça jus ao papel que a Unicamp tem no ensino superior do Brasil, no desenvolvimento da
2 ciência e tecnologia. A proposta é construir uma trajetória para o futuro que gere essa
3 expectativa, sempre incorporando novas demandas. A conselheira Gabriela descreveu os
4 acidentes que ocorreram, como a rede que caiu, por ser antiga. Há instalações de ferro fundido,
5 algo que não se vê mais em nenhum lugar, então não podem deixar de atender esse tipo de
6 coisa. Existe a oportunidade hoje e equipe para realizar; as pessoas fizeram estudos, pensaram,
7 está tudo planejado. Precisam tomar o cuidado de não restringir demais a iniciativa das equipes,
8 pois se fizerem isso, ficam parados, acumulando recursos. Devem investir para que a
9 Universidade tenha um futuro melhor. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
10 MEDEIROS pergunta se o senhor Reitor vai fazer a votação em bloco, porque gostaria de ter a
11 possibilidade de votar separadamente cada item, porque inclusive foram apresentados como
12 aspectos diferentes do plano. Estão na pauta como itens separados e foram inclusive
13 apresentados por pessoas diferentes. O MAGNÍFICO REITOR sugere o seguinte
14 encaminhamento: votam primeiro a sugestão da professora Claudia contra a votação em bloco,
15 porque assim demarcam claramente a visão das pessoas sobre a questão. É bom serem
16 transparentes nos processos de votação também. Submete à votação a proposta da professora
17 Claudia de votar separadamente cada item, que é rejeitada com 42 votos contrários, 16
18 favoráveis e 03 abstenções. Em seguida, submete à votação em bloco os itens de 02 a 06 da
19 Ordem do Dia Suplementar, que são aprovados com 53 votos favoráveis, 03 contrários e 06
20 abstenções. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos
21 seguintes assuntos: A – Comissão de Vagas Docentes – CVD – Indicação de Membros –
22 Deliberação Consu-A-18/2013 – 01) Proc. nº 01-P-3969/1999 – Indicação de membros para
23 compor a Comissão de Vagas Docentes, conforme Informação CVD-81/2022, como segue:
24 Representantes dos Colégios Técnicos: Titular: Profa. Dra. Vanessa Petrilli Bavaresco - Cotuca
25 (mandato: 05.04.22 a 04.04.23) e Suplente: Prof. Augusto César Silveira – Cotil (mandato:
26 03.08.22 a 04.04.23). Representantes da Área Ciências Biomédicas: Titular: Prof. Dr. Francisco
27 Haiter Neto - FOP (mandato 26.08.22 a 25.08.23) e Suplente: Prof. Dr. Rodrigo Ramos
28 Catharino - FCF (mandato 26.08.22 a 25.08.23). Representantes da Área Ciências Exatas:
29 Titular: Prof. Dr. Cláudio Francisco Tormena – IQ (mandato: 09.08.22 a 08.08.23) e Suplente:
30 Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia - IG (mandato: 09.08.22 a 08.08.23). Representantes da Área
31 Ciências Humanas, Sociais e Artes: Titular: Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira - FE (mandato:
32 09.08.22 a 08.08.23) e Suplente: Prof. Dr. Andréia Galvão - IFCH (mandato: 09.08.22 a
33 08.08.23). Representantes da Área Ciências da Engenharia: Titular: Prof. Dr. Anderson de
34 Rezende Rocha - IC (mandato: 09.08.22 a 08.08.23) e Suplente: Prof. Dr. Alberto Luiz Francato
35 - Fecfau (mandato: 09.08.22 a 08.08.23). E Representação Docente (indicação encaminhada
36 pela bancada docente): Titular: Profa. Dra. Anna Christina Bentes da Silva – IEL (mandato:
37 20.06.22 - 19.06.23) e Suplente: Profa. Dra. Fátima Regina Rodrigues Évora - IFCH (mandato:
38 20.06.22 - 19.06.23). B – Comissão de Vagas Não Docentes – CVND – Indicação de Membro
39 – Deliberação Consu-A-18/2013 – 02) Proc. nº 01-P-3972/1999 – Indicação de membro para
40 compor a Comissão de Vagas Não Docentes, conforme Informação CVND-34/2022, como

1 segue: Representantes da Área da Saúde: Suplente: Profa. Dra. Elaine Cristina de Ataíde (HC),
2 indicada para o período de 04.07.22 a 03.07.23, em substituição ao Prof. Dr. Erich Vinicius de
3 Paula (Hemocentro). C – Política Universitária de Permanência para Estudantes Indígenas –
4 03) Proc. nº 01-D-24334/2022 – Relatório Final das Oficinas Permanência Indígena realizadas
5 durante o mês de maio de 2022 e coordenadas pela Diretoria Executiva de Direitos Humanos
6 (DEDH) – Comissão Assessora para a Inclusão Acadêmica e Participação dos Povos Indígenas
7 (Caiapi) – Ofício DeDH-60/2022 e Despacho GR-510/2022. Em seguida, passa a palavra para
8 a professora Alik, que fará uma apresentação. A Professora ALIK WUNDER diz que é
9 professora da Faculdade de Educação e está na presidência da Caiapi, que é a Comissão
10 Assessora para Inclusão Acadêmica e Participação dos Povos Indígenas, ligada à Diretoria
11 Executiva de Direitos Humanos. Agradece muito à Reitoria pelo convite de apresentar o
12 relatório que organizaram nos últimos dois meses com todas as pessoas da Universidade que
13 estão trabalhando diretamente com os estudantes indígenas, com as assistentes sociais do SAE,
14 assessores da PRG, membros da Caiapi, coordenação da Moradia e também com o Coletivo
15 dos Estudantes Indígenas. Fizeram duas oficinas de planejamento de ações, uma proposta de
16 ação da Universidade para aprimoramento no que tange à permanência estudantil nessa
17 comunidade nova que estão recebendo. Foram trabalhos árduos, duas oficinas de mais de quatro
18 horas, e conseguiram elaborar o relatório que está sendo disponibilizado para discussão. Fará
19 uma apresentação breve aqui, que vai no sentido de que a Universidade realmente considere
20 que essa nova comunidade estudantil tem especificidades, e precisam, com essa experiência de
21 três anos, buscar caminhos para aprimorar essa política. A Caiapi tem trabalhado, nesses dois
22 anos de existência, muito próxima à PRG, ao SAE e aos diferentes órgãos que têm trabalhado
23 com os estudantes indígenas. E tem percebido que o que há hoje em termos de permanência
24 estudantil, em termos de recursos humanos, não está sendo suficiente para demandas que têm
25 recebido em relação a essa comunidade. Têm trabalhado nesses três anos com muito apoio de
26 diferentes instituições, como a ADunicamp, que realiza já há dois anos doação de cestas básicas
27 não só para estudantes indígenas, mas também estudantes com família. Além de redes de apoio
28 formadas por estudantes e docentes da Universidade no apoio à chegada dos estudantes aqui,
29 vindos principalmente da Região Norte. Há uma rede de solidariedade bastante forte e
30 interessante que se constituiu, mas têm percebido que essa rede não vai sustentar a política de
31 permanência. Vai apresentar aqui algumas linhas no planejamento estratégico que produziram
32 nessas oficinas, que vão no sentido primeiramente da criação de um centro de referência para o
33 estudante indígena na Universidade. Um centro de referência com uma equipe multidisciplinar
34 que envolva profissionais de saúde, profissionais da área de educação, de assistência social e
35 também saúde mental. E isso é possível com relocação de concursos, já fizeram uma série de
36 propostas de formato dessa equipe, porque esse trabalho tem sido feito pelo SAE e pelo Sappe
37 de uma maneira bem interessante, mas os próprios órgãos estão colocando que realmente tem
38 sido insuficiente o recurso humano para esse tratamento. Então, para além de um centro de
39 referência ao estudante indígena que está constituído como uma proposta nesse documento, há
40 também algumas propostas ligadas a aditivos em bolsas. O documento inclui a possibilidade de

1 isso entrar em um critério de vulnerabilidade que não envolva só os estudantes indígenas.
2 Envolve uma proposta de aditivos para bolsa de auxílio social e um aditivo na bolsa do auxílio
3 moradia também para estudantes que vêm com família, pois a demanda de estudantes com
4 família é muito maior do que a quantidade de estúdios na moradia. Os estudantes que não
5 conseguem os estúdios recebem uma bolsa de auxílio moradia no valor de R\$530, que não
6 possibilita pagar o aluguel de uma casa, e uma família não pode dividir a casa com outros
7 estudantes. Dessa forma, propõem a criação de um aditivo de bolsa auxílio moradia para
8 famílias indígenas e outras famílias em situação de vulnerabilidade e um outro aditivo na bolsa
9 de instalação. Os estudantes bolsistas recebem uma bolsa que está por volta de R\$300, mas ela
10 não é suficiente para aqueles estudantes que vêm de outros estados. Para terem ideia, 70% dos
11 estudantes indígenas vêm da Região Amazônica, e hoje a passagem de Manaus para cá é de
12 R\$1.500; e muitos deles vivem em cidades que estão longe de Manaus, tendo de fazer outra
13 viagem aérea. O orçamento de uma viagem como essa está por volta de R\$2.500, e a bolsa
14 instalação é de R\$300. O ideal seria que a Universidade pudesse passar uma bolsa instalação
15 no momento em que o aluno realiza a matrícula virtual à distância, para que ele a receba antes
16 de chegar até aqui, com valor três ou quatro vezes maior do que ela é oferecida hoje, para que
17 ele realize a compra da passagem. A maior parte das passagens, nesses três anos de vestibular
18 indígena, foram conseguidas com doações, mas isso vai se tornar insustentável nos próximos
19 anos. A Universidade tem hoje 40 estudantes indígenas que passaram no vestibular que estão
20 sem passagem, e as aulas começam no próximo dia 15. Portanto, percebem que é uma situação
21 realmente de urgência. Esse documento aponta vários caminhos urgentes que esperam que
22 sejam incorporados no próximo orçamento, para que no ano que vem não tenham esses
23 problemas. E envolvem essas duas questões: aditivos em bolsa e a criação de um centro de
24 referência ao estudante indígena, para que a política de permanência não se sustente no
25 voluntariado ou na sobrecarga dos docentes, assistentes sociais e voluntários. Informa que nessa
26 semana que passou ocorreu o Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas aqui na Unicamp,
27 com mais de dois mil participantes, incluindo um conjunto de lideranças, de acadêmicos e
28 artistas indígenas que a Universidade nunca recebeu, e isso selou, certamente, um compromisso
29 da Universidade, que ofereceu toda a estrutura para a realização do evento. E um compromisso
30 cada vez maior da Universidade com as lutas, com as demandas e com os conhecimentos dos
31 305 povos do Brasil. Então o movimento estudantil indígena e o movimento indígena já
32 reconhecem a Unicamp como uma instituição parceira. E esse documento que apresentam aqui
33 vem no sentido de realmente instituírem de uma maneira mais significativa essa inclusão
34 indígena, reconhecendo a especificidade dessa comunidade. Agradece e diz que esse
35 documento está sendo disponibilizado para os conselheiros para um primeiro estudo. O
36 MAGNÍFICO REITOR agradece pela apresentação, é importante saber que estão acolhendo
37 com carinho essa questão. E será, então, motivo de debates futuros nas instâncias. Em seguida,
38 passa a palavra aos inscritos no Expediente. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz
39 que vai fazer uma discussão do processo de avaliação, mas vai tentar trazer aqui para reflexão
40 itens que estão colocados na avaliação institucional do planejamento estratégico. Considera

1 importante que eles sejam resgatados, os GTs e a finalização com a aprovação das deliberações
2 CAD e a rodada de carreira. O relatório final da avaliação institucional, do período de 2014 a
3 2018, traz um tratamento relativo aos desafios da gestão de recursos humanos. Obviamente que
4 lá está colocado todo o conjunto de recursos humanos da Universidade, mas vai destacar só a
5 parte que trata da Carreira Paepe. Não vai abordar todos os elementos, somente alguns que
6 considera importantes e que conversam bem com a percepção da realidade, depois da rodada
7 de carreira. Está colocado na avaliação institucional que é importante revisar o modelo de
8 avaliação de desempenho dos funcionários, definir claramente os perfis profissionais de modo
9 a permitir que os funcionários e as chefias conheçam e entendam quais são os requisitos para a
10 progressão na carreira, eliminar os aspectos de subjetividade, introduzir os conceitos e os
11 objetivos de meritocracia. E coloca várias questões nesse campo da meritocracia, e que seria
12 importante somar-se a eles pontos que indicam a necessidade de qualificação adicional.
13 Também definir no orçamento anual da Universidade o montante de recursos destinados à
14 carreira, articular as ações de desenvolvimento com trajetória profissional na Universidade e
15 recompensar, obviamente, as trajetórias por meio de um sistema integrado de gestão de pessoas.
16 Isso foi colocado na avaliação institucional no período de 2014 a 2018, percebem que há vários
17 gargalos e que os elementos que aqui estão colocados conversam com a percepção das pessoas
18 após a rodada de carreira. Em alguns deles houve avanços na gestão de recursos humanos. A
19 Universidade há algum tempo faz desdobramento do que é avaliado no período de avaliação
20 institucional na construção do planejamento estratégico, e o planejamento estratégico do
21 período de 2021 a 2025 coloca no seu objetivo 10 linhas de ação, que basicamente passam pela
22 questão da capacitação, da atração de talentos, clima organizacional e reconhecimento e mérito
23 profissional. Propõe a construção de indicadores, alguns deles conseguiram fazer, há um que
24 não, que é o que trata da evolução na carreira, quando se quer discutir o tempo médio que um
25 servidor demora para progredir depois de atingir o perfil necessário para progressão.
26 Obviamente, nesse não houve avanço, e acha que conseguem concluir o porquê. A Deliberação
27 CAD-A-09/2018 trata da estrutura de carreira, e acha que é importante, quando forem discutir
28 progressão, não misturar muito com estrutura de carreira a questão dos segmentos e dos níveis.
29 Quando foi construída a Deliberação CAD-A-09/2018, no início fizeram uma enquete; dois
30 elementos importantes dessa enquete, que determinaram o que está colocado enquanto
31 estrutura, são os seguintes: 73% das pessoas que participaram da enquete disseram que a
32 carreira deve ter menos níveis e com saltos maiores entre as referências; e 91,9% disseram que
33 gostariam de receber *feedback* sobre o desenvolvimento do seu trabalho. Nisso não houve
34 avanço nenhum. Além disso, 70,7% responderam que gostariam de ser avaliados por, além da
35 chefia, outras pessoas que conheçam seu trabalho. Essa enquete determinou boa parte do que
36 está colocado nas deliberações. Em 2020, houve um GT que tratou dos pontos positivos e dos
37 pontos que precisavam ser melhorados da rodada de carreira de 2019. Os pontos em que
38 obtiveram avanço na rodada de 2022 foram: a implementação imediata do interstício; a revisão
39 do Anexo 3, com a criação de um Anexo 3 específico para quem tem cargo e um para quem
40 não tem cargo; a padronização do processo de avaliação pelas comissões, obrigando a discussão

1 e a divulgação da métrica pela comissão de avaliação; e incorporação da progressão na
2 horizontal. Para perenizar a carreira, precisam de injeção de recursos, e há esse compromisso
3 para fazer a rodada de carreira em 2023. Um avanço importante no caminho da perenização de
4 carreira e melhoria do processo de avaliação de desempenho é a questão da análise da rodada
5 de carreira. Isso conseguiram fazer com a rodada de carreira de 2019; foi feito um GT que
6 analisou pontos fortes e pontos a serem melhorados. Conseguiram implantar as melhorias que
7 foram sugeridas depois da análise da carreira de 2019. É importante analisar os números da
8 rodada de carreira de 2022, analisar a Deliberação CAD-12/2021, que trata dos critérios de
9 progressão, tentando fazer ajustes para fazer uma nova rodada de carreira em 2023, porque, no
10 seu entendimento, o recurso está garantido. Uma dica importante é que as pessoas participem
11 no momento das discussões, porque há muitas pessoas que se envolvem em discussão de
12 carreira no momento da rodada de carreira, mas há pouca participação das pessoas quando estão
13 fazendo as discussões. A Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA solicita a
14 inclusão, na pauta do próximo Consu, de uma discussão sobre a possibilidade da realização da
15 progressão horizontal de nível MS-5.1 para MS-5.2 obedecendo ao interstício de três anos a
16 contar da homologação do título de livre-docente para aqueles docentes que tiveram suas
17 progressões para o nível MS-5.1 atrasadas devido à promulgação da deliberação do Consu que
18 desvinculou a aprovação do concurso de livre-docente da progressão para o nível MS-5.1. O
19 grupo de representação docente do qual faz parte recebeu inúmeros contatos nos últimos meses
20 de colegas que tiveram a sua livre-docência aprovada durante o período em que estava
21 desvinculada a livre-docência da progressão vertical para nível MS-5. E esses docentes, além
22 das perdas na carreira, da perda salarial, pois permaneceram como nível MS-3 quando na
23 realidade já eram livre-docentes, também estavam preocupados com o futuro das suas
24 progressões horizontais. Quando foi aprovada a desvinculação entre o concurso de livre-
25 docente e a progressão para o nível MS-5.1, em 2018, ficou garantido que o interstício entre o
26 concurso de livre-docência e o concurso para professor titular permaneceria respeitando o
27 tempo de cinco anos a partir da homologação da livre-docência, e não a partir da progressão
28 para o nível MS-5.1. Portanto, por exemplo, um colega que tivesse feito a livre-docência em
29 março de 2020 poderia em princípio prestar, se assim o quisesse, um concurso para professor
30 titular a partir de março de 2025. No entanto, com a extremamente bem-vinda revinculação
31 entre a livre-docência e a progressão para o MS-5.1, não foi considerado o interstício para
32 progressão horizontal, foi mantido o interstício de três anos a partir da última progressão. Isso
33 implica que aquele docente do seu exemplo anterior, que fez a sua livre-docência em março de
34 2020, só poderá progredir horizontalmente, de MS-5.1 para MS-5.2, respeitando o interstício
35 de três anos da última progressão, que foi em março ou abril de 2022, em março de 2025. Pela
36 regra da progressão vertical, ele já poderia fazer o concurso para titular. Diante dessa
37 constatação, o grupo “Sua Voz no Consu” redigiu uma mensagem a todos os membros do
38 Consu, assinada por 108 docentes, com a solicitação da inclusão na pauta no próximo Consu
39 da discussão sobre a possibilidade da realização da progressão horizontal nível MS-5.1 para
40 MS-5.2 obedecendo ao interstício de três anos a contar da homologação do concurso de livre-

1 docente, e não a partir da última progressão de MS-5. Esses docentes nessa situação tiveram
2 suas progressões para o nível MS-5.1 atrasadas devido à deliberação Consu, que desvinculou a
3 aprovação em concurso de livre-docente da progressão para nível MS-5.1. A Conselheira
4 ELISABETH CARDOZO diz que vai fazer a leitura de um documento que recebeu, redigido
5 pelas servidoras Rosilene Gelape, do Cesop, Luciana Bueno, do Pagu e Eliane Abrahão do
6 CLE. Essas servidoras vêm discutindo a questão da progressão; embora não sejam
7 representantes de nenhuma comissão, são funcionárias preocupadas com a democracia,
8 transparência e participação dentro da Universidade. Elas fizeram um resumo do documento e
9 passaram para os conselheiros. Passa à leitura: “Democracia, transparência e participação.
10 Quem faz a Universidade funcionar são as pessoas. A Universidade fomenta a ciência, a cultura
11 e a arte, desenvolve o ensino, a pesquisa, a extensão e democratiza o conhecimento. Cabe a ela
12 atrair, manter e desenvolver talentos entre docentes, funcionários e funcionárias, pesquisadores
13 e pesquisadoras, alunos e alunas, pois são elas e eles que fazem as coisas acontecerem na
14 Universidade. O investimento em carreira, qualificação e formação de docentes, pesquisadores
15 e funcionários é elemento essencial para o êxito de sua missão. Buscamos nesse processo de
16 progressão 2022 debater com muita seriedade e respeito, levantando problemas, reivindicações
17 e apresentamos alternativas de mudanças. Em nenhum momento questionamos o direito à
18 progressão dos colegas que foram contemplados e muito menos inabilitados o trabalho de meses
19 de colegas da DGRH, CSASRH, PRDU, CIDF, que se empenharam para fazer o processo
20 acontecer. Sobre a metodologia do processo, levantamos várias ações que comprometiam sua
21 integridade, como a falta de transparência, de formatação técnica, de modernização conceitual
22 do rito, clareza nas definições e aplicação de critérios e pesos e o despreparo de comissões de
23 avaliação para avaliar a atividade desenvolvida pelos funcionários e funcionárias. Da mesma
24 maneira, levamos às instâncias deliberativas da Universidade a reivindicação de ampliação dos
25 recursos para o reconhecimento financeiro a todos os avaliados que tiveram seus pedidos
26 deferidos. Não foram suposições imaginárias ou tão somente insatisfação por não termos sido
27 contemplados ou contempladas. A classificação final foram fatos vivenciados nesse e em outros
28 processos de avaliação, progressões engessadas e atrasadas do ponto de vista metodológico há
29 décadas. Se quisermos nos reportar aos grandes problemas causados pelos velhos e viciados
30 processos de avaliação/progressões anteriores, podemos citar, por exemplo, a criação do índice
31 de achatamento, o IAC, em que a Universidade reconhece ‘a necessidade de corrigir o efeito
32 do achatamento salarial causado pelo histórico da Universidade ao corpo de funcionários e
33 funcionárias’. Nesses últimos meses, ocupamos nosso espaço democrático respeitosamente nas
34 instâncias da Universidade, comissões de avaliação, instâncias equivalentes, COP, Cepe, CAD
35 e agora o Consu, nas quais se debatem, regulamentam e aprovam todas as ações da
36 Universidade. Optamos por levar a esses espaços coletivos da comunidade acadêmica e pelos
37 nossos representantes as vozes de um coro de funcionários e funcionárias sobre os crônicos
38 problemas ligados às avaliações de desempenho/progressão da Carreira Paepe. Não são
39 narrativas para ganhar dinheiro, para burlar regras e/ou ainda para privilegiar esse ou aquele;
40 são contribuições amadurecidas, responsáveis e sérias. É preciso respeito ao papel que

1 desempenhamos nesta Universidade. Em relação ao processo de progressão 2022, cabe à CIDF
2 analisar se o rito foi cumprido em conformidade com as deliberações que regem o processo.
3 Vários problemas foram identificados em sete unidades/órgãos, que tiveram seus relatórios
4 retirados de pauta para análise. Os erros apontados foram de várias ordens, alguns proliferados
5 pelas velhas e atrasadas posturas autoritárias de alguns membros de comissões. Já a CIDF
6 mostrou maturidade e privilegiou investigar os problemas, buscando correções dos erros
7 detectados. Erros como esses e procedimentos repetidamente mal executados causam distorções
8 significativas no processo, impactando nos resultados e, conseqüentemente, nas trajetórias
9 profissionais de funcionários e funcionárias, além de fomentar um sentimento de descrença nas
10 decisões dos colegiados da Universidade. Todas essas questões nos remetem à afirmação de
11 que para todas as decisões tem-se um custo, e a não renovação da CSAS também demonstrou
12 ter sido um custo aos funcionários e funcionárias avaliados pelas comissões de avaliação, cujos
13 relatórios foram retirados de pauta a partir do levantamento de problemas dos trabalhos que
14 realizaram. Para que esses erros não recaiam sobre os contemplados, há necessidade de um
15 pedido de pagamento retroativo a esses funcionários e funcionárias. O processo de progressão
16 Paepe 2022 reconheceu as divergências entre os níveis de complexidade das atividades
17 desenvolvidas e os níveis em que estamos enquadrados e que baseiam nossa remuneração,
18 deferindo os pedidos analisados. Recebemos, porém, como resultado, a frustrante constatação
19 de que, apesar do reconhecimento institucional, não foram destinados recursos suficientes para
20 assegurar a progressão a todos os que comprovadamente devem recebê-la. Submeter esses
21 funcionários e funcionárias reconhecidamente aptos no processo Paepe 2002 aos novos
22 processos de avaliação irá sujeitá-los a situação, por mais de um ano, constrangedora, injusta e
23 extremamente vexatória. Optamos por encaminhar um pedido com responsabilidade a este
24 conselheiro universitário, porque acreditamos na sensibilidade e na reflexão desse Conselho
25 para que analise a possibilidade de um ajuste por meio de planejamento orçamentário, visando
26 o reflexo financeiro a todos e a todas os funcionários e funcionárias que tiveram reconhecido
27 seu direito à progressão na Carreira Paepe, desobrigando-os de submeterem a um longo
28 processo avaliatório”. Assinam o documento as senhoras Rosilene Gelape, Luciana Bueno,
29 Eliane Abrahão e ela, como conselheira, também acata e assina o documento. Esse documento
30 foi encaminhado a vários conselheiros e funcionários, e essas colegas não representam só esse
31 sentimento delas, elas representam o sentimento de vários funcionários, e faz valer aqui a voz
32 de todos esses funcionários. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO
33 diz que faz eco à solicitação dos docentes que foi trazida pela professora Fátima de que eles
34 possam cumprir o interstício para progressão na carreira, para titular ou para nível horizontal,
35 a partir da realização da livre-docência. Apóia essa demanda de mais de 100 professores. Em
36 seguida, aproveitando a presença dos professores Ivan e Rachel, diz que hoje ocorreu o
37 encerramento do primeiro semestre e foi o último dia para a entrada das notas junto à DAC, e
38 pergunta se seria possível fazerem um pequeno balanço deste primeiro semestre de 2022
39 daquilo que funcionou, daquilo que não funcionou bem, das dificuldades relatadas pelas
40 unidades, das boas práticas que podem ser adotadas, ações que podem ser realizadas neste

1 segundo semestre para que ele funcione melhor. Também solicita a criação de um grupo de
2 trabalho que estude a criação de um programa de incentivo ao pós-doutorado no exterior,
3 principalmente com vistas aos jovens docentes. Um programa aos moldes dos que existem, por
4 exemplo, na USP, mas que já existiu também aqui na Unicamp. Havia uma resolução de 2012
5 que facilitava a saída de docentes das unidades e, portanto, também o cumprimento da sua carga
6 didática, tornando esse processo mais simples. Sabe que para algumas unidades isso pode ser
7 um pouco mais simples do que acontece, por exemplo, na FT e na FCA, mas gostaria de ver
8 uma discussão com um grupo de trabalho que pensasse em um programa de incentivo ao pós-
9 doutorado no exterior. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE parabeniza o IFCH pelo
10 Título de Doutor “Honoris Causa” ao professor Paulo Sérgio Pinheiro. Em seguida, agradece
11 muito pelas apresentações sobre a questão das obras, acha que foram muito importantes para a
12 compreensão das pessoas que não participam na COP, da Copei, que é o seu caso. Também
13 agradece à Reitoria pelo apoio que a FEA recebeu a um projeto lançado, que é o processamento
14 de alimentos para curiosos, uma parceria entre a FEA e a Associação Brasileira das Indústrias
15 de Alimentos, que visa explicar como é o processamento. Ele começou falando sobre o que são
16 alimentos, como os alimentos estragam e agora ele tem uma série de episódios sobre como a
17 indústria faz o que a pessoa faz em casa. A ideia é desmistificar um pouco o processamento de
18 alimentos como um demônio. É furar uma bolha, para atingir pessoas da sociedade para um
19 melhor entendimento do processamento de alimentos. O programa acontece ao vivo e tem uma
20 breve apresentação, com dois tópicos, e depois é aberto para perguntas através do YouTube.
21 Então, a FEA fez o projeto, fez a aprovação do convênio, e a imprensa da Unicamp, através de
22 sua Secretaria de Comunicação, foi bastante generosa ajudando na divulgação, pelo que
23 agradece aqui publicamente. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz
24 que o grupo “Unicamp em Movimento” foi procurado pelos servidores que passaram pela
25 avaliação Paepe deste ano. O professor Wagner Romão trouxe para o grupo esse contato,
26 inclusive a carta que já foi lida pela conselheira Elisabeth. Tem a impressão de que as questões
27 se repetem em alguns padrões. Por exemplo, o Conselho Universitário, há não muito tempo,
28 aprovou uma medida muito traumática para muitos docentes da separação da livre-docência do
29 nível MS-5.1, com o argumento de um problema monetário. Foi uma das pessoas que teve esse
30 processo separado e foi terrível, foi traumático, porque são duas avaliações, a de livre-docência
31 e depois a de MS-5.1. Agora veem os servidores passando por uma avaliação em que
32 aproximadamente 43% deles, que tiveram suas promoções deferidas pelas comissões, terão de
33 passar novamente por uma avaliação, pois não há reserva orçamentária para contemplá-los
34 agora. Identifica-se com essa situação, porque eles vão passar duas vezes por uma avaliação
35 que, em princípio, será uma. É difícil ver isso e como a Universidade não consegue corrigir os
36 procedimentos, não consegue dar estabilidade à carreira, seja de servidor, seja de docente, não
37 consegue dar a mínima estabilidade para alguém se programar. Sabe que aqui houve muita
38 intenção para resolver isso, e agradece a esta Reitoria por ter tido a sensibilidade com pessoas
39 como ela, que conseguiu resolver esse problema. Mas não deseja que ninguém passe por aquilo
40 que passou. Ser julgada duas vezes, a carreira atrasada. Então, está apelando à habilidade e ao

1 bom senso que esta Reitoria demonstrou com ela, para que os utilize novamente, e faz, em nome
2 do “Unicamp em Movimento”, um apelo para que consigam resolver essas questões. Espera
3 que tenham força para fazer isso, e estão à disposição para apoiá-los. A Conselheira ELLEN
4 ALVES MENEZES solicita esclarecimento da Reitoria, pois faz parte do Diretório Central dos
5 Estudantes e hoje pela manhã, enquanto acontecia o ato em solidariedade às trabalhadoras
6 terceirizadas, ficou sabendo no Consu que as fechaduras de todo o espaço do DCE foram
7 trocadas e que a Reitoria pretende pegar de volta a sede do diretório para utilizar como depósito.
8 Não sabe se é verdade, mas é fato que as fechaduras foram trocadas e isso a preocupa muito,
9 porque a Reitoria está a todo momento falando de diálogo, mas enquanto estão aqui no Consu
10 ela está trocando as fechaduras de um espaço que foi conquistado pelos estudantes, que é um
11 patrimônio dos estudantes. Solicita alguma explicação sobre o porquê isso aconteceu. A
12 Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS diz que faz coro à professora Verônica,
13 à senhora Elisabete e ao senhor Adilton na questão das progressões dos funcionários. O
14 professor Belluzzo, quando estava falando da aprovação do título do professor Paulo Sérgio
15 Pinheiro, citou a ideia de espírito coletivo da Universidade, o espírito coletivo como motor.
16 Acha que concretizar essa ideia implica necessariamente a construção de uma comunidade onde
17 todos se sintam valorizados. O professor Antonio José mencionou, ao longo desta reunião, a
18 presença dele nas reuniões organizadas pelo grupo dos docentes nível MS-3, insatisfeito com a
19 separação entre o título de livre-docente da progressão, assim como a falta das progressões
20 horizontais, mostrando uma abertura ao diálogo bastante incomum. Essa situação da progressão
21 na carreira docente se resolveu sem maiores problemas, porque todos foram contemplados.
22 Acha que parte da reivindicação dos funcionários é justamente que haja uma igualdade de
23 tratamento entre os dois conjuntos de membros da comunidade. Acha que precisam lidar com
24 essa insatisfação, ouvir os funcionários e corrigir os erros para processos futuros, com a
25 participação dos funcionários, ouvindo-os sobre as suas demandas. É absolutamente
26 fundamental para o trabalho, para o bom convívio no interior da comunidade, que todos se
27 sintam devidamente valorizados, e é essencial que se tenha clareza sobre quais são os critérios
28 e metas para que sejam promovidos. Acha que essa é uma das maiores angústias, pelo menos
29 do que foi comentado com ela, a falta de clareza sobre o que se precisa fazer para alcançar a
30 promoção. A ideia de carreira implica um estímulo a um melhor desempenho individual das
31 pessoas, mas não há como estimular o melhor desempenho individual sem que haja metas claras
32 a serem atingidas. Nesse sentido, assim como a professora Verónica, sente-se muito identificada
33 com a questão que está sendo colocada pelos funcionários, porque passou cinco anos na
34 Universidade sem ter clareza sobre quais eram as possibilidades de progressão e o que era
35 necessário se fazer para alcançar a progressão. Enfatiza o que a professora Verónica falou sobre
36 a repetição de alguns padrões, e acha que essa é uma questão importante. O padrão de
37 desvalorização dos servidores obviamente não se inicia nesta gestão, e a progressão que está
38 sendo posta mostra uma valorização, mas que ainda não é a ideal. Ela se inicia e reproduz, de
39 certa forma, padrões que estão presentes na sociedade brasileira e dentro da Universidade.
40 Quando falam de igualdade, de democracia, de participação, de defesa de direitos, de defesa da

1 democracia, precisam pensar também em como quebrar esses padrões de desigualdade,
2 valorizando os servidores e tendo muita clareza de que a Universidade só é possível com o
3 trabalho deles. Acabam contando excessivamente com o empenho individual, com base no
4 compromisso dos indivíduos, tanto de funcionários quanto dos docentes, para sustentar a
5 excelência da Unicamp. Mas precisam quebrar esse padrão e partir para critérios mais claros
6 para que todos se sintam valorizados. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz, em
7 relação à situação dos trabalhadores Funcamp do restaurante universitário, que a decisão foi
8 tomada em 2019 pelo professor Marcelo. Esteve presente na negociação para a readmissão do
9 servidor Funcamp do restaurante que foi demitido por ter falado na Assembleia Universitária.
10 Conversou com o professor Miranda, diretor da Funcamp na época, tentando a readmissão. O
11 professor Miranda mencionou que havia essa polêmica com o Tribunal de Contas e que a
12 Funcamp não conseguiria participar de licitação em função de ela não ter entidade pública, ter
13 alguma referência que pudesse conseguir a disputa e vencer a licitação, pois o Tribunal estava
14 obrigando a fazer a licitação. Em 2021, esse processo não havia terminado, na gestão atual o
15 sindicato protocolou um documento, no dia 28 de julho, na pauta específica, propondo o
16 cancelamento da licitação e a abertura de concurso público para fazer o funcionamento do
17 restaurante através de servidores contratados pela Universidade. No entendimento do sindicato,
18 a terceirização cria subemprego, e esse é um dos problemas do país, porque remunera pouco a
19 força de trabalho. Hoje, a mão de obra brasileira é 35% do PIB, é algo muito baixo, e o país só
20 vai sair desse subdesenvolvimento se um dia houver geração de emprego de qualidade. No *site*
21 da Unicamp, na semana passada, foi publicada uma entrevista importante com o professor
22 Ricardo Antunes falando do “Capitalismo Pandêmico”, um livro que ele lançou, da questão da
23 uberização, da precarização da força de trabalho. E essa semana, tem o professor José Dari do
24 Instituto de Economia falando da reforma trabalhista e os impactos para os trabalhadores. Ou
25 seja, as reformas vêm sendo aplicadas no mundo e no Brasil também, no caso aqui no Brasil
26 foi em 2017, com o Temer, para reduzir o direito dos trabalhadores. O sindicato buscou as
27 candidaturas a presidente e já assinou com as centrais sindicais um documento pela revogação
28 da reforma trabalhista em 2017. Portanto, estão se movimentando nesse sentido. É óbvio que a
29 decisão da Unicamp foi uma decisão política de continuar com a licitação e fazer uma licitação
30 para uma empresa terceirizada. Poderia abrir concurso público, preparar os trabalhadores para
31 criar empregos de qualidade. Tiveram uma reunião da coordenação do sindicato com o
32 professor Paulo César, Chefe de Gabinete, em que ele se dispôs a falar com a empresa que está
33 assumindo o restaurante, para tentar a migração total dos funcionários, ou a maioria deles, só
34 que as condições serão inferiores. Principalmente, a empresa não oferece fretado. Por exemplo,
35 a copeira da Prefeitura mora em Hortolândia, então pergunta como ela vai conseguir chegar
36 aqui às 7h; teria de sair de casa às 4h, não tem ônibus. E o salário que vão pagar com certeza
37 não cobrirá o transporte dela até aqui. Os funcionários que estão servindo o café nesta reunião
38 são desse contrato também e sofrerão com essa decisão política da Reitoria. Então o sindicato
39 apresentou proposta de resolver de forma viável e legal, por meio da contratação de servidor
40 por concurso público e o Tribunal de Contas aceitaria, não haveria problema nenhum para as

1 contas da Universidade. Em relação à carreira, se não for possível suplementar, que seja
2 aumentado o percentual para o ano que vem. Esse ano foi 0,8% no máximo, que propôs na
3 época que isso fosse o mínimo, e que seja superior a isso para o ano que vem. A Conselheira
4 ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA reforça a fala dos seus colegas em relação ao
5 problema do processo de avaliação e da promoção dos servidores técnico-administrativos. Os
6 argumentos já foram colocados, existem possibilidades, mas acha que um dos maiores
7 problemas que o grupo de funcionários que os procurou coloca é a insegurança em relação ao
8 processo de avaliação. Então há dois problemas: a Universidade instaura as comissões de
9 avaliação e elas reconhecem o mérito dos seus servidores, reconhecem que eles são altamente
10 qualificados e os aprovam. Isso mostra uma demanda reprimida de progressão, assim como a
11 que os professores ficaram durante muitos anos. Esse é um problema que vai demandar uma
12 inteligência do ponto de vista da gestão, que tem sido, como disseram os colegas, tão sensível
13 em relação a vários aspectos. Ela precisa ser sensível em relação a isso também, porque 43%
14 de pessoas que foram aprovadas não foram contempladas. Um exemplo do seu cotidiano como
15 docentes é que nos editais do CNPq muitas vezes recebem essa resposta: os projetos são
16 aprovados por mérito, mas não há verba. Algumas vezes o CNPq coloca na fila e concede meses
17 depois, às vezes um ano depois, a verba para aquele projeto. Sabe que as tratativas jurídicas são
18 diferentes, estão falando aqui de salários, de carreira, e é por isso que é mais complicado. Acha
19 que poderiam tentar pensar em propostas que levassem em consideração a suplementação de
20 verbas para o ano que vem em relação a essa questão, e que esses processos, por mérito, de
21 alguma forma fossem considerados. Porque vão criar uma bola de neve ao juntar todos
22 novamente para o processo do ano que vem. Então acha que poderiam tentar resolver esse
23 problema aos poucos para, justamente, não criar bolas de neve maiores no futuro. A última
24 avaliação dos servidores ocorreu em 2019, e em 2024 todos os contemplados em 2019 já
25 poderão fazer nova avaliação, portanto haverá um grupo de funcionários ainda maior. Solicita
26 ao professor Fernando Sarti e a toda a equipe, que pensam com muita sensibilidade todas as
27 questões administrativas e de planejamento, que tenham sensibilidade em relação a esse
28 problema. A segunda questão é o problema da terceirização. Uma pesquisadora que foi aluna
29 da Unicamp e da USP elaborou um texto sobre terceirização e sobre o contexto de Campinas e
30 das empresas que trabalham dentro da Universidade. Os depoimentos são vergonhosos. Não
31 podem permitir mais que os terceirizados desta Universidade sejam tratados do jeito que são
32 por essas empresas, porque senão todos os esforços da Unicamp em relação a tantos aspectos
33 sociais serão considerados uma grande hipocrisia. Os depoimentos são terríveis em relação ao
34 tratamento da empresa, de como a pessoa tem de se comportar aqui dentro, como ela não é paga
35 nos seus direitos. Há uma série de questões que precisam olhar, pois é uma vergonha para a
36 Unicamp que esteja permitindo que isso aconteça aqui dentro. Se há a necessidade da
37 terceirização é uma outra questão; o problema é que tipo de empresa contratam ou que
38 participam das licitações, e que tipo de controle a Universidade tem sobre isso. Pergunta se é
39 possível que ela não tenha nenhum controle sobre o que acontece do ponto de vista ético, do
40 ponto de vista legal, do ponto de vista jurídico. A Unicamp é responsável pela invenção de

1 tantas coisas interessantes em termos de acompanhamentos, ela é sensível a acompanhamentos
2 de várias naturezas, então pergunta por que, em relação à terceirização dos trabalhadores que
3 estão aqui, a Universidade é tão negligente. Particularmente, acha que essa é uma questão ética,
4 é uma questão política fundamental. Se não podem mais fazer concursos para esse tipo de cargo,
5 por uma série de razões históricas, precisam ter um tratamento equânime para esses
6 trabalhadores que estão aqui. Sente vergonha desse tipo de contexto que vivem e sobre o qual
7 já existe até estudo. Solicita que reflitam neste Conselho com bastante seriedade sobre esses
8 dois assuntos, porque eles envolvem, como diz sempre o professor Antonio José, pessoas. A
9 Conselheira HELENA ANSANI NOGUEIRA registra sua indignação e sua tristeza com o que
10 aconteceu hoje cedo, quando as falas das conselheiras Milena e Michelle foram cortadas. Elas
11 foram silenciadas, e no contexto que estão vivendo, silenciar duas mulheres é algo que lhe causa
12 muita tristeza. São quase 17h30 e estão aqui ouvindo todas as falas dos professores, todas as
13 demandas de estrutura, de plano de carreira, e quando vão se pronunciar sobre algo que é
14 importante para os estudantes, não podem se expressar. A Milena é uma aluna que sempre
15 contribuiu muito para as reuniões e ela falava de algo que é muito pertinente. Gostou muito da
16 fala da professora Anna, concorda muito com ela, e também com a fala do senhor José Luis. A
17 preocupação que possuem, e era sobre isso que a Milena estava falando, é que se a empresa que
18 ganhou essa licitação não valoriza os funcionários que já estão na Unicamp, que já prestam esse
19 serviço, que já são preparados para isso, ela não conseguirá prestar o serviço adequadamente.
20 É lógico que o serviço não será bom, e quem vai sofrer novamente com isso são os alunos,
21 porque estão em contexto de uma crise econômica enorme, então há alguns que só se alimentam
22 no restaurante universitário. Se for um serviço ruim, até esse aluno denunciar, chegar na
23 Reitoria, pergunta como vai ser agilidade para essas emergências que vão acontecer. Todas as
24 pautas relacionadas à moradia, à alimentação, vão ser pautas urgentes para os estudantes,
25 porque a fome não espera, a moradia não espera, então é questão de sobrevivência. Não faz uso
26 do restaurante universitário porque, por conta da pandemia, não está agora em Campinas. Mas
27 estão aqui para defender os que vão precisar do restaurante, e deseja que sejam ouvidos, assim
28 como estão ouvindo todos que estão aqui. A Conselheira JULIANA ANDRADE BEGIATO
29 diz que, no sentido do que a conselheira Ellen relatou, é muito absurdo a Reitoria ter trocado,
30 de forma totalmente autoritária, as fechaduras do DCE, que é um espaço dos estudantes e que
31 tem de ser ocupado por eles. Também é absurdo as representantes discentes terem tido suas
32 falas cortadas. O senhor Reitor disse que precisam dar respostas concretas, e acha que estão
33 fazendo isso, pois estão propondo concretamente a recontração de todos os trabalhadores
34 terceirizados, com todos os direitos assegurados. Mas também acha que elas deveriam ser
35 efetivadas. Não vê sentido em abrir um concurso se algumas trabalham já há dez anos no
36 restaurante e provam todos os dias que podem desempenhar essas funções sem nenhum tipo de
37 concurso. A defesa histórica que fazem é que elas se incorporem ao quadro permanente da
38 Universidade, com todos os direitos, mas que não se submetam a uma prova que possa se
39 transformar em mais um obstáculo a que elas possam permanecer no cargo. Pergunta para a
40 Reitoria qual é a resposta concreta que o senhor Reitor dá à fome e ao desemprego aos quais as

1 trabalhadoras agora estão sendo lançadas. Para ela, não existe algo mais concreto do que ter o
2 seu salário cortado, seu vale cortado, a creche dos seus filhos cortada no meio do governo
3 Bolsonaro, da inflação e da fome. A Reitoria está sendo incapaz de responder concretamente a
4 esses problemas, e o Estado de direito, do qual o senhor Reitor se diz fã, na verdade quer que
5 elas aceitem menos direitos que os colegas que trabalham na mesma Universidade, às vezes
6 com cargos muito parecidos, mesmo elas sendo essenciais. Que sejam jogados na rua de tempos
7 em tempos, por causa da troca de licitação. E esse Estado de direito também é o mesmo que a
8 Fiesp diz apoiar, depois de todas as reformas trabalhistas que ela apoiou, e por isso acha
9 importante marcar que a Unicamp terceiriza pessoas, não o serviço, como o senhor Reitor
10 colocou. Essas pessoas são de carne e osso, são mães e pais de família e que estão em uma
11 situação de governo Bolsonaro, de fome, de miséria. Elas passam fome, elas morrem, elas têm
12 nome; precisam defender que elas tenham seus empregos, seus direitos assegurados. Considera
13 tudo isso muito concreto. Não é um jogo para a plateia que está colocando, e tudo isso é uma
14 expressão da estrutura de poder antidemocrático da Universidade, que teria de ser governada
15 pelos estudantes, pelos trabalhadores e pelos professores, mas de acordo com a proposição na
16 realidade, não como é dado hoje. O Conselheiro JEFFERSON DE LIMA PIKANÇO diz que,
17 em meio à situação que vivem, a chapa “Unicamp em Movimento”, apesar de ser uma chapa
18 de representação docente, também se solidariza à causa da comunidade. Tanto com a causa dos
19 funcionários, sobre a qual vários colegas já se pronunciaram aqui, apelando ao bom senso da
20 Reitoria para que conduzam isso a uma boa conclusão, que possa trazer bons resultados para
21 todos, mas também manifesta solidariedade à causa dos trabalhadores terceirizados. Sabem que
22 essa terceirização é um sistema muito cruel de redução de custo e precarização da mão de obra
23 e que ela não veio desta Reitoria, ela está sendo construída ao longo do tempo. O texto a que a
24 professora Anna Bentes se referiu, da ex-aluna da Unicamp, é estarrecedor, e recomenda muito
25 a leitura. Ele traz a forma como são tratadas as funcionárias, que em geral são mulheres, a maior
26 parte negras, mães de família, tudo isso que conhecem, e que são praticamente invisibilizadas
27 dentro da Universidade, como no restante da sociedade. Não estão fazendo nada melhor do que
28 o grosso da sociedade faz, então acha que devem procurar soluções para isso. O senhor José
29 Luis fez uma fala muito interessante e que trouxe vários elementos para pensarem o que fazer.
30 O próprio texto mencionado da ex-aluna Lara Campoli aponta para algumas coisas como, por
31 exemplo, combater a marginalização dessas trabalhadoras dentro do *campus* da Unicamp,
32 integrá-las no espaço e na comunidade da Unicamp, para fazer com que elas se sintam parte da
33 comunidade, e não seres invisíveis que vagueiam pelos corredores e que eventualmente limpam
34 as salas ou que fazem a comida no restaurante universitário. Devem adotar um
35 comprometimento com a garantia de todos os direitos previstos nas convenções de trabalho, se
36 isso está sendo realmente fiscalizado, se essas convenções de trabalho estão sendo observadas
37 nesse caso. É muito importante que deem atenção a isso e acha que podem, como estão
38 pensando no caso dos funcionários e da carta que foi trazida, também chegar a uma solução no
39 caso desses trabalhadores. Outro assunto que lhe causou muito espanto foi a questão que as
40 acadêmicas Ellen e Juliana trouxeram aqui de que o DCE está sendo desalojado. Não entendeu,

1 gostaria de ter mais explicações, porque, realmente, não lhe parece ser uma ação vinda desta
2 Reitoria. Vieram de um contexto em que existia a famigerada Lei 477, que proibia a atuação
3 política dos estudantes, e esse passado não pode mais voltar. Essa história de trocar a fechadura
4 o fez lembrar de muitas coisas dos anos de 1980 que viu na sua universidade, a mesma
5 universidade do famigerado ministro Flávio Suplicy de Lacerda, que fez essa Lei 477. Então é
6 preciso observar isso. Manifesta sua solidariedade a essas três lutas que citou. O MAGNÍFICO
7 REITOR esclarece que não sabe de nada com relação a nenhuma troca de chave. Não partiu
8 nada da Reitoria com relação a isso. Precisam tentar descobrir qual a origem tanto da
9 informação, como de quem efetivou. A Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO
10 solicita ao professor Fernando Sarti informações a respeito do GT que foi formado em abril
11 para estudo das carreiras especiais; como andam os trabalhos, quando virá alguma coisa para
12 ser ainda analisada um pouco mais detalhadamente. A Conselheira CLAUDIA MARIA
13 BAUZER MEDEIROS reforça a solicitação da professora Fátima e de outros colegas sobre a
14 questão da excepcionalidade desse caso de interstício de promoção. A Reitoria receberá a carta
15 com abaixo-assinado já de uma centena de docentes. O segundo assunto tem a ver com algo
16 que considera prioridade absoluta de todos, que é trazer de volta os alunos que abandonaram os
17 seus cursos por diversas razões. Sabe que foi feita uma enquete inicial pela Pró-Reitoria de
18 Graduação, da qual participou, juntamente com a professora Márcia Abreu, sugerindo a
19 elaboração de um questionário. A partir desse levantamento, não sabe o que mais estaria sendo
20 feito. O maior tesouro da Universidade é o conhecimento que ela cria e os alunos que ela forma,
21 e não tentar trazer de volta as várias centenas de alunos que abandonaram os seus cursos é jogar
22 uma parte do tesouro fora. Então gostaria de saber o que está acontecendo, quais são os planos
23 e o que todos, coletivamente, podem fazer. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO parabeniza a
24 Unicamp e a comissão organizadora do Encontro Nacional de Estudantes Indígenas. Viram, na
25 semana passada, uma Universidade muito vibrante, com muitas cores, com sons, com línguas
26 diversas. Foi um evento muito bonito, muito acolhedor, com várias atividades acadêmicas,
27 atividades culturais, inclusive de cuidado com as crianças, o que possibilitou que mães e pais
28 participassem dessas atividades todas, tendo pessoas para cuidar de seus filhos pequenos. Acha
29 que isso foi um exemplo para todos, podem aprender muito com essa experiência, em vários
30 sentidos. Também parabeniza a Unicamp pela divulgação da “Carta às brasileiras e brasileiros
31 em defesa do Estado democrático de direito” e pela participação da Reitoria da Unicamp no ato
32 do dia 11 de agosto, porque assumir uma posição pública neste momento é fundamental.
33 Convida todos os integrantes desta comunidade, docentes, técnico-administrativos e estudantes,
34 que se somem a essa iniciativa, porque defender a democracia é defender a universidade
35 pública, é defender a educação e a ciência, que é o ofício de todos aqui. Também agradece ao
36 Conselho Universitário pela aprovação da proposta que foi trazida a esta Casa hoje, do Título
37 de Doutor “Honoris Causa” ao professor Paulo Sérgio Pinheiro, e pelas palavras que foram
38 ditas para homenageá-lo. Foram palavras muito tocantes e a comunidade do IFCH fica muito
39 feliz com o resultado desse processo. Em seguida, solicita esclarecimentos à PRDU sobre a
40 instrução normativa que receberam relativa à contratação Paepe. Foram descontadas, da Ação

1 3, as vagas aprovadas na CVND em 2022, e no caso do IFCH a vaga que foi descontada
2 antecede à política de contratação aprovada em maio. Portanto, deseja entender os critérios e as
3 razões para esse desconto. Também gostaria de se manifestar sobre o processo de avaliação da
4 progressão da Carreira Paepe, que já foi tratado aqui em várias falas. No IFCH, concluíram de
5 modo bastante satisfatório esse processo de avaliação. Conseguiram contemplar muita gente:
6 foram 44 funcionários inscritos e, no total, contemplados 31 funcionários, sendo 27 na
7 progressão horizontal e quatro na progressão vertical, em todas as listas de classificação
8 possíveis, considerando nível superior e nível médio. É claro que muitas pessoas ficaram de
9 fora, o que provocou descontentamento, por razões muito justificáveis. Não vai se pronunciar
10 sobre o modo pelo qual poderia ser atendida essa demanda que está sendo trazida aqui, a partir
11 da iniciativa das três funcionárias que foram mencionadas, mas lhe parece muito justo que as
12 pessoas que tiveram reconhecido o seu direito à progressão no atual processo tenham esses
13 resultados preservados, para que não precisem se submeter novamente a esse processo de
14 avaliação. Há muitas questões envolvidas na avaliação de funcionários; a carreira de
15 funcionários parece-lhe menos clara, ela é mais sujeita a variações, seja conforme a política
16 definida pela Administração, mas também devido à relação com as chefias. Isso faz com que a
17 avaliação Paepe seja algo muito distinto dos processos de promoção da carreira docente. Então,
18 apesar de todas as especificidades que existem entre as áreas de conhecimento, a avaliação
19 docente tem critérios mais definidos, mais estáveis e mais gerais, ao passo que na avaliação
20 Paepe há uma maior variação, uma maior distorção conforme as decisões e os encaminhamentos
21 que são definidos por cada uma das comissões de avaliação. Foram detectados problemas que
22 precisam ser verificados e corrigidos, em respeito aos participantes do processo de avaliação e
23 também para que possam valorizar as pessoas que constroem a Universidade, como foi aqui
24 colocado. Sobre a questão da terceirização na Universidade, como foi dito pelo senhor José
25 Luis, a Unicamp possui muitos grupos de pesquisa e pesquisadores que se dedicam às relações
26 de trabalho e especificamente à terceirização. Poderiam aproveitar esses grupos e colegas que
27 trabalham com a questão, para que possam pensar em formas de enfrentar esse problema,
28 aplicando internamente e também contribuindo para a sociedade. Esse é um problema para a
29 sociedade, assim como para a Universidade, que pode contribuir a partir do conhecimento que
30 gera aqui para o enfrentamento de um problema que é social e que é de todos. O Conselheiro
31 CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que tem 20 anos de experiência e sempre esteve presente nas
32 questões de interesse dos servidores e funcionários desta Universidade. Nesta Casa, dialogou e
33 conquistou muitas vitórias para a categoria que representa, como o atual auxílio-alimentação,
34 academia ao ar livre nos *campi* de Limeira, Campinas e Piracicaba, carreira, auxílio-educação
35 especial, progressão e isonomia salarial, que deve retornar para que os salários sejam
36 equiparados com a USP. Também o transporte fretado gratuito para funcionários acima de 60
37 anos, mudança de regime CLT para Esunicamp para os contratados de 1985 a 1988 etc. Sobre
38 a isonomia, soube que a Unesp está estudando a isonomia com a USP. Sempre fez aqui um
39 trabalho muito forte para contratações de funcionários na Universidade, e luta até hoje para que
40 as contratações do quadro ocorram visando o melhor para a Instituição. Participa das demandas

1 políticas dos servidores e institucionalmente luta pela categoria no Consu e demais instâncias.
2 Foi eleito para representar os quase sete mil funcionários da Unicamp nos últimos anos, e
3 agradece imensamente o apoio. Representa a todos, pois quando um servidor é eleito para o
4 Consu, ele representa a comunidade de servidores em geral e não somente alguns poucos
5 partidos políticos. Na reunião da COP realizada no dia 1º de agosto, cujo conteúdo era
6 infraestrutura e outros assuntos, colocou a situação do pronto-socorro e dos sanitários que são
7 utilizados pelos cidadãos de Campinas, do Estado de São Paulo e de outros estados do Brasil.
8 Não sabe dizer quantos usuários utilizam o pronto-socorro e sanitários, mas não são poucos.
9 Parabeniza a doutora Elaine, que entendeu sua preocupação e está trabalhando muito para sanar
10 esta questão. Pessoas de visão institucional na solução das questões merecem seus parabéns.
11 Sobre a sua postura na COP, recebeu uma crítica construtiva por ter colocado a situação dos
12 sanitários do PS. Não concorda com essa crítica, pois é seu papel colocar assunto nas instâncias
13 cabíveis; aproveita cada espaço para colocar assuntos de interesse dos funcionários e da
14 Instituição, e tem orgulho de representar a categoria nesta casa. Não se cansa, e quem tem
15 vergonha de colocar assuntos importantes nas instâncias, ou aproveitar espaços institucionais,
16 precisa rever seus conceitos. De fato, as condições do PS incomodam há muito tempo,
17 especialmente a permanência de internados em macas enfileiradas, próximas etc., e como
18 cidadão, dará apoio a todas as iniciativas para superar tal situação, especialmente que venha o
19 novo Hospital Regional nas dependências que a atual Reitoria cedeu. Na COP, na apresentação
20 da Prefeitura, solicitou atenção especial às rampas de acesso aos cadeirantes nas ruas e avenidas
21 da Universidade, e que todas sejam padronizadas para atender à demanda de acessibilidade
22 interna. Também solicitou atenção especial para a rua ao lado da FEF que dá acesso à Cidade
23 Universitária; essa rua precisa de recapeamento urgente e reestruturação, devido ao grande
24 acesso de alunos, funcionários e docentes como pedestres. Além da demanda dos pedestres, é
25 uma rua com grande movimento de veículos; agradece ao prefeito e sua equipe pelo projeto
26 apresentado. Solicitou também à Prefeitura a reestruturação das ciclovias da Universidade e ao
27 professor Fernando Sarti reunião para tratar do piso salarial dos engenheiros, arquitetos e
28 agrônomos da Universidade, conforme estipulado pelo Crea, Lei Federal 4950. Entregou
29 documentos sobre este assunto ao pró-reitor e aguarda a marcação da reunião solicitada para
30 tratar deste assunto. Informa que estão abertas as inscrições para o SimTec; precisam incentivar
31 os funcionários a apresentar pôsteres e resumos de seus trabalhos, e certamente o evento será
32 mais uma vez importante, como mostra das realizações de profissionais na Unicamp. É
33 importante destacar as ações de enfrentamento à pandemia. Agradece à Educorp e à gestão
34 pelos investimentos nas áreas de cursos; destaca que um conjunto de técnicos do Cemeq, através
35 da Educorp, vai iniciar um curso neste sábado sobre fotovoltaica, uma ação importante da atual
36 gestão e do próprio Cemeq. Com este apoio, espera-se gerar impacto para toda a Universidade
37 e ainda haverá repasse do conhecimento adquirido para outros técnicos. A pedido de
38 funcionários da FOP, pergunta se o décimo terceiro será pago em agosto, como ocorreu no ano
39 passado. Pergunta também se o vale-refeição vai sair este ano ou se a Reitoria está tratando
40 deste tema para 2023. Questiona ainda se terão aumento do auxílio-alimentação ainda este ano,

1 visto que a inflação dos alimentos está intensa. A gestão necessita valorizar a trajetória dos
2 funcionários; muitos na FOP têm mais de 18 anos de casa e têm sua trajetória ignorada. Sobre
3 carreira e progressão, é importante a Universidade realizar reunião com todos os organizadores
4 que dispuseram de seu tempo para elaborar ótimos documentos e relatórios enviados ao pró-
5 reitor neste processo de progressão 2022. Para a progressão 2023, é importante o envolvimento
6 de servidores, funcionários e docentes para amenizar os problemas ocorridos este ano e
7 contemplar todos os inscritos em 2022 que foram aprovados e também os inscritos em 2023. A
8 Universidade necessita analisar todo o processo de progressão 2022 e realizar tutoriais,
9 palestras com direito a *feedback*. Concorda plenamente com as palavras da senhora Elisabeth e
10 argumentos levantados sobre o documento elaborado pelas companheiras Luciana, Rosilene e
11 Eliane. Solicita que os recursos para 2023 sejam superiores aos de 2022. A Conselheira
12 MARISA MASUMI BEPPU pergunta se a Aeplan e a PRDU têm alguma indicação de como
13 está se comportando a arrecadação de ICMS após a atitude do governo de baixar o ICMS de
14 combustível, especificamente da gasolina. Houve uma reação, muitas vezes controvertida, de
15 alguns dizendo que haveria um movimento em uma direção e em outra. Dado o avançado da
16 hora, diz ao professor Fernando que isso pode ser respondido em qualquer outro fórum público
17 futuramente. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES diz que todas as falas
18 relativas à carreira são bastante repetitivas porque os apontamentos da categoria são
19 basicamente os mesmos; sabem que há muitos erros nas ferramentas e na aplicação das
20 ferramentas pelas CSARHs, muitas fizeram a sua interpretação e isso gerou descontentamento.
21 Sobre os recursos, os trabalhadores que assinaram o abaixo-assinado, que se reuniram, que
22 mandaram recurso à CIDF apontaram que os recursos foram insuficientes, pediram a extensão
23 dos recursos para que todos os que foram deferidos fossem contemplados, porque não faz
24 sentido considerar um trabalhador apto para ser deferido, por ter uma evolução na carreira
25 satisfatória, mas não dar a promoção para ele. Foi marcada uma reunião extraordinária da CIDF
26 para o próximo dia 04, e então fará mais apontamentos lá. As questões principais, que não tinha
27 colocado na última reunião, são a solicitação da inelegibilidade das CSARHs onde foram
28 apontados erros no processo, então se há vícios na execução do processo de progressão, e se
29 essas CSARHs não tiveram o cuidado de seguir à risca as normativas, os componentes dessas
30 comissões não podem se eleger novamente e repetir os mesmos erros. A grande maioria das
31 reclamações foi em torno da aplicação das regras, do fato de essas CSAS não serem imparciais,
32 não seguirem principalmente a regra da transparência com relatório circunstanciado. E exigem
33 que seja pago o retroativo. Se a verba já está separada e o processo está sendo atrasado porque
34 ele é ruim, e não participaram dele para sugerir melhorias, que o trabalhador não seja penalizado
35 nem pela atitude errada dessa CSARH, nem pelo processo ruim que está sendo implementado.
36 Há muitas outras questões, que também estão acumuladas, como as questões trazidas pelo
37 conselheiro Cláudio, a quem agradece por ter mencionado quase a pauta específica toda do
38 sindicato. Resgata também um ponto da pauta específica, que acha que o conselheiro Cláudio
39 não citou, que é a questão dos fretados. Está sendo prometida essa questão de estender para 70
40 quilômetros a reformulação da tabela proposta, e a última vez que questionou, a resposta foi

1 que havia impedimentos legais para ampliar de 50 para 70 quilômetros. Nesse meio tempo,
2 ficou sabendo que a Funcamp paga os 70 quilômetros, então não entende que impedimento
3 legal é esse pelo qual a Unicamp não pode pagar e a Funcamp pode. Sobre o restaurante
4 universitário, é muito ruim que não tenha tido esse diálogo hoje de manhã, uma resposta mínima
5 ao ato. A fala do senhor Reitor no final desta manhã foi muito ruim, ele tentou inverter os
6 papéis, jogando para as entidades sindicais a solução de problemas que são da Administração
7 Central. Não cabe às entidades sindicais resolver os problemas de coisas mal administradas pela
8 Reitoria, seja desta, seja da anterior, porque esse problema não foi criado agora. Se a Funcamp
9 não pode terceirizar esses trabalhadores, se o impedimento é legal quanto a isso, devem abrir
10 concurso. Os funcionários antigos, que eram concursados no restaurante, relatam como era
11 diferente o trabalho lá e como era diferente o serviço. Ouviu o relato de um trabalhador do
12 restaurante universitário chorando, dizendo que não tem coragem de comer a comida de lá há
13 quase dez anos. Portanto, esse serviço precário que já vem sendo oferecido na Universidade
14 agora vai piorar, porque vai ser entregue totalmente, e ele já era terceirizado com esses
15 trabalhadores da Funcamp. Então não é assim que se resolve o problema de terceirização,
16 reterceirizando, e o sindicato e as entidades que estão aqui representadas têm sim solução e
17 muita maturidade para analisar as questões e propor melhorias. Por exemplo, a criação de
18 concurso público. Tem um equívoco, sim, em algumas propostas dizendo para contratar
19 imediatamente, contratar diretamente, que é uma análise que precisa ser feita e está equivocada,
20 concorda, mas a não criação de concurso público e a reterceirização desses trabalhadores é,
21 como o senhor José Luis colocou, uma opção política desta Reitoria. Não é assim que se
22 constrói a terceira melhor universidade da América Latina. A Conselheira HELOISE DE
23 OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que está achando exacerbadas essas últimas atitudes, de
24 agora todos passarem dos três minutos. Isso não é necessário; está claramente havendo repetição
25 propositada e é muito ruim, é uma falta de respeito com todos que ficaram até o fim da reunião.
26 Solicita informações sobre o desenrolar da questão da insalubridade dos docentes que foram
27 contratados durante a última gestão. Foi-lhe pedida informação sobre como está essa situação,
28 sabe que ela é complicada, o senhor Reitor já explicou, o professor Sarti também, que existe
29 uma questão que envolve também médicos do HC e, por isso, tudo isso fica relativamente
30 travado. Então, se houver algum progresso, gostaria de saber para poder comunicar aos seus
31 representados, que a procuram para saber informações. E lamenta muitíssimo o comportamento
32 de alguns conselheiros nesta reunião, que estenderam propositadamente seu tempo de fala, não
33 sabe com que objetivo, mas um comportamento muito reprovável. O Conselheiro LUIZ
34 CARLOS DIAS diz que imagina que todos aqui estão preocupados com o risco de ruptura
35 democrática no Brasil. Não vai repetir falas, mas vai tocar nesse ponto que a professora Andréia
36 Galvão tocou. Cumprimenta a Reitoria pela publicação daquela nota oficial, contestando a fala
37 do presidente da República, que fez afirmações levianas sobre o processo eleitoral brasileiro.
38 Mas precisam de ações futuras, firmes, incluindo as ações conjuntas entre as universidades
39 públicas, como esse ato do dia 11 de agosto, mencionado pelo Magnífico Reitor no início desta
40 reunião, mas precisam de mais. Uma das prioridades hoje é a defesa da democracia, do Estado

1 democrático de direito. Todos têm uma tarefa gigantesca este ano de garantir que as eleições
2 ocorram, primeiramente, e que os resultados, independentemente de quais sejam, sejam
3 respeitados. Quando falam em eleição, falam em democracia no Brasil. As eleições diretas
4 foram um dos maiores marcos da transição da ditadura militar para a democracia neste país; o
5 movimento Diretas Já pedia a volta das eleições presidenciais por meio do voto popular. Muitas
6 pessoas aqui nunca tinham votado para presidente, e estão caminhando agora, em 2022, para a
7 21ª eleição no Brasil. As eleições trazem a cara da democracia brasileira, e o atual presidente,
8 infelizmente, é um dos mais destacados representantes dessa ofensiva antidemocrática
9 internacional, a extrema direita populista. O bolsonarismo está implantado no Brasil, e precisam
10 enfrentá-lo. O país passa por um momento muito perigoso para a normalidade democrática,
11 com ataques infundados, sem provas, questionando a lisura do processo eleitoral. Isso todos
12 sabem que representa um risco enorme para o Estado democrático de direito, que foi tão
13 duramente conquistado pela sociedade brasileira. Existem muitos desafios para este país, mas
14 a solução passa pelo respeito ao resultado das eleições, sem dúvida nenhuma. A SBPC, na
15 semana passada, convidou todas as entidades, todas as instituições, os diversos setores da
16 sociedade civil para se unir na defesa daquilo que tem que ser muito firme: primeiro, a
17 realização das eleições livres e o respeito aos resultados do pleito da eleição. Foram mais de 50
18 sociedades científicas afiliadas à SBPC que subscreveram a “Carta de Brasília”, um manifesto
19 livre e que foi aprovado na assembleia de sócios, durante a reunião anual da SBPC, na UnB,
20 em Brasília. A ciência, a educação e a democracia nunca estiveram tão ameaçadas no país. O
21 país está devastado por ódio, por ignorância, por perseguição às minorias, por ataque às urnas
22 eletrônicas, às universidades públicas, aos cientistas, mas não há mais espaço para retrocessos
23 autoritários neste país. Como muitos aqui certamente fizeram, também assinou a “Carta às
24 brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado democrático de direito”, manifesto organizado
25 pela Faculdade de Direito da USP, em apoio à democracia e ao sistema eleitoral em vigor no
26 país. Hoje o presidente atacou quem assinou essa carta, chamou de cara de pau e sem caráter
27 quem, como ele e como muitos conselheiros aqui, e mais cerca de 660 mil brasileiros e
28 brasileiras, assinaram essa carta. Finaliza lembrando algumas das linhas dessa carta: “Em vigília
29 cívica contra as tentativas de rupturas, bradamos de forma uníssona, Estado democrático de
30 direito sempre”. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO esclarece que,
31 realmente, têm tido apontamentos reiterados do Tribunal de Contas a respeito do contrato de
32 alimentação com a Funcamp. Já nesse último mês tiveram o julgamento da irregularidade desse
33 contrato nas contas de 2015; já tinham como precedente o contrato da vigilância, então tinham
34 ciência de que isso ia acabar acontecendo também no contrato da alimentação. Com relação à
35 terceirização, é importante destacar que o Supremo Tribunal Federal já julgou pela regularidade
36 dos contratos de terceirização no setor privado e também no setor público para as atividades
37 que não são fim da instituição. Então esse é um ponto bem pacífico já, pelo menos no Judiciário.
38 O Professor ZIGOMAR MENEZES DE SOUZA diz que vão acompanhar o processo, é
39 presidente do grupo que vai fazer o acompanhamento dessas atividades, inclusive vão monitorar
40 todo alimento que chega para ser utilizado. A conselheira Ellen comentou a questão do Rio de

1 Janeiro, mas esclarece que lá a forma de fornecimento da alimentação é diferente da que
2 ocorrerá aqui na Unicamp. No Rio de Janeiro o alimento é produzido em uma cozinha
3 industrial, depois ele é transportado para as prefeituras. Aqui na Unicamp vão continuar
4 utilizando as mesmas estruturas que são utilizadas hoje, ou seja, o alimento será produzido
5 dentro do restaurante universitário, sob avaliação. Está pessoalmente participando de todas as
6 tratativas de contratação dos funcionários que hoje se encontram trabalhando para a Funcamp,
7 e afirma convictamente que vão contratar todos. Só não serão contratados aqueles que não
8 quiserem ser contratados, que acham que têm uma outra possibilidade de trabalho em outra
9 empresa. E não são 330 funcionários, são 253, e pelo novo contrato vão passar para 273, sendo
10 que todos que queiram permanecer trabalhando pela nova empresa, que é a Soluções, serão
11 contratados. Está afirmando isso com absoluta certeza, já foi passado um cartaz, a empresa já
12 está recrutando essas pessoas. A empresa já tem um espaço no RU para trabalhar, não para
13 contratações, mas para já iniciar o processo de trabalhos aqui na Unicamp. Reforçando a fala
14 da doutora Fernanda, diz que em 2015 tinham só um apontamento, hoje possuem uma decisão,
15 têm de mudar a forma de contratação. Observa que não há demissão, e solicita que acalmem os
16 ânimos. Fica na DEA, que é a Diretoria Executiva de Administração, e respondendo à
17 conselheira Evanir, que falou que gostaria de ter mais informações, diz que a DEA está aberta
18 para receber todas as pessoas que queiram saber do processo técnico disso. A parte política é
19 com a Reitoria, o processo técnico está na DEA, e terá prazer em recebê-las, tanto as servidoras
20 quanto as acadêmicas, para mostrar o que está acontecendo, quantos funcionários estão sendo
21 contratados, tudo transparente para elas. Será um prazer recebê-las e está disponível a todos os
22 conselheiros que tenham alguma dúvida sobre esse processo de contratação. O MAGNÍFICO
23 REITOR passa a palavra aos pró-reitores. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz,
24 respondendo ao professor Marco Antônio, que perguntou sobre o semestre de ensino tanto da
25 graduação quanto da pós-graduação, que puderam avaliar que o semestre na pós-graduação teve
26 um andamento positivo. Principalmente porque conseguiram identificar uma série de questões
27 que a pandemia trouxe sobre o ensino remoto, sobre atividades realizadas, e discutiram isso.
28 Fizeram um GT, mas a próxima CCPG, que é agora dia 10, vai exatamente definir o formato
29 das disciplinas para o próximo semestre, o formato inclusive das defesas de tese e dissertação,
30 já tentando o funcionamento neste ano e vão propor mudanças no regimento geral da pós-
31 graduação. Essas informações serão trazidas de modo mais formal na próxima reunião da Cepe
32 e do Consu. Finaliza sublinhando toda a fala do professor Luiz Carlos sobre as questões da
33 democracia e do papel da Universidade nesse contexto. Gostou muito do que ele falou e o
34 parabeniza. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz, respondendo ao
35 professor Marco Antônio, que este foi um semestre difícil. Foi o semestre do retorno presencial,
36 mas o balanço final é que foi um bom semestre. Aumentaram o número de PEDS, de PADS,
37 de bolsa BAS, das bolsas moradia, dos outros auxílios sociais como transporte, alimentação.
38 Tiveram um aumento de 25% no atendimento psicológico no Sappe, o que os faz ficar bastante
39 preocupados com as sequelas do ensino remoto, o que pode ter acontecido. A partir de agora,
40 vão tentar levantar nesse primeiro semestre de 2022 junto com a DAC o número de disciplinas

1 que tiveram mais repetência, para poderem atuar para minimizar esses problemas. Em relação
2 à pergunta da professora Claudia, primeiramente a agradece pela ajuda na elaboração do
3 questionário direcionado aos alunos que não fizeram matrícula no primeiro semestre de 2022.
4 Tentaram entrar em contato, são em torno de 1.200 alunos, e tiveram somente 260 respostas,
5 apesar de terem insistido várias vezes. Desses 260, 65% dos alunos gostariam de se rematricular
6 e 34% não querem mais voltar para a Universidade, por diversos motivos. Encaminharam os
7 dados desses 65% para cada coordenador para eles conversarem pessoalmente com os alunos e
8 procurarem as soluções. A Pró-Reitoria de Graduação colocou à disposição todo o apoio do
9 SAE, do Sappe, nas estruturas de acompanhamento. Dois dados importantes dessa pesquisa:
10 33,5% dos alunos escreveram que desistiram porque tiveram dificuldade para acompanhamento
11 do ensino remoto, seja por deficiência nas redes: Wi-Fi, computador, domicílio etc.; e 25,4%
12 dos estudantes referiram problemas psicológicos, o que também é bastante preocupante. Depois
13 pode fornecer esses números para todos os que estiverem interessados. O Conselheiro JOÃO
14 MARCOS TRAVASSOS ROMANO informa que está aberto um novo edital de colaboração
15 com a Universidade de Cardiff, no Reino Unido. Também a Fapesp abriu um novo ciclo de
16 projetos para Cepids, voltado para as grandes áreas de Ciências Humanas e Sociais, Arquitetura
17 e Urbanismo, Economia e Administração. As pré-propostas serão recebidas até 12 de setembro
18 e as propostas finais no ano que vem. E ainda estão com o prazo de submissão aberto, também
19 para a Fapesp, até 31 de agosto, os projetos multiusuários. Para qualquer ajuda que qualquer
20 um desses ou de outros tipos de projeto que os pesquisadores, os colegas, professores
21 precisarem, a PRP tem agora funcionando o escritório de apoio, no endereço prproj@unicamp
22 ou qualquer endereço da PRP, e vai ser encaminhado para lá. Os dois funcionários do escritório
23 de apoio, os senhores José Emílio e Marcelo Raimundo, vão estar à disposição para fazer o
24 acolhimento do que esses pesquisadores precisarem, seja para agendar também com ele ou com
25 os assessores. Então a PRP fica à disposição para esses projetos e outros. O Conselheiro
26 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO solicita à comunidade que comece a prestar um
27 pouco de atenção no seguinte: hoje, durante a reunião, alguns colegas citaram “unidades de
28 ensino e pesquisa”, mas eles se esquecem de que todas as unidades da universidade são de
29 “ensino, pesquisa e extensão”, e que o artigo 207 da Constituição nacional fala da
30 indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Então gostaria que as pessoas comessem
31 a prestar atenção nisso e incluíssem a palavra “extensão” para se referir às unidades de ensino,
32 pesquisa e extensão. Convida todos e todas para a apresentação amanhã, dia 04, da Orquestra
33 Sinfônica da Unicamp, às 19h na Casa do Lago, com o tema “Falando do barroco ao
34 contemporâneo”. Certamente vai ser um bonito espetáculo. No domingo, dia 07, convida a
35 comunidade a participar das atividades de Domingo do Lago, que voltaram a acontecer. Neste
36 domingo, a partir das 9h30, começam as atividades com a Ecobrinquedoteca, que é uma
37 atividade bastante interessante, muito lúdica, sobretudo para as crianças. E, finalmente,
38 menciona as atividades das comemorações das efemérides. Terão, a partir de agora, algumas
39 atividades conjuntas envolvendo as três universidades paulistas, Unicamp, Unesp e USP. A
40 primeira dessas atividades vai acontecer no próximo dia 23, um *workshop* que tem como pauta

1 a identidade nacional e a imprensa, e que vai contar com a participação do professor Jefferson
2 Cano, do IEL Unicamp; da professora Ana Maria Belluzzo, da USP; e das professoras Valéria
3 Guimarães, da Unesp; e uma convidada internacional, a professora Isabel Lustosa, da
4 Universidade de Lisboa. Isso vai acontecer no anfiteatro do Memorial da América Latina e
5 convida todos e todas para participar dessa atividade. Ainda como uma atividade conjunta das
6 três universidades, no dia 28 de agosto as três universidades vão se juntar, novamente no
7 Memorial da América Latina, no Auditório Simón Bolívar, e nesse momento as três orquestras
8 da universidade vão organizar uma atividade conjunta para, entre outras coisas, comemorar as
9 efemérides do ano de 2022. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que teria uma infinidade
10 de números para passar aqui, mas em razão do horário, dará só algumas respostas. À professora
11 Heloise, diz que acabou de falar com a DGRH e ela está finalizando uma proposta sobre
12 insalubridade que vai encaminhar para a reunião de pró-reitores. E assim que estiver com esse
13 material, terá o maior prazer em disponibilizar, até para receber as manifestações e sugestões
14 da professora Heloise. Em relação à pergunta da conselheira Rosmari, a CIDD se reúne amanhã
15 e será apresentado o relatório do GT de Carreiras Especiais. Também pode, depois,
16 disponibilizar para que ela possa também contribuir em cima desses resultados. Diz à professora
17 Marisa que não vai detalhar aqui a questão do ICMS, mas podem trocar informações; já
18 apresentou também a simulação que a Aeplan e a PRDU fizeram junto com a USP e com a
19 Unesp dos impactos do ICMS. Têm já sentido isso na arrecadação, mas a expectativa é
20 exatamente se olharem para um período anualizado isso, o impacto seria aproximadamente de
21 uma folha de pagamento, em torno de R\$220 milhões, dado que os preços controlados
22 representam R\$40 bilhões na arrecadação de ICMS paulista. Agora há uma outra questão que
23 também os preocupa bastante, que pode ser observada pelos jornais econômicos, de que o
24 governo do Estado de São Paulo vem de alguma maneira compensando essa queda de
25 arrecadação do ICMS por conta da redução da alíquota com o não pagamento da dívida junto
26 ao governo federal. Ou seja, nessa troca as universidades não participam, isso certamente é uma
27 preocupação. Mas depois passa esses números completos para a professora Marisa. O Professor
28 ZIGOMAR MENEZES DE SOUZA complementa que estão contratando duas nutricionistas
29 para reforçar a equipe que controla a empresa contratada. O MAGNÍFICO REITOR diz que o
30 ex-professor José Graziano da Silva, ex-diretor geral da FAO, aposentado da Unicamp, ganhou
31 o prêmio Niigata International Food Award Foundation pelo seu papel na luta contra a fome. E
32 o professor Marcelo Knobel, reitor na gestão passada, ganhou o prêmio de Ciência e Tecnologia
33 da Companhia de Metalurgia e Mineração - CBMM 2022, pelo esforço na divulgação da
34 importância da ciência nas publicações recentes de livros que ele fez. Em relação à questão da
35 terceirização, duas coisas que considera importantes: primeiro, possuem um problema legal de
36 difícil controle. Tem um caso em mãos do HES de Sumaré: decisão do TCE já tomada de que
37 o convênio da Secretaria do Estado de Saúde com a Unicamp, com interveniência da Funcamp
38 é irregular, o que significa algo que pode colocar em risco toda a ação da Universidade naquela
39 estrutura hospitalar, que são dois hospitais, Sumaré e Piracicaba, o HES e o HRP, e sete
40 Ambulatórios Médicos de Especialidades. E, nesse caso, estão falando do governo do Estado

1 de São Paulo e da Secretaria de Saúde de São Paulo, portanto que têm força política muito
2 maior que a Universidade Estadual de Campinas. Então, quando fala que as entidades têm de
3 se movimentar nesse campo, é porque essas coisas não vão se resolver nos marcos da
4 Universidade, elas vão se resolver nos marcos da política. Ouvem histórias de que até a
5 Fundação Zerbini já está tendo dificuldades, então é importante as pessoas terem consciência
6 disso. Devem fazer uma ação junto aos deputados, porque essas estruturas de controle de contas
7 são órgãos da Assembleia Legislativa, assim como da Câmara e do Senado Federal. Fora disso,
8 a chance de resolver é pequena. Houve muitas manifestações de preocupação com a qualidade
9 de trabalho dessas pessoas. Possuem uma margem de influência, seja em procurar controlar a
10 qualidade do serviço, que é o que o professor Zigomar acaba de mencionar, com a contratação
11 das nutricionistas, seja na questão do trabalho. A professora Susana Durão coordenou um grupo
12 de que participava a aluna Lara, que foi citada aqui, do Instituto de Economia, e o professor
13 Dari, que mexe com esse assunto no Instituto de Economia. Esse grupo formulou um relatório
14 que foi apresentado aqui neste Conselho Universitário, e uma das pessoas que participou desse
15 grupo é a senhora Lina Nakata, diretora da DGA, e que hoje é a pessoa que cuida dos contratos.
16 Então são pessoas que têm sensibilidade, que analisaram isso e que vão procurar, na medida do
17 que é possível à Universidade, realizar contratos que garantam o direito a essas pessoas. Essa é
18 a margem de manobra que possuem à disposição. A professora Anna também tocou a questão
19 da falta de direitos dessas pessoas, e é importante localizar se existe falta de direitos nas pessoas
20 que são das terceirizadas contratadas pela Unicamp, porque é complicado utilizar uma
21 informação que é geral. Problemas com as terceirizadas no Brasil com certeza existem muitos,
22 veem o exemplo dos entregadores de aplicativos. Mas pergunta onde está a margem de
23 influência, pois a Universidade tem uma limitação. Podem ter alguma interferência nos
24 contratos que administram, então por esses sem dúvida devem zelar, ainda que possam
25 expressar da forma mais variada possível. Não tem nada contra as pessoas trazerem essa
26 insatisfação aqui; no entanto, são obrigados a administrar e, dentro das possibilidades que a
27 legislação lhes permite, procurar soluções. Essa é a parte que cabe a quem administra, não tem
28 como escapar disso. Mas estão bem munidos, seja com a professora Susana Durão, pois a
29 vigilância foi o primeiro lugar que se terceirizou, seja nesse grupo que contou com a
30 participação de estudantes, de pessoas especialistas em relações de trabalho com o professor
31 Dari e que teve, entre os seus membros, a pessoa que hoje cuida dos processos de contrato de
32 terceirização que está na direção da DGA. Faz suas as palavras da professora Rachel, do
33 professor Luiz Carlos Dias, da professora Andréia: possuem um enorme desafio de fortalecer a
34 garantia do processo democrático neste país. Então, dia 11 de agosto será um marco, devem ter
35 um bom resultado em São Paulo, fazer algo similar aqui e ficar vigilantes, porque ciência rima
36 com democracia. Em seguida, propõe os votos de pesar à família do professor doutor José Luiz
37 Antunes de Oliveira e Souza, docente aposentado da Faculdade de Engenharia Civil,
38 Arquitetura e Urbanismo, que faleceu no dia 20 de julho. A Conselheira ELISABETH
39 CARDOZO lembra que fizeram vários apontamentos e colocações em relação ao processo de
40 progressão e agora, no final, não foi dito mais nada. Deveriam ter pelo menos *feedback* dentro

1 dessa reunião em relação a tudo que foi colocado. O MAGNÍFICO REITOR diz que podem
2 fazer novas conversas, basta que a conselheira Elisabeth dirija a solicitação e podem conversar.
3 Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha
4 Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para
5 ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 02 de agosto de 2022.